



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO EM HISTÓRIA

COMO SE FOSSEM FILHAS: Trabalho e cotidiano das “crias de família” em Manaus na década de 1970.

Janáina Artiago

Manaus - AM

2025

Janaína Artiago

COMO SE FOSSEM FILHAS: Trabalho e cotidiano das
“crias de família” em Manaus na década de 1970.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a)

Prof Patrícia Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL

Manaus - AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A791c Artiago, Janaína
 Como se fossem filhas : Trabalho e cotidiano das “crias de família” em
 Manaus na década de 1970. / Janaína Artiago. - 2025.
 121 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Patrícia Rodrigues da Silva.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em História, Manaus, 2025.

 1. Doméstico . 2. Crianças . 3. Adolescente . 4. Trabalho . I. Silva,
 Patrícia Rodrigues da. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de
 Pós-Graduação em História. III. Título

Dissertação de Mestrado sob o título *COMO SE FOSSEM FILHAS: Trabalho e cotidiano das “crias de família” em Manaus na década de 1970*, apresentada por Janaína Artiago e aceita pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal do Amazonas, sendo aprovada por todos os membros da banca examinadora abaixo especificada:

Prof^a Dra. Patrícia Rodrigues da Silva
Orientador(a)

Prof^a Dra. Mônica Xavier de Medeiros
Membro

Prof^a Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Membro

Manaus - AM
2025

O historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso. Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido.

Aristóteles

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu Deus criador, sem ele nada seria possível, ao meu amado espírito santo meu consolador em dias de muita angústia e desânimo, ao senhor Jesus Cristo que me deu o exemplo maior de amor, bondade e humildade. Agradeço aos meus irmãos, Alexsandro, Hallyson e Wellyson, desde tão cedo entramos na luta da vida praticamente sozinhos, mas nosso amor prevalece, meu irmão Alex em especial por sermos mais velhos sempre cuidamos um do outro, meu companheiro de luta desde sempre, eramos dois contra o mundo, te amo mano. Minha querida mãe, suas lutas foram terríveis, mas Deus ouviu suas orações tenho certeza, te amo mãe, um dos seus sonhos era ter um filho(a) professor(a), sua filha conseguiu, minha sogra, minha segunda mãe, seu cuidado e seu carinho por mim são perceptíveis, nunca conheci um ser humano com um coração tão bondoso quanto o sua minha sogra, te amo. Minha vizinha Maria do Socorro (mamãe Giqui), mamãe seu cuidado e amor, nunca vou ser capaz de retribuir, só posso agradecer, te amo mamãe. Kamila Artiago minha filha amada, o amor da minha vida, obrigada filha por me aturar, me ajudar na transcrição das entrevistas, você sempre ajudando a mamãe, parece que o jogo virou, com toda paciência, escutando, me apoiando, incentivando, embora agora longe, sempre presente na conversa de todos os dias, sem medo de errar, sou um ser humano melhor por você. Ao meu marido Roberto Silva de Souza, meu parceiro, incentivador, conselheiro, talvez a pessoa que mais acredite em mim, são alguns adjetivos para definir esse companheiro de vida, obrigada por ser meu porto seguro, por nunca soltar a minha mão, nesses vinte três anos. Agradeço à minha orientadora Patrícia Silva pela paciência, professora eu poderia falar vários adjetivos, mas não superaria, sua paciência comigo foi gigantesca,

muito obrigada mesmo. Minha amiga Wanderlene Barros, obrigada por seus conselhos e incentivo, pelas longas conversas ao telefone, pelos seminários juntas, você é uma amiga que quero sempre do meu lado. Agradeço às minhas amigas e parceiras, Franciane, Mariângela, Karla, Josiane e Raylane, esse grupinho sempre ouvindo minha lamúria do mestrado, muito choro e risos. Minhas colegas Dany e Régia obrigada pelos incentivos.

Meus professores, Davi, Balkar, foram aulas marcantes mesmo, professora Maria Luiza suas aulas sobre imigração foram memoráveis. Meus sempre professores Hélio Dantas e Robeilton Gomes gratidão. Minha querida Alba pessoa você é maravilhosa. Agradeço a cada uma das minhas entrevistadas, Augusta, Altacyr, Alaíde, Alzenira, Jacilene, Nonata, Rosany, sem vocês esse trabalho não seria possível, ele é dedicado a vocês. Ao ouvir suas falas um filme passa na mente, as semelhanças e diferenças na vida de uma mulher, como nos reconhecemos em algumas falas, da vida no interior, na cidade, na chegada nesta Manaus que nos abraçou, (como eu amo essa cidade), não chorei nenhuma vez na frente de vocês, mas todas as vezes que lia seus depoimentos, era impossível conter as lágrimas e indignação, obrigada mulheres que me ajudaram também a me conhecer um pouco mais.

“Penso no que faço, Com fé. Faço o que devo fazer, Com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, Pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, Cabe a mim decidir entre Rir ou chorar, Ir ou ficar, Desistir ou lutar; Porque descobri, No caminho incerto da vida, Que o mais importante é o decidir”

- Cora Coralina

Resumo

Este trabalho tem como objetivo traçar um panorama e discutir o trabalho doméstico de crianças e adolescentes de 9 a 15 anos na cidade de Manaus (AM), com recorte temporal selecionado da década de 1970. Dessa forma, ele revela como o conceito de infância emerge na sociedade, quais fatores contribuem para essa condição e o que faz com que esse sentimento seja potencializado. Com base nesse aspecto, esta monografia historicamente se concentrou em relatar sobre o trabalho domésticos infantis para meninas usando o autor que nos ajuda a pensar sobre isso. No decorrer de nossa pesquisa, percebemos que, embora alguns escritos historiográficos da região fossem relevantes, havia a necessidade de aprofundar tais escritos em Manaus na década de 1970, retratando os aspectos históricos mais relevantes para o assunto. Neste caso, tentamos abordar este tópico de forma compreensível em nossa monografia.

Palavras-chave: Doméstico, Crianças, Adolescentes.

Abstract

This work aims to outline an overview of child labor between 9 and 15 years old in the city of Manaus (AM), with a selected time frame from the 1970s. In this way, it reveals the concept of emergence in society, which factors contribute to this condition and what causes this feeling potentiated. Based on that aspect, this monograph has historically focused on relating to child child labor using the author who helps us think about it. No event of our historical research, recognized, that, some writings, were relevant, that of so many historical studies in Manaus, portraying the historical aspects¹⁷⁰, portraying the historical aspects¹⁷⁰ In this case, we tried to approach this topic in the form of communication in which we are.

Keywords: Domestic, Children, Teens.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Maria Altacyr dos Santos Maciel	29
Figura 2 – Alzenira Ferreira dos Santos	30
Figura 3 – Rosani Brasil Lopes	31
Figura 4 – Alaíde Alcantarino Teófilo	33
Figura 5 – Jacilene Lopes da Silva	34
Figura 6 – Augusta Pereira da Silva	35
Figura 7 – Raimunda Nonata Gomes da Silva	36
Figura 8 – Cidades Brasileiras em Postais de Manaus.	69
Figura 9 – Polo industrial de Manaus em 1971.	71
Figura 10 – Empresa Moto Honda na década de 1970 no Polo Industrial de Manaus.	72
Figura 11 – Fábrica de cimento na década de 1990. Fonte: Rede Amazônica 2017.	72
Figura 12 – Taxa de crescimento médio anual no Brasil no Amazonas e Manaus 1940/2000.	75
Figura 13 – Alaíde	96
Figura 14 – Altacyr com 13 anos e Familiares	101
Figura 15 – Altacyr e Filha com 6 meses	102
Figura 16 – Altacyr e Filha com 2 anos	105

Lista de Siglas

AM – Manaus

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PPGH – Pós-graduação em história na Universidade Federal do Amazonas

Sumário

Considerações Iniciais	12
1 CAPÍTULO 1: TRABALHO DOMÉSTICO E AS “CRIAS” DE FAMÍLIAS	38
1.1 Trabalho doméstico	38
1.2 Sobre a “Circulação de Crianças na Amazônia”	41
1.3 Quem são as chamadas “crias de família”?	49
2 CAPÍTULO 2: MEMÓRIA DE UMA “CIDADE GRANDE”, MANAUS (1970), MIGRAÇÃO	62
2.1 Quando cheguei na “cidade grande”	62
2.2 Cidade de Manaus	68
2.3 Migração	78
3 CAPÍTULO 3: QUESTÕES DOS ABUSOS E ASSÉDIOS SOFRIDOS PELAS CRIAS DE FAMÍLIA.	89
3.1 Abuso e Assédio infantil	89
Considerações Finais	109
REFERÊNCIAS	114

Considerações Iniciais

O presente trabalho busca discutir sobre o trabalho doméstico de crianças e adolescentes, na cidade de Manaus-(AM), com idades entre 9 e 15 anos. O recorte temporal escolhido é a década de 1970. Manaus viveu alguns períodos em que a migração se intensificou, e graças a implementação da Zona Franca de Manaus no final da década de 1960, isso aconteceu novamente. Essas crianças e adolescentes, eram meninas vindas do interior do estado para a capital, que tiveram a experiência com o trabalho doméstico na casa de terceiros, quase sempre parentes ou conhecidos da família de origem. Essa pesquisa parte de ideias em torno das “crias de família”, circulação de criança, trabalho doméstico de crianças, e avança no sentido de compreender o cotidiano dessas meninas nas casas de famílias em vários sentidos, mas, sobretudo tomando os mundos do trabalho como elemento central na nossa análise.

Abordaremos sobre o trabalho doméstico e especificamente o trabalho doméstico infantil de meninas usando autores que nos ajudam a pensar essa questão. Durante a pesquisa percebemos que apesar da relevância de alguns trabalhos historiográficos na área, é preciso avançar para compreender mais detidamente esse tipo de trabalho em Manaus na década de 1970. A antropóloga Motta-Maués nos fala de uma cultura da escravidão, onde as meninas, e depois mulheres, ex-escravas eram submetidas a qualquer tipo de trabalho, mas que esse tipo de mão de obra, foi absorvido pelos serviços domésticos, no caso das crianças que eram consideradas mais obedientes e mais baratas, a autora fala sobre a facilidade em conseguir meninas para tais serviços, já que a herança escravista e a lei do ventre livre trouxe um elemento novo, a criança que era escrava, agora é “cria” da casa. Muitas vezes, ao longo dos anos de convívio,

desenvolvem-se sentimentos de afeto nos processos de socialização entre “empregadas” e membros das famílias, que mesmo traçando trajetórias imbuídas de dramas e conflitos, geram relações ambíguas, em que empregadas sentem-se e são tratadas como agregadas das famílias e, portanto, devido à gratidão e mesmo ao sentimento de pertencimento às famílias, acabavam por não ter seus trabalhos legalmente regularizados¹.

As “Crias de família”, como são denominadas essas meninas a autora fala que o termo está ligado diretamente ao passado de escravidão, o termo é usado para a criança que nasceu na casa dos patrões, filhas de pais escravizados, são menores de idade que saem do interior do estado para a capital – a autora estuda a cidade de Belém/PA –, os motivos variam: estudos, pobreza, trabalho. Em sua maioria essas meninas são pertencentes às camadas mais empobrecidas da sociedade amazônica, esse termo “crias” é consolidado pela Antropologia² e de certa forma revela um sentido paternalista nesse universo. São crianças que ainda serão “criadas” (note-se a ambiguidade da palavra) por outra família “como se fossem filhas” – outra expressão recorrente nesse tipo de relação.

Para essa pesquisa entrevistamos mulheres que viveram essa experiência como trabalhadoras domésticas quando crianças e adolescentes. As histórias de vida dessas mulheres ajudam-nos a pensar sobre como a partir dos sujeitos podemos perceber práticas, costumes, valores que estão arraigados em nossa sociedade e, por vezes, invisibilizados.

Sobre a “Circulação de crianças”, o termo está diretamente ligado às “crias”, já que havia um trânsito dessas meninas que se deslocavam do interior para a capital. Devemos dizer em apoio a isso, que (guardada as devidas proporções) a mesma situação, ou seja, a presença de meninas como “crias” em casas de famílias também existe nos municípios do interior do estado, revelando uma ampla rede, dessa forma de circulação de crianças na Amazônia. Segundo Motta-Maués, a circulação de criança é algo que se atualiza, seja na cidade ou no campo, por isso é preciso discutir a questão dentro das

¹ MOTTA-MAUÉS, M.A. “Na casa da mãe/ na casa do pai. Anotações de uma antropóloga (de uma antropóloga avó) em torno da circulação de crianças”. *Revista de Antropologia* 47: 428-452, 2004;

² MOTTA-MAUÉS, M.A. “Uma vez cria, sempre cria” (?). *Adoção, gênero e geração na Amazônia. Anais do 13 Ciso – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Maceio/AL, 2007.*

peculiaridades regionais.³

Nosso trabalho se aproxima dos de Motta-Maués, bem como de outros, apesar destes tratarem do tema em espaços e tempos distintos, porque nos permitem ver em perspectiva e de modo comparativo certas permanências, como oportunamente demonstraremos.

A vinda de meninas, com idades entre nove e quinze anos, do interior do estado para Manaus, com o intuito de estudar e trabalhar tem sido uma prática recorrente há bastante tempo. Meninas que, a convite de famílias manauaras, padrinhos, madrinhas, com a perspectiva de melhores condições de vida, “embarcando” no sonho de viver melhor na capital e assim poderem ajudar também seus familiares que permaneciam no interior. Entretanto, não raras vezes seus sonhos de uma vida melhor na cidade grande foram frustrados e elas tiveram que se reinventar, aprender a lidar e lutar com as mais diversas circunstâncias, desde a exploração de sua força de trabalho até os mais diversos assédios cometidos por aqueles que se propuseram a protegê-las.

Meninas no mundo do trabalho doméstico não é algo novo, e nessa pesquisa gostaríamos de refletir sobre a especificidade dessa prática no Amazonas, pois compreendemos que é um costume tradicional no estado e que envolve uma complexidade de fatores como: famílias, tradições, laços de fraternidade, apadrinhamento e costumes.

Há uma extensa produção acadêmica, principalmente na área da Antropologia que trata da circulação de crianças na Amazônia de forma geral. Nosso intuito é pensar a especificidade e as implicações dessas experiências na constituição das relações sociais na cidade de Manaus a partir dos anos de 1970.⁴

Para entender como essas meninas chegavam a Manaus quando não vinham com suas próprias famílias, vinham com outras pessoas que poderiam ser um amigo, um padrinho ou madrinha, tio ou tia que transitava entre a capital e o interior do estado do Amazonas. Nesses casos é preciso analisar o papel do intermediário.

³ MOTTA-MAUÉS, M.A. “Uma vez cria, sempre cria” (?). 2007.

⁴ Maria Angélica Motta-Maués, Daniele Greice e Luíza Maria Silva Dantas em trabalho intitulado; *De casa em casa, de Rua em Rua ...Na Cidade: “Circulação de Crianças”, Hierarquias e Espaços Sociais em Belém*. Apresentado na 26ª reunião Brasileira de Antropologia em Porto Seguro, Bahia-BR. Além de falar sobre a circulação de crianças no estado do Pará, as autoras abordam o conceito de “crias”, que eram meninas vindas do interior para a capital Belém, para trabalhar nos serviços domésticos, meninas de famílias pobres entre sete e oito anos de idade. Ver especificamente a página 10.

Em alguns casos, esses padrinhos aparentemente não angariavam nenhum benefício em trazer e entregar a menina a outra família ou as manter sob sua tutela. Sua atitude baseava-se em “ajudar” sua afilhada e algum amigo que estivesse precisando de uma “boa menina” para realizar as tarefas domésticas. O conflito de interesses era iminente pois, enquanto para aquelas meninas a vinda para capital poderia significar melhores condições de vida através do estudo, trabalho e desfrute das novidades que uma cidade grande representava, por outro lado, as famílias que as recebiam, certamente tinham como interesse principal o alívio das atividades domésticas que certamente ficariam a cargo dessas crianças e/ou moças, entre outros interesses.

Sendo assim, esta pesquisa pretende refletir sobre a constituição das relações sociais na cidade de Manaus a partir das trajetórias de vida e trabalho dessas mulheres interioranas que vieram para Manaus em busca de estudo e trabalho e outros sonhos.

Nosso interesse é compreender, principalmente através de relatos, como essas mulheres interpretam suas trajetórias, suas lutas, suas conquistas, frustrações e como suas experiências se inserem e conformam a história da cidade de Manaus desde o último quartel do século XX. Como elas construíram e reconstruíram suas memórias, como contam e recontam suas experiências individuais de modo a nos ajudarem a pensar através da trajetória dessas meninas (a época), hoje mulheres, senhoras, parte da história da própria cidade de Manaus.

Portanto, essa pesquisa se justifica pelo fato de entendermos que, a cidade de Manaus da década de 1970 era plural, e isso nos levou aos questionamentos desse projeto. Nesse sentido, apesar dos projetos autodenominados modernizadores progressistas, entre eles a Zona Franca de Manaus, muitas práticas tradicionais⁵ prosseguiram neste espaço citadino, e a presença das chamadas “crias de família”⁶ pode nos ajudar a refletir

⁵ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. Trabalho e emancipação: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. pp.131-132. A autora descreve que o serviço doméstico era destinado à meninas pobres a partir de sete anos de idade. E que era comum buscar meninas no interior para morar nas casas dos patrões e servirem como domésticas e que esse costume vigora até os dias atuais.

⁶ ALMADA, P.D. de S. A Infância desvalida: Menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a abolição. Monografia de conclusão de Curso de História. (UFPA) Belém-PA. O autor enfatiza que com a lei do ventre livre os filhos dos escravos se tornavam “crias da casa”, e que com a abolição da escravidão era mais vantajoso ter uma menor para “ajudar” nos afazeres domésticos, a “cria da família”. Hoje esse termo já está consolidado na Antropologia, para denominar meninas em sua maioria pobres que circulam na casa de terceiros, vindas do interior ou não para “ajudar” em serviços domésticos em troca de estudo, casa, comida e proteção. MOTTA-MAUES (2007).

sobre as permanências dessas tradições. Os relatos de nossas fontes nos trazem histórias do cotidiano dessas meninas (atualmente já senhoras), bem como da cidade naquele período emblemático de crescimento.

A relevância histórica, a amplitude, a recorrência e, talvez, a atualidade da prática de se buscar uma menina pobre do interior, para trabalhar como doméstica, em troca de comida e estudo está longe de corresponder a atenção que tal fenômeno necessita. Devido a uma escassa produção acadêmica específica na área de História sobre o tema, e entendendo a importância dos estudos históricos para produzir o conhecimento, e entender que certos comportamentos, as práticas, os acontecimentos de uma sociedade, seja ela qual for, não é natural e normal, e não pode passar despercebido nos motiva a ir adiante nessa pesquisa.

A migração de pessoas e a circulação dessas meninas, vinda do interior para Manaus no período da década de 1970 está diretamente relacionado ao crescimento da cidade, impulsionado pela instalação do Polo Industrial. Como nos dias Moura:

Desde a década de 50, o ritmo de crescimento dessa população tem superado os 3,0% ao ano. Atingiu seu ponto máximo nos anos 70, quando alcançou uma taxa de crescimento de 4,1% ao ano. Na década seguinte, ainda apresentou um ritmo considerável de 3,2%a.a. Este ritmo de crescimento tem relação direta com a implantação e desenvolvimento da Zona Franca e do Distrito Industrial na cidade de Manaus, especialmente na década de 1970.⁷

Ao fazer uma breve pesquisa sobre o tema, percebi a lacuna existente no que diz respeito às crianças trabalhadoras domésticas, especificamente meninas, já que esse trabalho está diretamente ligado às questões de gênero.⁸ Desde os primórdios da história da humanidade as mulheres estão inseridas no mundo do trabalho, entretanto quando se fala em valorização do trabalho feminino, ou igualdade de direito, para muitos estudiosos a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, não foi acompanhada de melhores remunerações comparadas aos homens, e quando falamos em trabalho doméstico a situação se agrava. Algumas profissões são entendidas como extensão do lar como: professora, enfermeira, algumas especialidades médicas, pedagogas e o talvez o maior, empregadas domésticas.

⁷ MOURA, H.A; SANTOS, C; BRASIL, M. C. Personae non Gratae? A Imigração Indocumentada no estado do Amazonas. Textos Iesam, Manaus-AM, v. único, 2000. p.03.

⁸ PERROT, M. Minha história das mulheres, (tradução Ângela M.S. Corrêa) – São Paulo: Contexto, 2007.p.15.

Ao analisar o trabalho de doutoramento de Jorgetânia Ferreira, em que a autora trabalha com uma análise histórica sobre empregadas domésticas, percebemos que essas trabalhadoras começaram esses serviços ainda na infância, e a maioria na casa de terceiros. Outro dado importante apontado pela autora é que pesquisas sobre o mundo do trabalho doméstico têm sido negligenciadas pela historiografia de gênero.⁹

Além da lacuna persistente no campo da produção acadêmica, existe a motivação pessoal. Quando levantei a questão com pessoas próximas a mim, em conversas cotidianas, o assunto foi tratado como corriqueiro e comum, como se sempre estivesse presente na vida de famílias pobres do interior do Amazonas, como algo cultural, justificável, com isso veio as lembranças de infância em que em minha cidade natal, o município de Tefé-AM, onde acompanhei algumas vezes minhas tias buscarem minhas primas, (prima Geusa, prima Jeovana, tia Neia, tia Nira, tia, Áurea, tia Aldenir), nos barcos (chamados de recreios na região), geralmente na época de final de ano, minhas primas e tias mais novas, chegavam com roupas novas, o que era motivo de alegria, reforçando as outras a seguirem esse caminho rumo a capital do Amazonas.

Através disso o objetivo da dissertação é verificar o cotidiano e as trajetórias de vida e trabalho de meninas que vieram para Manaus, nos anos 1970, com o objetivo de estudar e trabalhar e se tornaram “crias de famílias” e assim refletir sobre a constituição das relações sociais na cidade de Manaus neste mesmo período. Já os objetivos específicos são discutir à luz da bibliografia disponível conceito centrais como de “crias de família” bem como a historiografia das mulheres/gênero e como essas produções colaboram para a compreensão da história das mulheres no Amazonas, refletir sobre as trajetórias de vida das “crias de família”, desde as motivações para a saída de seus lugares de origem até a chegada em Manaus através das memórias (re) construídas por elas sobre seus percursos; problematizar o cotidiano vivenciado por essas meninas, trabalhadoras domésticas na cidade de Manaus, analisando seus conflitos, processos de resistências e acomodações.

Gonçalves diz que, desde a Antiguidade, a mulher foi rotulada como ser que está ligada a natureza e por isso é um ser emocional, é natural cuidar dos filhos, da casa,

⁹ FERREIRA, J. S. TRABALHO DOMÉSTICO EM DOMICÍLIO: Cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no Triângulo Mineiro (1950-1005). Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2006. pp. 36-37.

ela está biologicamente preparada para isso, e ela perpetua sua natureza, passando tudo o que sabe, para sua filha, já que esta tem por obrigação, dá continuidade a este ciclo.¹⁰ Se as mulheres estão biologicamente programadas para amar, cuidar de sua prole; os homens são tidos como seres racionais, os provedores da alimentação e da segurança dos demais membros da família, cabendo a eles serem o chefe e “o cabeça” dessa mulher. Nessa correlação de forças é fácil imaginarmos a situação das meninas, duplamente subalternizadas (pela idade e pelo gênero), em sua condição de idas e vindas em casa de terceiros.

Nesse sentido, é interessante inclusive observar certa disputa de poder dentro desse universo de afazeres doméstico entre mulheres de idades e condições diferentes:

Curioso, portanto, é que ao controlar uma menina para livrar-se dos serviços domésticos, a patroa expõe sua contradição, pois ao mesmo tempo extravasa sua raiva inconsciente contra aquela que está usurpando o lugar que por tradição é seu. A cozinha, por exemplo, é sua, as panelas são suas, e alguém de fora está ameaçando tomar seu patrimônio feminino, mas garante que a vitória será dela porque ninguém fará nada tão bem feito como.¹¹

Reportando-nos para a questão na Amazônia, sobre a circulação de crianças em casas de terceiros, existem certas peculiaridades. Não é incomum “doar uma filha”, para ajudar um parente, ou amigo, e os motivos são diversos, seja em troca de um favor, por esse parente ter ajudado a família em algum momento difícil, seja porque a menina está ficando moça e precisa de “rumo na vida”. Claro que, com a pobreza, famílias com muitos filhos, sem condições de alimentá-los, “doam suas meninas” na esperança de que estudem e tenham um bom futuro. Como nos diz Motta-Maués, Igreja e Dantas:

De todo modo, o que a “circulação de crianças” têm em comum, em qualquer tradução, é ser um fenômeno que se atualiza na cidade. Se tal fenômeno tem sido pensado, na sua face mais explícita, dentro da discussão sobre infância e família, ele implica também numa outra expressão nunca visibilizada: a das diferenciações, hierarquia, estratégias que regem a movimentação das crianças no espaço da casa, entre lares, entre o lar original ou receptor e outros e outros espaços, o que implica, de um lado, em sua inscrição na “geografia” da casa (as diferentes casas de suas mudanças) e, de outro, da própria cidade.¹²

¹⁰ GONÇALVES, A. L. História e Gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

¹¹ VAZ, M. A menina e a casa – a identidade coletiva da menina empregada doméstica. Salvador, Bahia, mar. 1999. p. 38.

¹² MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREJA, D. G. L.; DANTAS, L. M. S. De casa em casa, de rua em rua... na cidade: “Circulação de crianças”, hierarquias e espaços sociais em Belém. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. p. 01.

Esse aspecto fundamental da “circulação” pode ser observado na fala de todas as nossas entrevistadas. Todas vindas do interior para a capital, indo e vindo algumas vezes entre esses dois espaços, na maioria dos casos e também a recorrência nos relatos de todas elas ao informar que trabalharam em muitas casas, seja ao longo dos anos em que estiveram sob a tutela de uma família seja simultaneamente na casa de seus patrões e de familiares destes.

A discussão sobre a circulação de crianças na Amazônia existe, porém, o que pretendemos em nosso trabalho é perceber, através das falas dessas meninas/mulheres, como elas interpretam suas trajetórias de vida, suas lutas, conquistas, perdas e seus caminhos e assim, acreditamos poder contribuir para a história da constituição das relações sociais na cidade de Manaus.

Quando pensamos no assunto, logo se reflete a pobreza, porém precisamos entender, para além dos aspectos econômicos os traços culturais nesses tipos de acontecimentos, já que estas não são práticas isoladas, nem mesmo um fenômeno presente apenas na região amazônica. Contudo, dados nossos limites de tempo e espaço sugeridos para uma pesquisa no âmbito da pós-graduação, a amplitude do tema requer, ou melhor, precisa ser estudada no contexto amazônico, assumindo traços e especificidade mais marcada por um relato de história local, quando muito, regional.

As “crias” de família ou “afilhadas”, que vieram do interior para a capital, que muitas vezes também são rotuladas de sobrinhas, “filhas de criação”, podem ser comparadas, a história de crianças e mulheres, que no período Imperial, eram encomendadas por famílias da capital Manaus, aos donos de barcos, na esperança de fugir, do destino cruel da fome e miséria. (Costa p.321)

Muitas vezes essas meninas convivem desde a sua infância com as famílias que as adotaram, desenvolvem afeto, gratidão, mas também, mágoas devido ao estatuto desigual que lhes é atribuído em relação aos filhos legítimos. Esse traço pode ser localizado, por exemplo, numa das nossas entrevistas em que a depoente atribui sua exploração e submissão a trabalhos extenuantes ao fato de ser mais bonita que as filhas de sua patroa. Ao mesmo tempo em que apresenta certo dado de reforço psicológico, ao reiterar várias vezes seus atributos físicos de beleza, apresenta certa mágoa por ter

sido tão maltratada em função dessas mesmas características.

Essa relação ambígua leva a construção, de sentimentos de gratidão e raiva, às vezes os sentimentos que mesmo filhos legítimos sentem em relação aos pais quando se acham injustiçados. Mas, ao invés de mãe e pai, são padrinhos, donos de uma carga de poder maior sobre os afilhados, já que esses não tinham dever nenhum de cuidar, pois não é sua filha. Com isso, a menina se torna refém, e “responsável” por si. Mas como pode ser dona de sua vida se ela está envolvida nesse emaranhado de relações, na qual deve ser obediente e grata aos seus padrinhos e como pode ser grata se tem a experiência de ter sido explorada?

Muitas vezes essas situações ambíguas são construídas cotidianamente, em momentos em que os maus tratos e trabalhos são “recompensados” com presentes e pequenos agrados, criando sentimentos conflitantes.

A “cria de família”, como nos diz Motta-Maués, geralmente é uma menina que vem do interior do estado, das pequenas localidades para a capital, e é entregue por alguém da família, para uma pessoa da família que a menina vai viver, para alguém que pretensamente vai cria-la. Por essa criação ela tem que dar algo em troca, esse algo em troca é a prestação do trabalho doméstico. Ainda segundo a mesma autora, havia a prática ou ideia, que essas meninas vinham para iniciar sexualmente os filhos da família, os filhos dos patrões, há uma forte interseção entre essa prática e o gênero, já que a maioria das “crias” eram meninas. Não por acaso quase todas as nossas entrevistadas relataram situações de assédio sexual e até casos de estupros premeditados, com uso de violência brutal.

No Brasil, segundo dados oficiais, o emprego doméstico abriga uma das maiores categorias de trabalhadores, algo em torno de 7,2 milhões em 2009, e especialmente de trabalhadoras, já que o percentual de mulheres nessa atividade profissional ultrapassa os 93%, segundo pesquisas de 2009, eram 6,7 milhões, de empregadas domésticas no país.¹³

Para um contexto nacional, as análises de Dantas são fundamentais para compreender como o trabalho doméstico é majoritariamente desempenhado por mulheres.

¹³ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Situação atual das trabalhadoras domésticas no Brasil no Brasil, comunicados do IPEA, n.90, 5 de maio de 2011, p.4.

E ainda segundo a autora, no contexto brasileiro, esse serviço voltou-se comumente as escravas negras e/ou mulheres pobres, que exerciam não apenas o cozimento de alimentos, a limpeza das casas e a lavagem e passagem de roupas, como também se comportavam como “babás” das patroas e de seus filhos, às dando banho, às vestido, penteado e às acompanhado em aparições públicas (por vezes não só nos serviços domésticos e até sexuais), desde a infância até a velhice. A autora fala em uma “cultura da escravidão”, na qual a história dessas meninas exploradas no mundo doméstico teria certa relação de continuidade.¹⁴

As filhas da aristocracia aprendiam as prendas do lar com a mãe para obter um bom casamento, mas também aprendiam praticar esgrima, montar cavalo, tocar piano, frequentavam colégio interno. Já as filhas das camadas populares eram postas para trabalhar muito cedo, geralmente em serviços domésticos. Tais aspectos são objetos de estudo de infindáveis obras historiográficas e amplamente exploradas pela Literatura, tais como nas obras *Dois Irmãos e Órfãos do Eldorado* de Milton Hatoum.

Na região amazônica, há uma prática secular dos nativos doarem seus filhos aos padres na esperança de vida melhor, o rapto de crianças encomendadas aos regatões também não era incomum, as encomendas eram feitas por famílias de Manaus. Houve casos em que crianças foram oferecidas a autoridades da capital como presentes, e até no Rio de Janeiro, como os estudos de Costa apontaram.¹⁵

A autora aponta que, fosse por rapto ou doação, essa mão de obra era apreciada, e apesar de autoridades terem conhecimento, era algo tratado no âmbito do privado e que a prática de uma família interiorana de doar seu filho ou filha na esperança de condições melhores de sobrevivência ainda persiste até a atualidade.

O trabalho doméstico vem passando por várias mudanças e entendemos o que trabalho doméstico no Brasil tem várias faces, embora continue predominante entre as mulheres a participação dos homens tem crescido ainda na forma de “ajuda”, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2019, 78% dos homens brasileiros contribuem para os serviços domésticos, enquanto mulheres são 92%, porém elas dedicam 21 horas semanais, em média, aos cuidados da casa, o dobro dos homens,

¹⁴ DANTAS, L.M.S. Destino ou Escolha? Narrativas e memória acerca do trabalho a partir das experiências intergeracionais de domésticas em Porto Alegre/RS.

¹⁵ COSTA, H. L. C. As mulheres e o poder na Amazônia. Manaus: EDUA, 2005. p. 321.

independentemente de sua profissão.

O trabalho doméstico, embora essencial para o funcionamento da sociedade, historicamente foi relegado a um espaço de invisibilidade e desvalorização. Ao longo do tempo, ele assumiu diferentes formas: pode ser remunerado ou não remunerado, formal ou informal, voluntário ou forçado. Em muitas situações, especialmente no Brasil e em outros países marcados por passados coloniais, ele ainda carrega traços de práticas análogas à escravidão.

"Narrar é Resistir: A Força da Palavra na Construção Histórica"

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional.¹⁶

Fazer um trabalho de História Oral é instigante porque possibilita análise, a subjetividade, a percepção de cada narrador, de sua fala singular, as experiências que ele construiu enquanto membro de um grupo. Os caminhos que "optou" trilhar pelo fato de não estar sozinho, de ter com "quem contar" e com "quem se preocupar", perceber as estratégias dessa coletividade para sobreviver às vicissitudes da vida, não só materialmente, mas conservando e atualizando seus vínculos simbólicos, valores e projetos coletivos.

A história oral refere-se às histórias e memórias pessoais contadas por certos indivíduos sobre seu passado e o processo formal de coleta e análise dessas informações pelos historiadores. Para obter uma imagem mais concreta e abrangente do passado, a história oral utiliza o processo de registrar e preservar informações de uma fonte primária e quando possível disponibilizá-las ao público.

A história oral, enquanto metodologia, permite acessar memórias, experiências e percepções de sujeitos que muitas vezes foram silenciados pelas narrativas oficiais. Ao dar centralidade à fala das colaboradoras, essa abordagem valoriza o vivido, o subjetivo e o cotidiano como fontes para a construção do conhecimento histórico.

A fonte oral pode agregar uma dimensão viva e trazer novas perspectivas à historiografia, pois o historiador muitas vezes precisa de uma variedade de documentos,

¹⁶ POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1992 [1989].

não apenas escritos. Vale a pena mostrar aqui o desenvolvimento de uma importante prática que faz parte da historiografia contemporânea. Portanto, a história oral só pode ser utilizada quando se pesquisam temas atuais que ocorreram em um passado não muito distante, ou seja, que a memória do ser humano alcançar, para que as pessoas que dela participaram, seja como atores, podem ser entrevistados ou como testemunhas. É óbvio que, ao longo do tempo, as entrevistas criadas dessa forma podem servir como fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos.

Nessa linha, a história oral, segundo a citação, enfoca a memória humana e sua capacidade de lembrar o passado como testemunho do que foi vivenciado. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psicológica e intelectual de fragmentos representativos de um mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parcial como resultado dos estímulos para sua seleção. Não se trata apenas de uma memória de determinado indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas memórias são permeadas de deduções coletivas, moralizantes ou não (Pollak).

Vale dizer que de certa forma filtramos nossas memórias e ativamos o que queremos, o que é significativo para nós. Não podemos impedir que certas memórias apareçam, mas podemos controlar a maneira como essas memórias saem da esfera íntima e privada e assumem uma vida pública própria.

Para pensar as entrevistas, temos realizado algumas leituras sobre memória e história oral. Dessa forma, sabemos que a memória tem toda uma complexidade para ser compreendida e dessa forma buscamos nos referenciar por(Pollak), que nos diz que memória é um conhecimento do passado que é capitaneado, guiado, pelo presente, normalmente a memória glorifica ou demoniza o passado, aquilo que ela quer lembrar, e carrega julgamentos morais que ela quer lembrar.¹⁷ É uma reconstrução do passado que normalmente serve para atender muitas vezes projetos de poder, excluindo as minorias e marginalizados, para o autor existem várias memórias, essas podem ser reavivadas de acordo com o interesse de cada grupo.

Os trabalhos de Pollak ganharam força a partir da década de 1980 entre os cientistas sociais de modo geral ao trazer discussões que enfatizaram a relação entre

¹⁷ POLLAK. *Memória e Identidade Social*. [1989]. p. 02.

memória individual e coletiva. Nesse sentido, o autor se distancia dos debates clássicos propostos por Maurice Halbwachs, para quem a memória individual estava sempre submetida aos quadros da memória coletiva.¹⁸ Essas conexões entre a memória coletiva e individual são pensadas por Pollak no seguinte sentido:

Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante.¹⁹

Mesmo quando fala em memória coletiva, Pollak se refere a uma memória construída não oficialmente, mas uma “memória em disputa”, ou seja, construída subterraneamente pela população civil e não pelos órgãos de estado:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.²⁰

Assim, Pollak nos ajuda a melhor pensar a trajetória das “crias de família” das décadas de 1970 em Manaus, no sentido de articular suas memórias individuais a um contexto mais amplo de transformação da sociedade amazonense daquele período. O referido autor privilegiou em suas análises os setores subalternizados da sociedade europeia do pós-Segunda Guerra – seu objeto de estudo privilegiado –, o que nos permite, por aproximação com nosso próprio tema, pensar questões correlatas.

A memória, como bem nos alerta o historiador italiano Alessandro Portelli não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados.²¹ Tendo isso presente, é possível pensar na construção e reconstrução das memórias dessas meninas da década de 1970, hoje senhoras. Que

¹⁸ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006 [1950].

¹⁹ POLLAK, M. *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1992 [1989]. p. 201.

²⁰ POLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 06.

²¹ PORTELLI, A. *História oral como arte e escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 19.

lembranças evocam sobre o período que vieram para Manaus? Os silêncios da fala são esquecimentos fortuitos ou propositais? Que discursos elaboram sobre si e os outros? Que sentido dão a determinados acontecimentos? Questão como essas estarão sempre presente neste trabalho.²²

Para Portelli, os sujeitos precisam ser ouvidos, porque eles têm voz, esses sujeitos não são meras fontes a serviço do pesquisador, com isso o retorno a essas pessoas é essencial para a construção de um trabalho sério²³. Para o autor, oralidade e democracia caminham juntas, já que todos os meios de comunicação podem excluir, nem todos têm acesso ou sabem usar um computador ou ler e escrever, a oralidade é a forma específica dos excluídos e marginalizados se comunicarem. Como o autor nos adverte:

Quando falamos de história oral, entretanto, também nos referimos a algo mais específico. Mais do que uma ferramenta adicional, por vezes secundária, na panóplia do historiador, as fontes orais são utilizadas como eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador.²⁴

De fato, e como é notório, para cada tipo de fonte necessita-se de um tipo de metodologia específica, às vezes mais de uma ou duas, trabalhando em conjunto para dar conta das diversas questões que permeiam uma pesquisa. Exigido do pesquisador, da pesquisadora, certa disposição interdisciplinar e uma certa sensibilidade para compreender as nuances das fontes, sobretudo, quando estas são relatos de pessoas que carregam um alto grau de subjetividade.

Nessa perspectiva entende-se que as fontes orais são geradas, e que isso ocorre em uma troca, onde perguntas são feitas e respondidas, nem sempre se encontra o que se busca, é possível que o historiador seja levado em outras direções. O historiador busca um conhecimento que não detém, o entrevistado tem o conhecimento.²⁵

Para utilizarmos uma expressão famosa, cunhada por Jean-Jacques Becker, outro grande intelectual com destaque nas pesquisas e no uso metodológico das fontes orais,

²² O esquecimento é uma dimensão fundamental para compreendermos as questões em torno da construção da Memória, ver: POLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio", Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989.

²³ PORTELLI, A. História oral e o poder. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza – CE, 2009. p. 03.

²⁴ PORTELLI, A. História oral como arte e escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 10.

²⁵ PORTELLI, A. História oral e o poder. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza – CE, 2009. p. 04.

esse tipo de fonte são como “arquivos produzidos”.²⁶ Isso significa dizer que não só o entrevistado produz informações, o entrevistador também exerce um papel ativo, quando inquirir e provoca sua fonte a falar, a fonte é produzida de forma compartilhada. E como advertia Marc Bloch, uma fonte só fala quando sabemos fazer as perguntas corretas, o que esperamos saber fazer, tendo clareza que “o passado é seu tirano”. Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece [conscientemente ou não].²⁷

Portanto, como toda e qualquer fonte, as oriundas de entrevistas não podem ser tomadas como expressões de uma objetividade manifesta, tampouco como puramente subjetividade latente e inadequada para um trabalho de rigor acadêmico. Antes de ser produzida, analisada e discutida metodologicamente, insistimos, é como toda e qualquer outra fonte que se possam valer os profissionais da História.

Como aporte teórico, nos valeremos também das reflexões produzidas pela História Social Inglesa, na perspectiva da “história vista de baixo”.²⁸ Para Thompson era preciso ir além dos ditos grandes fatos e heróis, já que isso era somente uma parte da história, ou mesmo uma seleção, as grandes massas eram negligenciadas, os operários, os camponeses e artesãos.²⁹ Mesmo centrada na trajetória de ingleses dos séculos XVIII e XIX, as reflexões produzidas por Thompson e outros autores ligados a essa perspectiva de História nos provavam a pensar nossos próprios objetos, em condições semelhantes, salvaguardadas as especificidades de tempo e espaço.

Nessa linha de pensamento, nosso trabalho tenta expandir os estudos da história, para aqueles cuja historiografia ainda não alcançou, no nosso caso em particular, as crias de família e seu mundo doméstico na Manaus dos anos de 1970.

A dissertação será estruturada em três capítulos. No primeiro, buscamos discutir

²⁶ BECKER, Jean-Jacques. “O handicap do a posteriori”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 27. Sobre as reflexões de Becker a cerca da História Oral e demais autores, ver também: ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História” In: PINSKY, Carla. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2011, pp.155-202.

²⁷ BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 75.

²⁸ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) A Escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 40-98.

²⁹ THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Particularmente o ensaio intitulado “A História vista de baixo”.

de modo geral, o trabalho doméstico no Brasil, amparada numa bibliografia que trata sobre esse tema; um tipo de trabalho que ainda é majoritariamente feminino.³⁰

Ao olhar para a historiografia sobre o assunto, percebemos como essa importante categoria de trabalhadoras tem sido silenciada pela historiografia hegemônica. Mesmo com os estudos sobre história das mulheres emergindo na década de 1970, estudos sobre o trabalho doméstico não foram contemplados. Na primeira década do século XX, houve um grande avanço na historiografia, contudo ainda não contemplavam as dinâmicas específicas de cada região do Brasil. Abordamos ainda “circulação de crianças” na Amazônia, entendemos que isso não é um fenômeno atual, alguns autores nos dizem que doar o filho/filha a “terceiro”, era uma prática dos indígenas e famílias interioranas, com registros no final do século XIX, e que ainda se apelava para os Juízo dos Órfãos para conseguir mão de obra doméstica com promessas que não eram cumpridas. A questão do rapto de crianças também era comum, geralmente para uma família da capital.³¹

Buscamos discutir o conceito de “crias”, que são meninas vindas do interior para a capital³², isso segundo a antropologia, que diz que essas crianças/adolescentes saem de seus lugares de origem para trabalhar, estudar, tentar sair de uma situação de pobreza, entre outros. O destino dessas então meninas, geralmente, eram os serviços domésticos. O impacto dessa experiência precisa ser estudado com as peculiaridades do estado do Amazonas, já que é algo tão arraigado em tradições, e muitas vezes explicado de forma natural, algo que é imposto pela pobreza ou pela estrutura social, não pode ser natural.

No segundo capítulo com o título Memória, Manaus (1970), Migração, buscaremos falar sobre a memória de seus lugares de origem, infância, trabalho, vida no interior, a chegada em Manaus, novas descobertas. Refletiremos sobre como essas meninas viviam com suas famílias, através dos relatos das experiências dessas meninas (hoje mulheres), nos utilizaremos da historiografia existente, como nos diz Halbwachs, as

³⁰ FERREIRA, J. da S. TRABALHO EM DOMICÍLIO: Cotidiano de Trabalhadoras Domésticas e Donas de Casa no Triângulo Mineiro (1950-2005), 2006.

³¹ PESSOA, A. B. Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus, 1890-1920. Manaus-EDUA 2015. COSTA, H. L. C da. As mulheres e o poder na Amazônia. Manaus: EDUA, 2005.

³² DANTAS, L. M. S. “Pais” ou “Patrões”? Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia. Belém-(PA), UFPA, 2007.

experiências individuais, se entrelaçam com as memórias do grupo no qual pertencem. Como nos assegura o autor:

Toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”, seu valor não está naquilo que o narrador possa esclarecer e informar e sim naquilo que ele pode transmitir como experiência vivida e revivida, como realidade subjetiva e única, como sabedoria, como "aura".³³

Nesse particular seguiremos a proposta de Pollak, sobre a intersecção dessas duas dimensões da construção da memória, como acima ressaltamos.

O terceiro capítulo trata dos abusos e assédios sofridos pelas crias de família.

As mulheres que entrevistamos relataram situações de violência físicas e psicológicas quando estavam trabalhando ainda crianças/adolescentes na casa de terceiros. Alguns relatos de nossas fontes nos falam sobre privação de alimentos, falta de roupas e violência sexual. Independente da condição social em que essas menores viviam em seu lugar de origem, a mudança para a capital significava expectativas de melhores condições de vida, mas o que a maioria de nossas entrevistadas nos relatou foram situações de uma rotina de trabalho exaustiva, a privação da escola, na maioria dos casos não tinham remuneração.

Costurando Memórias: entre memórias, silêncios e saudades

As entrevistas realizadas com as chamadas “crias” de família, mulheres que, ainda meninas, deixaram o interior do Amazonas nas décadas passadas para trabalhar como domésticas em casas da capital, revelam não apenas fragmentos de um passado marcado por desigualdade, mas também camadas profundas de sentimentos, afetos e laços. As falas dessas mulheres, hoje adultas, carregam a força da memória viva, mas também os pesos do que não foi dito, do que foi esquecido ou silenciado com o tempo. Minhas entrevistas foram feitas nas adjacências de onde moro, bairro do São José I e II, São José dos Campos, Novo Aleixo e Parque das Garças.

Ao abrir espaço para que essas vozes fossem escutadas, o processo de entrevista não foi apenas um momento de coleta de dados: tornou-se um exercício de escuta atenta e ética, onde saudades da terra natal, lembranças da infância interrompida e os silêncios sobre dor e resistência emergiram com intensidade. Muitas vezes, o que não

³³ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006 [1950]. p. 85.

foi dito falou tão alto quanto o que foi narrado. Perguntei às minhas colaboradoras se gostariam se algumas falas fossem ocultadas (por opção ocultei propositadamente algumas falas) , assim como seus nomes, a resposta de todas foi não, as fotos foram escolhidas e enviadas por elas

Essa escuta revelou que a memória, ao mesmo tempo em que resgata o vivido, também o reconstrói. Entre pausas emocionadas, sorrisos ao lembrar de alguma amizade da época ou lágrimas ao tocar em feridas ainda abertas (chorei disfarçadamente em muitos momentos, outros a garganta não conseguia respirar) , foi possível perceber como o passado ainda reverbera no presente dessas mulheres. Suas histórias, carregadas de ambivalências, desafiam qualquer tentativa de categorização simples entre vítimas ou sobreviventes, exploradas ou cuidadas. São vidas marcadas por contradições, afetos cruzados e relações complexas de poder e afeto.



Figura 1 – Maria Altacyr dos Santos Maciel

Nossa entrevistada nos recebeu em sua casa no bairro São José II Manaus-AM, nos levou para seu quarto segundo ela , para melhor privacidade, estávamos a sós, Altacyr é oriunda do município de Tefé (Am), nasceu no dia 20 de março de 1965, sua viagem para Manaus se deu em 1978, logo após a morte trágica de seu pai, sua mãe com 8 filhos não tinha condições de alimentá-la e nem aos seus irmãos, segundo ela sua mãe lavava roupa para uma família rica do município, mas o dinheiro não era suficiente. Altacyr nos fala até então que a única alternativa para ela e suas irmãs era trabalhar

como doméstica, ela era a filha mais velha e foi trabalhar como doméstica primeiro, ainda no município de Tefé, logo seguida por suas quatro irmãs, que também tiveram esse destino em épocas e idades diferentes, ela tem 4 filhos, é costureira, e possui o ensino médio incompleto.



Figura 2 – Alzenira Ferreira dos Santos

Em uma manhã ensolarada, Alzenira me recebeu em sua agradável casa com um café da manhã delicioso, ela é casada com um capitão da polícia militar do Amazonas, tem 2 filhos e exerce o trabalho doméstico em sua própria casa, possui o ensino médio completo, nasceu no dia 03 de novembro de 1971, no município de Tefé (Am), onde mora atualmente, segundo seu relato chegou em Manaus em 1979, e morou com a família que a recebeu até os 16 anos, quando retornou ao seu município de origem, segundo ela essa família a levou para conhecer outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, ela relata que conheceu muitas cidades pois eles viajavam de carro, o mais espantoso, é que durante esses anos sua família praticamente não tinha notícias dela, já que a comunicação era muito difícil, em seu entendimento ela relata que teve muita sorte pois a família que a acolheu, dava roupa, comida, viagem, o trabalho doméstico não era tão pesado e segundo sua fala, era respeitada.



Figura 3 – Rosani Brasil Lopes

Rosani é natural do município de Borba-(Am), nascida em 18 de setembro de

1963, segundo seu relato chegou em Manaus em 1972, para morar com sua tia irmã de seu pai, pois sua mãe havia falecido e seu pai não tinha como cuidar dela e do irmão que era mais novo, já que seu pai viajava muito por ser comandante de barco, e ficou em Borba com outra tia irmã de sua falecida mãe, chegando em Manaus segundo seu relato ela foi morar na rua Joaquim Nabuco, em uma casa muito bonita pois sua tia que morava sozinha era, suas palavras uma “dama de luxo”, ela relata que sentia muita mágoa pelas “surras” que recebeu da tia, mas sente gratidão também pois segundo ela sua tia a ensinou cuidar da casa, ela morou dois anos com a tia pois seu pai se casou novamente e veio buscá-la. Rosani possui o ensino superior em pedagogia, é professora aposentada da secretaria municipal de educação de Manaus, é proprietária e gestora de uma escola privada, Centro Educacional Batista Canaã, local de nossa entrevista, localizado no bairro de São José I, bairro em que reside, é casada e tem 5 filhos. Perguntei a Rosani se ela gostaria que alguma fala fosse retirada, ou seu nome ocultado, a resposta foi não, ela se diz feliz e orgulhosa de sua história, e que passou por situações terríveis e se diz satisfeita por sua trajetória, a mesma pergunta foi feita a todas entrevistadas.



Figura 4 – Alaíde Alcantarino Teófilo

Nascida no município de Itacoatiara (Am), em 29 de novembro de 1959, chegou com seus avós maternos em Manaus no ano de 1969, Alaíde conta que gostaria de fazer um livro sobre sua história de vida, no lugar onde nasceu era terra de várzea, segundo seu relato sua infância foi de muito sofrimento pois sua mãe faleceu quando ela era muito pequena e seu pai abandonou ela e seus três irmãos, seus avós mesmo com boa vontade mal tinham o que comer, “...eu e meus irmãos lavávamos juta com meu avô, dava vontade de chorar, era muito pesado o serviço, passamos muita fome, meu avô vendeu o terreno pra ver se em Manaus as coisas melhoraram, fez foi piorar, no interior tinha pelo menos o peixe e a farinha”. Em Manaus, Alaíde logo foi trabalhar na casa de um casal de médicos, para cuidar de um menino de 4 anos, segundo seu relato o menino era quase do seu tamanho pois ela era muito pequena e magra, ela relata abusos físicos

e psicológicos sofridos. Alaíde conta que sua experiência quando criança e adolescente como doméstica foi terrível, e que carrega as marcas no corpo e na alma até hoje, “...sofri todo tipo de abuso que possa imaginar”. Alaíde mora no bairro Parque das Garças em Manaus, teve 4 filhos, é costureira e vendedora de cosméticos.



Figura 5 – Jacilene Lopes da Silva

Em uma manhã bastante agradável, sem muito calor, Jacilene me recebeu em sua casa, bastante sorridente e diria até eufórica, nossa entrevista foi bastante longa, com pausas para o cafezinho, nascida no município de Nhamundá (Am), em 03 de agosto de 1960, chegou na cidade de Manaus em 1972, Jacilene nos conta que aprendeu muito cedo com sua mãe a cuidar de uma casa, ela se mostra muito orgulhosa de ser uma doméstica dedicada e ama sua profissão, apesar de exercer o trabalho doméstico atualmente somente em sua própria casa, ela trabalhou até 2018 com carteira assinada (devido a falta de documentação até o dia da entrevista não tinha conseguido se aposentar), durante grande parte de sua vida Jacilene morou na casa de seus patrões, em uma das casas onde trabalhou e morou durante 10 anos, nasceu seu único filho Rodrigo, em suas palavras, “ ...ela (patroa) amava meu filho como se fosse da suas entranhas, defendia

de tudo e de todos , aí fiquei mais presa pois não tinha como sair de lá pois ela tinha problema de coração”. Quando Jacilene saiu da casa seu filho ficou, ela conta que se casou somente aos 42 anos, e que não conseguiu mais engravidar, algo desejado por ela, Jacilene possui o ensino médio Incompleto e mora no bairro de Novo Aleixo em Manaus.



Figura 6 – Augusta Pereira da Silva

Augusta nasceu no município de Coari-(Am), no dia 8 de outubro de 1955, chegou na cidade de Manaus em 1968, a entrevista aconteceu na casa da entrevistada , Augusta uma mulher bastante simples no falar, meiga e gentil no trato, quando perguntei o motivo de seu deslocamento para Manaus , a resposta foi ; Meu padrasto começou com aquelas coisas (silêncio e cabeça baixa por alguns segundos que pareciam horas), Augusta nos relatou que começou cuidar de crianças pequenas em casa de

terceiros, com a idade de 8 anos , em seu município de origem, porém a oportunidade de viajar para Manaus surgiu quando uma irmã de uma patroa estava em Coari, a procura de uma menina para levar para Manaus para um casal de amigos que estavam esperando o primeiro filho, sobre o pagamento na cidade de Coari, relatou que recebia uma ajuda com a alimentação e roupas. Augusta trabalhou como doméstica até se casar aos 17 anos, trabalhou como copeira e faxineira em algumas empresas de Manaus, sua profissão é costureira, tem 8 filhos,19 netos e 11 bisnetos, é viúva desde 2014 e recebe a pensão do falecido marido, mora no bairro de São José dos Campos em Manaus, possui o ensino fundamental incompleto.



Figura 7 – Raimunda Nonata Gomes da Silva

Nonata nasceu no município de Itacoatiara (Am), em 16 de janeiro de 1957, reside no bairro de São José dos Campos em Manaus, tem 5 filhos, trabalhou como empregada

doméstica e se aposentou como tal, chegou na cidade de Manaus em 1968. Nonata me recebeu na sala de sua casa. Talvez tenha sido a entrevista mais difícil, mal proferi a primeira pergunta, Nonata começou a chorar copiosamente, me mantive aparentemente calma, tentando acalmá-la, sugeri marcamos em outra ocasião ou mesmo cancelar, mas ela insistiu em contar sua história, foi uma entrevista rápida e regada com lágrimas do começo ao fim, seu relato começa direto com uma lembrança de agressão, ... “Vim pra morar em Manaus morar na casa da minha madrinha, e logo ela me deixou com uma mulher pra brincar com as filhas dela, ela disse que iria me dar roupa e cuidar de mim, quando minha madrinha foi embora, ela me acordava cinco horas da manhã pra fazer as coisas, tentava fazer tudo, mais ela não se contentava, me levava pro banheiro e me socava, me batia, me batia, não me alimentava direito, não sei quanto tempo fiquei, mas foi muito tempo, minha mãe morava no interior, não tinha como ir embora”.

1

Capítulo 1: Trabalho doméstico e as “crias” de famílias

1.1 Trabalho doméstico

A partir da década de 1970, poucos estudos no Brasil abordaram os trabalhos domésticos e suas implicações.³⁴ Saffioti assinala que com o fim da escravidão surgiu o assalariamento por serviços doméstico, embora muitas moças exercessem este trabalho em troca de comida e casa, as chamadas “crias da casa”.³⁵ A autora salienta que o trabalho doméstico sofreu fragmentação no que diz respeito a sua regularização e que o primeiro regulamento sobre os serviços domésticos se deu no estado do Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1923. Esta regulamentação identificou os prestadores de serviços domésticos, copeiros, cozinheiros, passadeira, engomadeira, amas de leite e secas, damas de companhia e costureiras. No que diz respeito a esta regulamentação, na prática trouxe pouco ou nenhum benefício ao trabalhador doméstico.

As trabalhadoras domésticas ficaram fora da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Saffioti destaca ainda que o trabalho doméstico foi classificado como de natureza não-econômica, e que os direitos dessas trabalhadoras sempre foram relegados para o segundo plano pelos legisladores, possivelmente pelo seu caráter íntimo, a família não é uma empresa. Ao criticar o modo de trabalho capitalista, a autora fala sobre coexistência com formas não capitalista de trabalho, mas isso não significa que o capitalismo não absorva esse trabalho, ou mesmo que não seja incorporado por ele, como é caso da mulher que fica em casa desempenhando serviços domésticos, enquanto

³⁴ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. Trabalho e emancipação: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890- 1940). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus. p.107.

³⁵ SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. 1 ed. Petrópolis; Vozes, 1978. p. 36. 183.

os demais saem para trabalhar, a questão envolve a discussão sobre trabalho produtivo e reprodutivo.³⁶

Segundo Ferreira, o trabalho doméstico é praticado pela maioria das mulheres no Brasil, e o principal emprego de mulheres pobres em sua maioria, negras, a diferença de classes entre a trabalhadora e sua patroa, a precarização das relações de trabalho, a pobreza, a falta de vagas em creches, tudo isso contribui para que mulheres pobres contratassem mulheres mais pobres ainda para serviços domésticos, quase sempre em condições precárias.³⁷

A autora contrasta o Brasil com países ricos e diz que, o número de trabalhadoras domésticas diminuiu nesses países, enquanto no Brasil cresceu, e isso pode estar diretamente ligado às desigualdades sociais. Lugares onde a distância entre ricos e pobres são maiores, maior a terceirização dos serviços domésticos. Mesmo em países como Estados Unidos, onde a busca por trabalhadoras domésticas cresceu, isso se deu em áreas consideradas periféricas.

A autora ainda critica a escassez de trabalhos historiográficos sobre trabalhadoras domésticas, dado a relevância do tema, os trabalhos sobre História das mulheres com sua consolidada produção, ainda precisa olhar para essa questão principalmente no século XX.³⁸

Sobre a lacuna na historiografia na questão do trabalho doméstico, Souza discorre que na primeira década do século XXI esse quadro mudou, e destaca várias pesquisas sobre o assunto. Segundo a autora, essas pesquisas em sua grande maioria se deram em programas de pós-graduações em universidades públicas, mas que apesar da qualidade das pesquisas devido às fontes e abordagens diversas, elas se concentraram nos antigos e maiores centros urbanos, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Rio Grande, Pelotas e Uberlândia. A autora também aborda os termos “trabalho doméstico” e “serviço doméstico”, segundo ela a distinção ainda não é ampla e a explicação seria mesmo a ausência de pesquisas históricas sobre o assunto, mas que o termo “serviço doméstico”, é mais amplo, e usado inclusive por pesquisas internacionais, e que possivelmente isso

³⁶ SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. 1 ed. Petrópolis; Vozes, 1978. p. 39.

³⁷ FERREIRA, Jorgetânia da Silva. TRABALHO EM DOMICILIO: Quotidiano de Trabalhadoras Domésticas e Donas de Casa no Triângulo Mineiro (1950-2005), 2006.

³⁸ FERREIRA, Jorgetânia da Silva. TRABALHO EM DOMICÍLIO: Cotidiano de Trabalhadoras Domésticas e Donas de Casa no Triângulo Mineiro (1950-2005), 2006. p. 32.

se explique devido a vastas documentações de épocas usando o termo.³⁹

Compreendemos que é necessário que o trabalho historiográfico avance quando falamos de trabalho doméstico no Brasil, mas não podemos esquecer que quando entramos na esfera regional, mais precisamente o Amazonas, chega a ser invisível, é preciso discutir o tema que apesar do “boom” da última década no Brasil, ainda não contemplou as especificidades regionais. E quando falamos sobre trabalho doméstico de crianças e adolescentes na historiografia a invisibilidade vem à tona.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, entre os anos de 2008-2011, sobre trabalho Infantil doméstico no Brasil, define que o trabalho doméstico de menores é toda prestação de serviços continuada, remunerada ou não, realizada por pessoas com idade inferior a 18 anos para terceiros ou para sua própria família.⁴⁰ Essas atividades que mesmo sendo realizadas no âmbito do lar, violam direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer e ainda, acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral.

Trata-se assim, de todas as atividades que exigem responsabilidades, tempo de trabalho, em que o esforço físico, possa prejudicar a crianças e adolescentes, que ainda estão em fase de desenvolvimento. Quando comparamos esses dados atuais com o relato das nossas entrevistadas e mesmo com estudos que analisam contextos anteriores a nós estudados, percebemos que o trabalho infantil, o trabalho infantil doméstico e conseqüentemente – dada a natureza do entendimento sobre esse tipo de trabalho – o trabalho infantil doméstico de meninas é um traço recorrente e persistente na história do Brasil.

O trabalho infantil doméstico no Brasil compõe a lista das piores formas de trabalho infantil (segundo o decreto número 6.481, 12/06/2008). Esse tipo de trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil, muitas vezes está disfarçado de ajuda ou de ensino.⁴¹

³⁹ SOUZA, Flávia Fernandes. CRIADOS, ESCRAVOS e EMPREGADOS: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese de Doutorado (História), Universidade Federal Fluminense, 2017. p. 26.

⁴⁰ O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO BRASIL: Avaliação a partir dos micros dados da Pnad/IBGE (2008-2011).

⁴¹ Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). DECRETO Nº 6.481, DE

1.2 Sobre a “Circulação de Crianças na Amazônia”

As “crias” de família são, em sua maioria, mulheres, meninas, advindas principalmente de municípios do interior do estado ou estados vizinhos, enviadas por seus familiares na intenção de serem aí criadas, educadas por uma família, ajudando também, aprendendo as tarefas domésticas. Para isso, são entregues, às vezes por intermediários⁴², a uma família da cidade, a qual pode ter alguma relação com a sua origem (parentes consanguíneos, compadrio etc.) ou não; geralmente vem ainda crianças (por vezes, bem pequenas, com seus sete, oito anos) ou adolescentes, para “ajudar” nos serviços domésticos e em “troca” obter moradia, vestuário, educação, ou seja, uma “chance na vida”.⁴³

Pequenos, meninas, filhos de criação, ‘crias’, são algumas designações presente segundo Motta-Maués em seu estudo sobre a circulação de crianças em Belém do Pará. Esses termos referem-se às crianças que transitaram ou transitam entre o lar de sua mãe biológica e outros, onde podem chegar a passar muitas vezes, longos anos de sua vida. Esse movimento é o que a Antropologia estuda com o nome de “circulação de crianças”.⁴⁴

Almada provoca uma reflexão bastante interessante e fundamental acerca de como, possivelmente, se constituíram as “crias de família”, a partir da lei do ventre livre e da abolição da escravidão no Brasil 1870-1888, o autor enfatiza que o “escravo menor”, após a lei do ventre livre é mantido em condição de exploração através da “tutela”,

12 DE JUNHO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Consultado em 24 de abril de 2019.

⁴² Em seu romance *Dois Irmãos*, o escritor amazonense Milton Hatoum (2006), apresenta a Manaus das primeiras décadas do XX, através de personagem chave como Domingas, que esteve como aluna num colégio de religiosas, destinado à acolhia de meninas órfãs das localidades ao longo dos rios e, entre outras coisas, as preparava para servirem (como “crias”) em casas de famílias abastadas da cidade. Ver. COSTA, H.L.C da. *As mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005. A autora pontua sobre o rapto de mulheres e crianças indígenas, no caso das crianças, por causa da encomenda feita por alguma família da cidade, sob o manto de adoção se tornavam servas eternas, essa era uma das formas de se obter mão de obra infantil. p 321. Ver: PESSOA, A.B. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus, (1890-1920)* Manas: EDUA, 2015. p. 56.

⁴³ DANTAS, L.M.S. IGREJA, D.G.L. MOTTA-MAUÉS, M.A. *DE CASA EM CASA, DE RUA EM RUA ...NA CIDADE: “Circulação de Crianças”, Hierarquias e Espaços Sociais em Belém*. Trabalho apresentado na 26 Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 01-04 de junho, 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

⁴⁴ MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREJA, D. G. L.; DANTAS, L. M. S. *De casa em casa, de rua em rua... na cidade: “Circulação de crianças”, hierarquias e espaços sociais em Belém*. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. p. 09.

que seria instrumento para assegurar o trabalho compulsório e servil, amparado pela ideologia de progresso. Assim, ao invés de transformar menores filhos de escravos e livres, colocava os menores livres pobres em situação de igualdade com os escravos.⁴⁵

Graham afirma que mesmo depois da libertação dos escravos, as donas de casas procuravam meninas de 10 e 12 anos, porque eram mais “baratas”. Sobre a categoria de agregada, a pesquisadora verificou que além da preferência por meninas, para pagar menos, de forma que a patroa possa economizar na empregada para acumular renda, a preferência por meninas também se explica porque eram obedientes, pois o que importava era a obediência, e que a patroa só fornecia roupa e alimentos e ensinava os serviços domésticos às meninas.⁴⁶

“Como se fossem Filhas”; nosso tema é sugestivo já que muitas dessas meninas recebiam esse título, e esse status recebido pela família poderia integrar essa menina na família de forma que ela não seria uma empregada, mas também não era filha.

Através dos relatos orais de nossas fontes tentaremos compreender o processo histórico dessas meninas trabalhadoras e confrontarmos com a bibliografia existente sobre o assunto em específico ao contexto Amazônico.

Quando se fala sobre trabalho doméstico em qualquer esfera social, o que vem à cabeça é a figura feminina, esse rótulo de doméstica dado a mulheres, ainda persiste a visão de que meninas precisam ser ensinadas a cuidar da casa, para quando se casarem cuidar de sua própria casa, independente se irão trabalhar fora ou não.

Ao entrar na questão sobre meninas e o trabalho doméstico, esse assunto recai sobre as camadas mais pobres de nossa sociedade, e ainda quando falamos sobre meninas do interior do Amazonas, parece descer ao estado de miséria social.

Alba Barbosa em seu livro sobre Infância e Trabalho diz que famílias entregaram seus filhos a terceiros não é algo novo, na esperança de seus filhos terem um futuro melhor, essas famílias entregavam seus filhos a famílias que moravam na cidade, porém o que estava reservado a criança era o trabalho doméstico, a autora ainda fala que para conseguir mão de obra doméstica, se apelava para os Juízo dos Órfãos e essa prática era

⁴⁵ ALMADA, P.D. de S. A infância desvalida: menores do Pará entre a lei do ventre livre e a abolição. Monografia de conclusão de Curso de História. UFPA, 1987, Belém-PA.

⁴⁶ GRAHAM, S.L. PROTEÇÃO E OBEDIÊNCIA. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

bastante comum em Manaus 1890-1920.⁴⁷

Meninas que vieram do interior do Amazonas para Manaus, meninas na faixa de 9 aos 15 anos, eram/são obrigadas a executar trabalhos domésticos exaustivos, com aparelhos domésticos que não conheciam, já que em suas casas de origem não tinham. Muitas vezes elas eram punidas não pelo homem da casa e sim pela “madrinha”.

Essa subjugação pode ser explicada, segundo Arruda, com uma comparação entre o conto de fadas “Cinderela” e a realidade de meninas nordestinas, em que crianças iludidas na esperança de ter uma oportunidade na vida deixam a miséria que vivem, e encontram outros tipos de sofrimentos na capital, em casas de famílias, que prometem cuidar, mas que na verdade, as exploram fisicamente e psicologicamente.⁴⁸

No entanto, o que chama mais atenção deste conto não é o fato de Cinderela ser explorada, o que causa mais indignação como diz a autora, é o fato de a protagonista não poder ir ao baile encontrar o príncipe, isso nos revela a faceta de uma sociedade, que já aceitou há muito tempo, que meninas desde cedo devem cuidar da casa.

Para a antropóloga Marlene Vaz, inicialmente o trabalho das meninas se concretiza dentro do grupo doméstico de origem, sua primeira expressão de trabalho: cuidar das crianças menores, lavar roupas e utensílios domésticos, cozinhar, limpar a casa, servir as refeições, entre outros. Em seguida, delineia-se uma relação de trabalho com a rua: a participação na elaboração de produtos comercializáveis pelo grupo doméstico de origem, tais como, geladinho ou sacolé, (din-din, em Manaus), picolé, salgadinhos, artesanais, no campo ou interior dos estados brasileiros, crianças trabalham na roça da família, aprendem a pescar, trabalham na juta. Assim a menina aprende as especificidades do papel feminino com o referencial materno e faz suas escolhas nesse limitado quadro de opções, construindo sua identidade a partir da expectativa do modelo social imposto pela pobreza e pelo papel menina-mulher, ainda para autora, a escola constitui o primeiro espaço público que as meninas experimentam, quando tem acesso ao ensino público. A rigor, pelas obrigações domésticas, acabam tendo que deixar a escola nas primeiras séries de aprendizagem.⁴⁹

⁴⁷ Ver: PESSOA, A.B. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus, (1890-1920)* Manas: EDUA, 2015.

⁴⁸ ARRUDA, K. M. O trabalho infantil doméstico: rompendo com o conto da cinderela. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte*, v. 45, n. 75, p. 199-206, jan./jun. 2007.

⁴⁹ VAZ, M. *A Menina e a Casa: A Identidade Coletiva da Menina Empregada doméstica; Análise sobre*

A relevância histórica e a amplitude da prática da “circulação de crianças” na Amazônia está longe de corresponder à atenção que tal fenômeno tem tido em estudos e pesquisas. Definida por Cláudia Fonseca, primeira estudiosa a se dedicar mais especificamente sobre essa prática na área de ciências sociais, a partir de suas pesquisas, vem-se discutindo outros elementos da questão, como toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro, tal prática é interpretada também como uma estrutura básica de organização de parentesco nas camadas populares.⁵⁰ Segundo Motta-Maués, é possível pensarmos que:

De todo modo, o que a circulação de crianças tem em comum, em qualquer tradução, é ser um fenômeno que se atualiza na cidade. Se tal fenômeno tem sido pensado, na sua face mais explícita, dentro da discussão sobre infância e família, ele implica também numa outra expressão nunca visibilizada: a das diferenciações, hierárquicas, estratégias, entre o lar original ou receptor e outros espaços, o que implica, de um lado, em sua inscrição na “geografia” da casa (as diferentes casas de suas mudanças) e, de outro da própria cidade.⁵¹

Quando pensamos no assunto, logo se apresenta a pobreza, porém precisamos entender também os aspectos culturais e até mesmo psicológicos que permitem desvelar a complexidade desse tipo de acontecimento, já que estas não são práticas isoladas, nem mesmo um fenômeno exclusivo do Amazonas. Porém precisa ser observado com as especificidades da nossa região.

Em Manaus, como em muitas partes do Brasil, a figura das “crias de família” ainda é uma realidade marcada por histórias de afeto, mas também por desigualdades. Muitas dessas meninas, ainda muito jovens, são levadas para dentro das casas de parentes ou conhecidos sob a promessa de cuidado e educação. No entanto, o que se vê com frequência é uma rotina pesada de trabalho doméstico, lavam, passam, cozinham, cuidam das crianças, sem direito a salário, estudo ou descanso adequado. Enquanto a cidade cresce às margens do Rio Negro, muitas dessas jovens permanecem

o Trabalho Infante-Juvenil Feminino. Salvador, BA, março de 1999.

⁵⁰ FONSECA, C.A. Caminhos da adoção. São Paulo, Cortez. 1995. “Da adoção de crianças à circulação internacional: questões de pertencimento e posse”. Cadernos de Pagu 26: 11-44, 2006

⁵¹ MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREJA, D. G. L.; DANTAS, L. M. S. De casa em casa, de rua em rua... na cidade: “Circulação de crianças”, hierarquias e espaços sociais em Belém. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. p. 10.

invisíveis, vivendo uma infância interrompida pelo peso das responsabilidades que não escolheram carregar.⁵²

Se as mulheres estão “biologicamente programadas para amar”, cuidar de sua prole, e os homens como seres racionais, provedores, caberia ser “o cabeça” dessa mulher, imaginemos então como fica a questão das meninas, em idas e vindas a casa de terceiros.

A questão da circulação de crianças na Amazônia, em casas de terceiros tem suas peculiaridades. Não causa estranheza doar uma filha, para ajudar um amigo ou parente, seja por laços de fraternidade ou porque a menina está ficando moça e precisa de rumo na vida. Esse foi o caso de Augusta Pereira da Silva, que veio de Coari para Manaus com 15 anos de idade. Lá em sua cidade local já tinha trabalhado como babá, desde muito mais nova, mas que veio para Manaus em busca de melhores condições de vida e tocada pela “tribulação com o padrasto”.⁵³ Claro que a pobreza, famílias com muitos filhos sem condições de alimentá-los doam suas meninas na esperança que estudem e tenham um bom futuro, um dado bastante presente na fala de nossas entrevistadas, logo as questões econômicas não serão negligenciadas ou tidas como menos importante, apenas ressaltamos que elas por si só não explicam toda problemática da circulação de crianças.

As narrativas que trazemos para esse trabalho se revelaram bastante coesas, os relatos sobre suas histórias de vida se assemelham de forma coerente com suas experiências de vida e enfatizam traços comuns, os “pontos relativamente invariantes” de que Pollak fala. Isso é um ponto importante a ser notado na narrativa do contexto de origem dessas meninas quanto do seu cotidiano nas casas de famílias com fins de nos permitir construir um perfil mais bem delimitado de suas trajetórias.

Com apenas 10 anos, Alaíde, já sabia o peso de uma vida que não escolheu. Entregue por sua família a conhecidos “de confiança” em Manaus, ela se tornou mais uma vítima, “Cria de família”, uma criança que, sob a promessa de cuidado, é levada para dentro de uma casa que não é sua. Mas, para Alaíde, o lar prometido virou cativeiro. Ao invés de brinquedos e escola, Alaíde conheceu o balde, o pano de chão e a panela quente.

⁵² ALMADA, P.D. de S. A infância desvalida: menores do Pará entre a lei do ventre livre e a abolição.

⁵³ Augusta Pereira da Silva, 64 anos. De Coari(AM). Duração da entrevista; 40:00 minutos, data 09/08/2017. Local casa da depoente.

Todos os dias, antes do sol nascer, já estava de pé, limpando, cozinhando, cuidando dos filhos dos patrões. Quando errava, era chamada de burra, levava gritos, tapas, às vezes até empurrões. O castigo não vinha só nos gestos: eram palavras cortantes, que ela carregava no peito como feridas invisíveis.

Ela não chorava mais ou, se chorava, era escondida no “travesseiro” que não tinha. Seus olhos azuis, calados, guardavam perguntas que ninguém parecia disposto a ouvir. Alaíde sonhava em estudar, em brincar na rua como as outras crianças, em ser apenas o que era: uma menina de 10 anos. Mas no mundo que construíram para ela, infância era um luxo, e o silêncio, uma obrigação.

“...eu queria uma vida melhor, eu queria estudar né, eu tinha vontade de estudar eu queria ser enfermeira, meu sonho era ser enfermeira, aí eu fui pra casa de uma mulher trabalhar de babá de um menino, só que a gente se depara com outra realidade, as pessoas antigamente, não tinha como é hoje, que as crianças não pode trabalhar, antigamente tinha que trabalhar ou morria de fome né, eu reparava o menino só que era como se eu não existisse, lá eles me davam mesmo só comida, entendeu, e eles não me davam roupa, não me davam calçado, não me davam nada e eu queria estudar , só que eu tinha vergonha de pedir...”

Neste trabalho, fique claro desde já, não pretendemos “dar voz a mulheres” – expressão que denota uma relação muito presente em trabalhos mais antigos que se utilizaram da metodologia da Fonte Oral. Nosso entendimento é de que elas já têm sua própria voz. Dessa forma, o que pretendemos é ouvir e problematizar suas histórias e memórias. Sabemos que tiveram uma vida de sofrimento e muitas vezes foram esquecidas pela nossa historiografia, daí nos propormos a construir uma história em conjunto com essas mulheres, pois compreendemos que elas se fizeram donas de sua própria história.

Todas as nossas entrevistadas abordaram questões como a pobreza, a busca por melhoria de vida, busca por melhor escolaridade, fuga de abusos e até mesmo fenômenos naturais como as enchentes, como no relato de Augusta.

“... houve uma época que não tinha emprego, naquela época era muito difícil, só trabalhava em roça na safra, terminava em um lugar ia pra outro, de um interior pro outro, até que a gente chegou em Coari, eu nasci numa comunidade abaixo de Coari , mas pertencia a Coari, Coari era mais desenvolvido...”

Essas meninas, ao chegarem a Manaus, em sua maioria não tinham salário fixo, o que tinham era uma ajuda com roupas, alimentos, sapatos e muitas vezes nem isso. O tão sonhado estudo não vinha e quando vinha, era a matrícula em uma escola noturna, porém, essas pequenas trabalhadoras estavam cansadas demais para ir à escola, devido aos trabalhos exaustivos realizados durante todo o dia.

No que diz respeito os relacionamentos dessas meninas “crias”, com as famílias que as receberam, os conflitos são múltiplos, já que essas meninas por serem, maltratadas, buscavam uma forma de resistir através de fuga quando eram impedidas de sair da casa, ou trocando mesmo de casa, já que sua mão de obra era bastante requisitada na capital Amazonense.

As meninas nesse contexto doméstico são preferência, apesar das tentativas de resistência à várias espécies de abusos, são muito vulneráveis, consequentemente a autoridade que lhe é imposta consegue na maioria das vezes vencer sua pouca força.

Os principais temas abordados por nossas entrevistadas foram o trabalho infantil doméstico, desigualdades de gênero, abusos sexuais, circulação de crianças.

No que se refere ao trabalho infantil doméstico, Marlene Vaz, fala sobre como a menina é treinada desde muito pequena a cuidar da casa e dos irmãos. Essa questão está tão arraigada em nossa sociedade principalmente no que se refere a meninas pobres, essas meninas carregam o fardo de terem nascido sexo feminino e por isso tem que suportar o peso de tal responsabilidade.

O fato de se ter nascido mulher já é o suficiente para que essa menina tenha que saber cozinhar, lavar, passar. Para Gonçalves, isso está ligado diretamente à questão de gênero. Não podemos esquecer o fato de que as meninas que são expostas a essas situações são de origem pobre, o que faz com que essas crianças se tornassem presas fáceis para os padrinhos.⁵⁴

As idas e vindas dessas meninas, em casas de família mostra a dimensão desse fenômeno, do interior do estado para Manaus era o destino das “crias”, com a perspectiva de um futuro melhor eram entregues a terceiros, para terem a possibilidade de estudar e ter uma vida melhor que seus pais.

Motta-Maués, fala sobre a dinâmica dessa circulação de crianças na Amazônia

⁵⁴ GONÇALVES, A. L. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

e como isso pode se revelar, para explicar o porquê entregar os filhos a terceiros, essa prática em nosso contexto já se revelou ambígua já que não envolve somente a pobreza mas também laços de fraternidade.

Em seu trabalho sobre a migração cearense para o território amazônico, Cardoso crítica a ideia que cearenses migrassem somente por causa da seca e consequentemente para fugir da miséria, como se os sujeitos não tivessem vontade própria e migravam somente por fatores externos, como se fossem passivos, sem vontade própria, guiados por forças superiores, o autor pontua que, a questão não é simples e envolve, fatores como laços familiares e fraternos. Algo que pode ser comparado com nossas fontes, já que este é um dos fatores que envolvem a migração das meninas domésticas para a capital Amazonense. Isso nos ajuda pensar para além da pobreza, essas meninas e suas famílias poderiam ter outras motivações, como nos foi relata através de entrevistas, nossa depoente nos relatou que sofria abusos sexuais pelo padrasto, e quando foi convidada por uma conhecida para trabalhar como babá na capital amazonense, viu a oportunidade de se livrar dos abusos sofridos.⁵⁵

Na década de 1970 Manaus era o destino de muitas pessoas do interior Amazonense e outros estados, com esperança de um futuro melhor para si e mesmo, para suas famílias, meninas se aventuravam de suas cidades interioranas para Capital.⁵⁶ Essas meninas que em alguns casos eram crianças, já tinham sobre seus pequenos ombros responsabilidades e deveres de adultos apesar da pouca idade. As narrativas de nossas colaboradoras se assemelham em muitos pontos; um deles é o fator pobreza que faz com que desde muito cedo essas meninas trabalham para ajudar no sustento da família ou assumam responsabilidades de cuidar da casa e dos irmãos mais novos, enquanto os pais trabalham na roça.

Os olhos azuis expressivos, a pele branca marcada não só pelo tempo, mas também, pelo fato de desde muito criança, Alaíde nos conta que foi criada pelos avós maternos, porque sua mãe faleceu quando ela tinha três anos de idade, teve uma rotina

⁵⁵ CARDOSO, A. I. *Nem sina , Nem acaso; A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)* Dissertação de mestrado do Programa de Pós- Graduação em história social, do Centro de humanidades Universidade Federal do Ceará. FORTALEZA 2011.

⁵⁶ SILVA, P.R da. *Disputando espaços construindo sentidos: Vivencias, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)*. Ed: EDUA 2016. p. 164.

de trabalho duro desde muito cedo.⁵⁷ Alaíde nos relata que nem se lembra quando começou a trabalhar, sua rotina de trabalho era pesada, lavava louça, tratava peixe, carregava água e ainda ajudava seus avós no corte de juta:

“...Agente dormia em cima daquele saco de estopa porque a gente não tinha lençol e não tinha rede, a minha primeira rede eu comprei quando passava aqueles regatão que chamavam né, os pessoal que vendiam, passavam uma vez por mês lá pra vender aquelas coisas aí eu cortei juta ajudei meu avô, cortava juta, pra compra uma rede pequena pra mim porque eu dormia no chão e tinha muita, muita, muita carapanã, antes assim das cinco horas, cinco meia se a gente abrisse a boca engolia um monte de carapanã, cozinhava na lenha, e era muito sofrida a nossa vida, e meu avô veio pra Manaus, vendeu lá o terreno e veio pra Manaus em busca de uma vida melhor...”⁵⁸

Os avós de Alaíde já eram idosos quando ficaram com a responsabilidade de cuidar dos quatros netos. Esse fato já nos diz que as crianças já estavam nas mãos de terceiro.

Ao compartilhar suas lembranças da infância, Alaíde demonstra muita tristeza, sua rotina de trabalho era exaustiva em seu lugar de origem, apesar disso ela entendia que esses trabalhos eram naturais, já que todos de sua família trabalhavam, nossa colaboradora enfatiza que não tem lembranças de brincadeiras e momentos felizes em sua infância.

1.3 Quem são as chamadas “crias de família”?

Alaíde se autodenominava uma filha de criação, (esse título é dado àquele que não é filho biológico e não foi adotado legalmente), e chamava seus avós de pais. As relações familiares na Amazônia, são dotadas de suas próprias especificidades, muitas vezes um amigo que é muito próximo da família ganha status de tio com direito a dá a “bênção” e tudo, os avós viram pais, seja pelo fato de os verdadeiros pais biológicos abandonarem seus filhos ou nunca saírem de casa.

Alaíde transitou durante sua infância e adolescência em muitas casas, e em cada um de seus relatos, nos trazem questões sobre os possíveis maus tratos sofridos por ela.

⁵⁷ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

⁵⁸ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018 Entrevista feita na casa da depoente.

Nossa colaboradora nos relata que em certa ocasião foi morar na casa de um casal de médicos, que tinham um bebê, e seus novos patrões lhe prometeram estudo, roupas e que seria tratada como filha, no entanto não foi o que aconteceu.

A menina Alaíde era acordada nas madrugadas para limpar o apartamento dos médicos patrões e quando amanhecia o dia, a menina era levada para casa da mãe da patroa, junto com o filho do casal. Na casa dessa senhora, mãe de sua patroa, Alaíde diz que passou por muitas privações. Quando ela começa a relatar os acontecimentos, chora muito ao lembrar dos sofrimentos, de como era submetida a trabalhos tão pesados para sua pouca idade, ela destaca o fato de ter que lavar muitas roupas, e as fraldas da criança tinham que ser sempre brancas, se a patroa não aprovasse a cor da fralda, ela devolvia para a bacia e a menina tinha que lavar novamente e isso sempre acontecia.

Alaíde diz que nunca foi preguiçosa, e não gostava de ser chamada a atenção, por isso, fazia seus deveres e aprendia com rapidez, porém nem mesmo assim conseguia agradar suas patroas:

“...eu fazia as coisas rápido, sempre fiz...nunca gostei que a pessoa viesse me bater ou esculhambando, então eu procurava saber justamente para não ser chamada atenção porque minha avó dizia que quando a gente tem vergonha na cara, a gente não deixa chamar atenção da gente porque é muito vergonhoso...”⁵⁹

Os relatos de Alaíde nos falam que além das privações de alimentos que passava e o trabalho forçado, cortaram seus cabelos, isso diz com muita tristeza, que seus cabelos eram longos e loiros, e o rasparam até a nuca “igual de menino”. Quando tomava banho Alaíde tinha que esperar a roupa secar no varal já que era a única que tinha e às vezes vestia a roupa úmida mesmo.

Diante de condições de vida tão precária a menina disse não ter outra alternativa a não ser a fuga e foi o que fez, apesar de não conhecer o caminho certo para a casa dos avós, a menina viu a oportunidade de se livrar das agruras daquela vida quando sua patroa lhe mandou até a taberna e fugiu.

Mesmo depois de estarem na casa dos avós, os ex-patrões, ainda foram atrás da menina e ameaçaram, se ela não voltasse com eles, seus avós poderiam ser presos, apesar das ameaças ela não voltou.

⁵⁹ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

É impossível ficarmos apáticos com tais histórias, vemos como os indivíduos, a sociedade seja ela recente ou não se molda com relação à figura de explorados e explorador, e como percebemos que a subjugação do ser humano por outro, não deixa de existir, mas mudam as formas, e são mascaradas muitas vezes de formas tão grosseiras, mas não queremos perceber. É preciso ir além de pensamentos simplórios e pensar que os fatos não são por acaso

Essas meninas apesar de serem coagidas e pressionadas a obedecerem, não aceitavam essa situação passivamente, a fuga era uma forma de resistência, nos relatos que colhemos, as meninas dizem ter fugido, por não gostarem do tratamento recebido pelos patrões.

Quando perguntamos a nossas entrevistadas se elas conheciam meninas de suas faixas etárias de idade que estariam trabalhando na época como elas de domésticas, a resposta foi afirmativa. Quando a pergunta se estendeu à família, a resposta da maioria foi sim.

Uma de nossas entrevistadas, Maria Altacyr dos Santos Maciel, relata que quatro irmãs vieram para Manaus quando crianças e adolescentes, ela por ser a mais velha veio primeiro, mas suas irmãs vieram posteriormente e que uma de suas irmãs ficou sem se comunicar com a família durante muitos anos por ter viajado para outros estados com as famílias com quem trabalhava, outra veio ainda muito nova com apenas 8 anos de idade, para cuidar de uma idosa.⁶⁰

A questão das meninas no trabalho doméstico está tão arraigada em nossa sociedade, que às vezes algumas pessoas não sabem onde uma começa e a outra termina, já que aprender as prendas domésticas é algo fundamental para mulheres na visão patriarcal vigente.

Até mesmo as meninas que passaram por experiências às vezes bem difíceis, não viam algo errado, mesmo sendo ainda crianças aprenderem sobre os ofícios do lar, pelo contrário o fato de dominarem esses trabalhos é visto com bons olhos pela família.

Durante sua adolescência Altacyr, fala sobre sua ida e vinda de Tefé para Manaus, como trabalhou em casas de família nesse período, e, segundo ela, não soube aproveitar

⁶⁰ Maria Altacyr dos Santos Maciel. 54 anos, natural do município de Tefé-(AM). Duração da entrevista, 45:00 minutos, data 05/08/2018. Entrevista realizada na casa da depoente.

as oportunidades de melhorar de vida, que morou em casas de pessoas muito boas que queriam que ela estudasse, mas que por saudades de sua mãe voltou para sua cidade:

Todos me trataram muito bem, como pessoa, como ser humano, eu gostei muito dessa família, e eu fui trabalhar com ela, e também meu serviço era de doméstica, lavava roupa, lavava as vasilhas, só não fazia a comida porque tinha uma pessoa que fazia o alimento, mas lá eu me senti em família porque, quando a gente tava fazendo uma coisa lavando roupa, quem tava na casa a filha dela a mãe dela quando ia a gente fazia as coisas tudo junto, tipo assim interagindo nos afazeres domésticos, agente lavava a garagem todo mundo lavando brincando, eu sentia assim, como é pra ser uma família unido e, nos afazeres e tudo, só que eu precisava estudar, eu até queria estudar, e como ela era professora ela conversou comigo, queria que eu estudasse queria que eu ficasse morando com ela mas, eu precisei ir em Tefé buscar minha transferência, e eu não voltei mais pra essa família, mas se eu tivesse voltado, quem sabe minha vida teria sido diferente mais né.⁶¹

Apesar de relatar que era muito bem tratada na casa dessa senhora que era professora, a entrevistada não faz nenhuma menção a pagamentos. Assim, talvez devamos estender a esta também a mesma sentença que havia sido proferida para sua patroa anterior, a que morava no bairro de dom Pedro e que a maltratava: “eu não me lembro de eu ter recebido nenhum salário dela até porque, eu fiquei pouco tempo lá, nessa época eu acho que eu não recebi foi nada no tempo da casa dessa mulher”. Teria Maria Altacyr se contentado com o bom tratamento que recebeu e por isso não exigiu salários? Teria a memória afetiva dela silenciado o desgosto anteriormente relatado de não receber pagamento? De qualquer forma, esse não foi o motivo que a fez deixar de voltar para a casa dessa senhora, como ela mesma diz: “quem sabe minha vida teria sido diferente” se tivesse voltado. As razões foram de cunho pessoal, como fica esclarecido mais adiante:

“eu fui pra Tefé, e eu era muito apegada de ver minha mãe assim passando coisas, dificuldade meus irmãos tudo pequeno, eu queria ajudar ela de alguma maneira, e aí eu procurava fazer algum trabalho também doméstico em Tefé pra ajudar minha mãe”.⁶²

Aqui a questão é interessante e muito sutil. A saudade de casa leva ao trânsito dessas meninas da capital para o interior, com isso, uma possível rotatividade em seus

⁶¹ Maria Altacyr dos Santos Maciel. 54 anos, natural do município de Tefé-(AM). Duração da entrevista, 45:00 minutos, data 05/08/2018. Entrevista realizada na casa da depoente.

⁶² Maria Altacyr dos Santos Maciel. natural do município de Tefé-(AM). Duração da entrevista, 45:00 minutos, data 05/08/2018. Entrevista realizada na casa da depoente.

empregos lares, em alguns casos as meninas escolhem onde querem trabalhar já que a procura por essa mão de obra é grande.

Esse fluxo se dava por imposição da própria menina, na maioria das vezes, já que ela cria mecanismos de resistência contra os patrões, seja pela fuga ou não fazer os serviços a contento do patrão. Os relatos de fuga estão muito presentes na fala de Alaíde, que trabalhou em muitas casas e de muitas delas fugiu porque não encontrava condições favoráveis para sua permanência. Num desses casos nos diz:

Eu disse mamãe, a senhora não se preocupe não que eu vou fugir daqui. Vou prestar atenção por onde eles vão aí eu vou fugir, aí ela disse: ‘é minha filha foge mesmo porque se não eles vão te matar eles vão matar a gente né’, aí eu fui e fiquei prestado atenção por onde é que eles iam. chegou lá ela [patroa] mandou eu e na taberna, no comércio que tinha um comércio lá, aí quando ela mandou ir no comércio, hum “ooh, perna pra que te quero”. Me mandei lá pra Japurá. Parque 10, rua belo horizonte, do centro acredita? Eu vim olhando, quando cheguei na Recife já sabia onde eu tava, porque a gente andava tudo por ali, atrás de fruta, a gente ia pra Compensa, pra Alvorada, tudo de pé, não tinha dinheiro e o motorista não deixa a gente entrar né? De primeiro os motorista era ruim, né? A gente ia a pé. Aí eu fugir de lá. Sei que ainda foram atrás de mim, na casa da minha vó ainda e mentiram pra minha vó que queriam me levar porque eu tinha mentido e não sei o quê e inventaram um monte de coisa e eu disse pra minha vó que era mentira e elas disseram que ia me levar e me matar e me jogar no lixo eu disse é o diabo que vai aí lá. Da minha vó fui trabalhar em outra casa de outra mulher.⁶³

No caso de Jacilene Lopes da Silva ⁶⁴ que veio para Manaus aos 13 anos de idade nos conta que começou a trabalhar em casa de família aos 11 anos, em sua cidade natal no município de Nhamundá. A princípio, Jacilene nos conta sua história de uma forma positiva, diz que morava no conjunto Manauense, e que era bem remunerada, além de ganhar dois salários-mínimos na época, sua patroa, lhe dava agrados, como presentes, camisola, perfumes e muitas coisas. Essa família que Jacilene morou e passou dois anos de sua vida, ela dizia ser tratada como filha, além de Jacilene outra menina agregada, morava nessa casa e também era tratada da mesma forma como filha.

A fala de nossa colaboradora nos reporta ao nosso tema, “como se fossem filhas”. Esse título, é usado muitas vezes, tanto pelo patrão, como pela menina empregada, no caso da menina, como Jacilene, por exemplo, que era bem tratada aos seus olhos e

⁶³ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

⁶⁴ Jacilene Lopes da Silva. natural do município de Nhamundá-(AM). Duração da entrevista 1:10, data:12/09/200

sentia como alguém da família, já que podia participar de todo o convívio com a família, como passeios, comer à mesa, isso já cria uma atmosfera ambígua onde, ora ela é filha, ora ela é empregada. Essa menina que assume uma dupla identidade, circula nesses dois mundos onde é obrigada a se colocar no seu lugar, quando for necessário. Apesar de Jacilene se referir de uma forma positiva às suas experiências, em sua fala há uma questão que a inquieta, tanto na primeira casa onde trabalhou como na segunda: sua “liberdade”. Ela saiu de seu primeiro emprego, porque sua patroa, ficou muito zangada por ela ter ido até a ponta negra tomar banho com amigas.

... continuei morando no conjunto Manauense... passei pra casa da dona Leoni, onde morei 10 anos... me tratavam como filha, nunca me apresentavam pros outros...olha essa aqui é nossa empregada não, essa menina é nossa filha meu nome é Jacilene, mas lá eles me chamavam de Célia lá, um agrado de família da minha mãe né, eu só foi reconhecer meu sobrenome, quando eu mesma fui tirar minha identidade aí eu coloquei meu nome de registro deixei aquele nome falso de Célia que não tinha nada a ver comigo... assumi minha identidade com meu nome verdadeiro.⁶⁵

Apesar de ser “tratada” como alguém da família, isso não livrava Jacilene de sua de sua dura rotina de trabalho, apesar de ter status de filha e ser tratada, com carinho, ela, cozinhou, lavava, passava, limpava a casa, e fazia esses trabalhos todos manualmente, já que não tinham máquina de lavar, Jacilene diz que sua mão sangrava de lavar muitas roupas à mão, e chorava muito, se lamentando, por sua rotina tão pesada, ela mesma nos diz:

...naquele tempo meu Deus até quando eu vou ficar nessa casa até quando eu vou ficar aqui sendo escrava desse trabalho, não tinha folga, a mulher me tratava muito bem, mas não me liberava para nada não, tinha folga... eu não podia nem visitar minha mãe.⁶⁶

As relações dessas meninas, com a família que as acolheu é de muitos conflitos, como no caso de Jacilene há uma mistura de gratidão pelo fato de ser tratada de maneira cordial e seu filho ter sido criado como filho da patroa⁶⁷, frequentando melhores colégios,

⁶⁵ Jacilene Lopes da Silva. natural do município de Nhamundá-(AM). Duração da entrevista 1:10, data:12/09/20018.

⁶⁶ Jacilene Lopes da Silva.natural do município de Nhamundá-(AM). Duração da entrevista 1:10, data:12/09/20018.

⁶⁷ Jacilene trabalhou mais de dez anos em casa, segundo seus relatos, viajou para algumas capitais com a patroa, nesta casa nasceu seu filho que era tratado segundo ela como filho da patroa, e isso causava ciúmes nos filhos biológicos, ela não relatou nada sobre o pai da criança, nem mesmo de possíveis

e inclusive chamando a patroa de mãe e assim é até hoje, porque quando Jacilene saiu da casa seu filho ficou. De outro lado há a revolta pela privação de direitos, como um salário, ela conta que recebia meio salário mínimo, como também não tinha folgas já que sua patroa só lhe dava folga um mês por ano, o restante tinha que ser cumprido diariamente, sem feriados ou domingos.

Os laços que envolvem essas meninas vão além da relação de patroa e empregada, Jacilene se via envolvida em uma teia de sentimentos. Quando seu filho nasceu e sua patroa abraçou como se fosse seu próprio filho dizendo que ele era a promessa que suas “entidades” haviam lhe feito, já que era “mãe de santo” e o menino começou a ser cuidado exclusivamente pela patroa. Era a patroa quem dava banho, comida e até dormia com o menino e o mesmo tinha as regalias de filho, Jacilene nos diz:

“... Eu não sabia como sair de lá como é que eu vou fazer, levar o menino eu não posso tirar ele daqui ela vai passar mal, de problema coração, de repente essa mulher morre, vão me culpar tudo isso sabe vem na minha mente...”

Os conflitos na casa onde Jacilene passou 10 anos de sua vida se acentuaram depois do nascimento de seu filho, já que os filhos da patroa sentiam ciúmes da criança. Esses anos que passou na casa dessa patroa chamada Leoni, nossa entrevistada, nos tenta passar como uma experiência, de um modo geral fosse boa, porque criou laços de amizade e gratidão e apesar das queixas hoje não olha de uma forma negativa.

Isso nos leva a pensar que essas meninas absorveram e levaram em conta o modo como eram tratadas e o fato de serem chamadas como alguém da família, é algo sério e sentimentalmente absorvidos por elas. Não se pode renegar a família, porque existem laços de sangue, também não se pode renegar à família que as acolheu porque existe as vezes laços que podem ser ainda maiores como o de gratidão e o afeto:

... passei a noite chorando e pensando como eu poderia tomar aquela decisão pra ir embora, sair dali daquela casa gostando dela, do meu filho, era um amor de mãe que eu tinha assim com ela, nessas casas todinha que eu trabalhei eu criava um laço de amizade muito forte tanto é que toda a vez que era pra sair eu sofria...⁶⁸

namorados. Note-se aqui um dos casos mais explícitos de silêncio ao longo das nossas entrevistas. Um episódio em que a entrevistada optou por não falar e apenas menciona tangencialmente, sem entrar em detalhes.

⁶⁸ Jacilene Lopes da Silva. natural do município de Nhamundá-(AM). Duração da entrevista 1:10, data:12/09/20018.

Essa encruzilhada de sentimento, nos leva a ver como esse fenômeno tem várias vertentes, não se trata só do trabalho doméstico, se trata da história e da vida de pessoas que trazem em suas trajetórias, experiências que podem nos ajudar a entender a complexidade dos relacionamentos da “adoção” de meninas no contexto Amazônico se dava nesse período.

Essa adoção informal de meninas, que era sem contrato escrito, mas realizado de forma verbal, se tornava um laço ainda forte e criava uma dependência, tanto da família que, precisava dos serviços da menina, principalmente, da menina que via nessas famílias a extensão de sua própria família já que essas pessoas eram as mais próximas que elas poderiam ter como família.

Uma das entrevistadas, Raimunda Nonata Gomes da Silva⁶⁹, que mesmo após sua aposentadoria continuou trabalhando para a patroa com quem passou 39 anos de sua vida, e se emociona quando nos conta sua história, para ela, sua primeira experiência como doméstica foi carregada de maus tratos e sofrimento e hoje quando lembra o que passou chora muito, e diz não entender o porquê de tantos maus tratos por parte de sua então patroa. Sua patroa se queixava que Nonata não fazia os serviços domésticos bem-feitos e por isso deveria lhe ensinar a lição.

Os serviços domésticos feitos por essas meninas na casa de suas patroas, é diferente dos serviços que faziam em suas casas de origem. Apesar de executarem serviços domésticos desde muito pequenas, essas meninas tinham sua forma de lazer brincar com os irmãos e tomar banho no rio.

Na capital as meninas se deparam com realidades totalmente diferentes, tendo que manipular aparelhos complexos que não conheciam ou só tinham ouvido falar. As meninas também tinham que desempenhar trabalhos complexos que nunca haviam feito antes, como lavar banheiro, algo citado por mais de uma vez por nossas colaboradoras. Essas meninas, em sua maioria, nunca haviam lavado um banheiro aos moldes da cidade grande, já que em suas casas costumava-se usar as chamadas “privadas”.

Como Alaíde que trabalhou também numa Olaria e numa Fábrica de foguetes. Trabalhos arriscados porque envolviam máquinas e produtos químicos que representa-

⁶⁹ Raimunda Nonata Gomes da Silva. Manacapuru(AM). Duração da entrevista 40:00 minutos, data:15/07/2018.

vam risco de acidentes para a saúde.

Alaíde relata também quando começou a ajudar a sua avó, em Manaus, no trabalho de lavagem de roupa, fala do seu dilema com o ferro de passar:

“...eu tinha muita pena do meu avô e da minha avó e eu ajudava a minha avó eu arranjei duas lavagem de roupa pra ela e duas pra mim e eu lavava na escova mesmo e escovava, escovava, meu braço doía e depois tinha que passar todinho , ferro a carvão e eu soprava tanto aquele ferro que escurecia a minha vista de tanto soprar aquele ferro ai ficava naquele sofrimento todo”.⁷⁰

Alaíde relata que em uma casa de um casal de médicos, onde trabalhou, tinha que limpar uma cristaleira, e isso lhe causava verdadeiro pavor, mas se orgulha de nunca ter quebrado nada. As geladeiras eram lembradas sempre por uma questão marcante:

...às vezes, escurecia a minha vista de fome e dizia meu Deus eu passava tanta fome lá com meu avô e minha avó, eles não tinham condição, minha vó não tinham condições de comprar e aqui com tanta comida na geladeira e essa mulher jogando fora e eu passando fome.⁷¹

A questão da alimentação foi um ponto que nos chamou atenção, já que todas falaram sobre o assunto, ora pra enfatizar que eram bem alimentadas ou ressaltar como eram privadas do mínimo.

A casa de onde vieram essas meninas eram casas de madeira e assoalho também de madeira, quando não eram de piso de chão batido, a maioria segundo seus relatos, não tinha luz elétrica em suas casas, muito menos aparelhos eletrodomésticos e quando se depararam com tais instrumentos, muitas vezes não tinham destrezas para usá-los.

O impacto das experiências como domésticas vividas por essas meninas e que hoje já são mulheres, mães e até avós, precisa ser estudado com bastante, peculiaridade, já que algo tão arraigado em tradições e muitas vezes, em nossa sociedade é explicado de forma natural, algo que é imposto, seja pela pobreza seja pela sociedade não pode ser natural.

⁷⁰ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

⁷¹ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

Quando começamos nossa pesquisa, não sabíamos a dimensão do assunto em questão, não é novidade que muitas vezes em nossa história banalizamos fatos e assuntos que consideramos comum, normal. Graças ao estudo da História percebemos que as coisas e os acontecimentos de uma sociedade seja ele qual for não é natural e normal, mas, construções culturais e sociais.

Os relatos dessas “meninas” nos trazem histórias do cotidiano dessas meninas que desde muito cedo se viram envolvidas num emaranhado de conflitos envolvendo seus relacionamentos familiares.

Os depoimentos são repletos de duplicidade, seja no tratamento recebido pelas famílias que as acolheram para trabalharem, seja pelo sentimento de amizade por essa família e revolta por se sentirem exploradas, isso mostra o caráter ambíguo desses relacionamentos.

Para essas meninas a única alternativa para sair de uma vida de fome, era ir para a “Cidade Grande”, esse não era o único motivo como nos conta uma de nossas entrevistadas. Como nos permite ver o relato de Augusta:

...eu sai de lá [de Coari], porque meu padrasto começou com aquelas coisas, eu não aguentava mais, aí foi quando uma mulher que eu conhecia perguntou se eu queria vir para Manaus, pra cuidar de uma criança, foi assim que eu vim, tinha quase 15 anos, eu acho.⁷²

Mesmo vindo para Manaus com endereço certo – o que nem sempre ocorria – ainda assim recorrentemente essas meninas não ficavam muito tempo em uma só casa, sua circulação em casas de família é bastante significativa, os motivos são diversos, porém a vontade da menina de mudar de casa se mostrava uma forma de resistir maus tratos sofridos.

Com isso entendemos que nossas colaboradoras não aceitavam passivamente os maus tratos recebidos, em suas falas dizem frases como: “eu aceito tudo, menos que me bata”. Os gritos e os espancamentos em alguns dos casos relatados foram motivo de fuga.

Em nossa pesquisa buscamos entender as complexidades que se deram na dinâmica do fluxo de meninas vindas do interior para Manaus em busca de melhores

⁷² Augusta Pereira da Silva, De Coari (AM). Duração da entrevista; 40:00 minutos, data 09/08/2018. Local casa da depoente.

condições de vida. Em nosso trabalho entrevistamos mulheres que tiveram a experiência de trabalhar como domésticas quando crianças e adolescentes. Através dos relatos dessas mulheres que na década de 1970, vieram para Manaus ainda muito jovens, podemos perceber como essa prática se dava na capital do Amazonas.

As histórias de vidas relatadas em nosso trabalho possivelmente refletem a face de uma parte de nossa História que algumas vezes é deixada de lado, por esse motivo buscamos trazer essas memórias à tona para que não caiam no esquecimento histórico regional.

Nosso trabalho busca trazer a discussão sobre meninas como crias de famílias e suas implicações familiares e sociais. Para isso, estabelecemos conversas com autores que escreveram sobre o tema e os relatos das fontes.

Entendemos a importância de nossa História local e sua preservação e construção, por alguns desses motivos buscamos expor os fatores sociais, sobre as memórias de meninas crias de família.

Apesar da Historiografia existente no que diz respeito ao tema proposto, sabemos que há uma lacuna a ser preenchida ao falar sobre o Amazonas.

Portanto, preservar o patrimônio e a memória do Amazonas é dar a seus cidadãos uma história que transcende a individualidade, e também dar a eles um sentimento de pertencimento, um sentimento de escrever história com seus concidadãos. Gisele Rodrigues e Neli Miranda trazem reflexões poéticas e belas sobre o assunto:

Tratar bem a memória não é somente vislumbrar uma peça antiga, mas é dar luz ao obscuro mundo da História perdida; é dar ao cidadão a chance de se identificar com o lugar onde mora; é tornar o seu povo muito mais politizado e comprometido, seguros de si e unidos por um propósito em comum. Uma cidade sem memória é uma cidade sem História, largada às moscas, onde qualquer um vem e suga o que tiver de melhor e vai embora, onde os cidadãos vivem individualmente, sem se preocupar com o social, uma cidade estagnada econômica e socialmente, violenta e pobre⁷³

À medida que entendemos a importância da história, a necessidade de preservar nossas memórias, preservar nosso patrimônio, começamos a aprender mais sobre nós mesmos, quem somos, o que queremos e ganhamos uma consciência mais ampla do que

⁷³ RODRIGUES, F.; MACHADO, G. A importância da memória para uma cidade. Revista de destaque acadêmico.

está ao nosso redor, e aceitamos para baixo vai perceber mais, notamos trajetórias estarão sempre entrelaçadas com os caminhos dos outros, e é a intersecção desse caminho que nos torna uma sociedade, que nos move para além do indivíduo em uma coleção, um todo, um lugar de pertencimento, um sentimento coletivo, uma busca para identidade.

Nesse sentido, o estudo de Pereira e Bonfim (2022) descreve como evocamos diferentes sentimentos, nostalgia, felicidade, nostalgia e até tristeza quando paramos para lembrar nossa infância. Quando compartilhamos essas memórias, choramos, sorrimos, são as memórias marcadas em nossa consciência que nos fazem quem somos; essas memórias sempre serão lembradas por nós, mas quando essas memórias se tornarem parte da história de um coletivo, um grupo social, é preciso proteger essas memórias. Portanto em relação ao seu estudo é enfatizado que nossas vidas são feitas de histórias e memórias que montam os quebra-cabeças de nossa existência, por isso as memórias e tradições de nossos avós, por sua vez, passaram para nossos pais que, junto com suas memórias, passaram para nós, também um dia, vamos recolher nossas memórias, tradições e memórias nessa bagagem, e vamos passá-las para nossos filhos, e depois para os filhos deles, até formar um descendente (PEREIRA, BONFIM, 2022).⁷⁴

Assim, Bonfim e Pereira (2022) concluíram seu estudo com a constatação de que as trajetórias da memória não pertencem a um único indivíduo, mas são propriedade comum de um grupo, assim como a história, quando associada à memória, tradição, festivais, cultura e patrimônio; não é mais apenas um, mas coletivo, dever e direito de uma sociedade. Cuidar, proteger e preservar o nosso passado é criar uma história para todos e um futuro para todos.

Portanto Scarpim e Trevisan (2018):

Falar em memória coletiva é tratar de algo complexo, pois esta não tem um só narrador. Aliás, os diferentes agentes influenciam de variadas formas a construção da memória coletiva. A memória ao definir o que é comum a um grupo, também serve de veículo de diferença em relação aos demais, além de fundamentar e reforçar os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.⁷⁵

É esse sentimento de pertencimento que nos remete ao conceito de história, pois

⁷⁴ PEREIRA, BONFIM, C. A importância da preservação da memória e do patrono o histórico- cultural da cidade de Palmad de Monte Alto – BA. 2022.

⁷⁵ THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. Revista Brasileira de História, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

ambos são antagônicos e complementares. Como ilustram Scarpim e Trevisam (2018), a história tenta manter distância dos acontecimentos passados, tendo em vista que na maioria dos casos, diferentemente da memória, o historiador não vive à parte como afirma, a história demonstra uma área de conhecimento única como ciência disciplinar.

Portanto a dimensão estética, a memória histórica aparece na forma de criações artísticas, como romances e dramas históricos, que são produtos culturais de temática histórica. A legalização de uma determinada ordem política. As relações de poder são inscritas no conceito de identidade dos atores políticos pela consciência histórica por meio de narrativas primárias destinadas a construir um sentido particular de pertencimento. Quanto à dimensão cognitiva da cultura histórica, Rusen destaca que, na sociedade moderna, sua realização se dá principalmente por meio da ciência histórica, que regula metodologicamente as atividades da consciência histórica. Na visão do autor, o princípio da coerência de sentido refere-se à confiabilidade da experiência histórica e ao alcance normativo da interpretação.⁷⁶

⁷⁶ RODRIGUES, F.; MACHADO, G. A importância da memória para uma cidade. Revista de destaque acadêmico.

2

Capítulo 2: Memória de uma “cidade grande”, Manaus (1970), Migração

2.1 Quando cheguei na “cidade grande”

A migração para Manaus se mostra uma alternativa às dificuldades vivenciadas em diversas partes do norte e nordeste do país, e também no interior do Amazonas (Silva 2016).

“Quando eu cheguei em Manaus, fiquei maravilhada, tava bem cedinho um pouco escuro ainda, um monte de luzinha ainda acesa , muito grande a cidade , achei muito linda, fiquei encantada, foi amor à primeira vista ,(risos), senti que eu ia ter muita oportunidade nessa cidade , tinha muitas coisa que na minha cidade não tinha , tive a sorte de encontrar pessoas boas que me ajudaram, a gente ouve muitas histórias de pessoas que não tiveram sorte, algumas das minhas irmãs e primas também vieram assim para trabalhar em Manaus, dava medo, mas eu tive sorte, eu fiquei com uma família muito boa, que me tratava bem , eu viajei pra outros lugares com eles, fomos pra Minas Gerais , Rio de Janeiro, tudo pelas estradas, parávamos em várias cidadezinhas , tudo isso de carro, eu achava tudo muito bom, foi a única casa que fiquei, dos meus 10 a 16 anos”, depois até trabalhei em casa de família quando quando voltei para Tefé, mas foi por pouco tempo, depois me casei e não trabalhei na casa dos outros, só na minha casa (Alzenira).

Nos relatos de Alzenira observamos, uma ênfase nas lembranças boas na capital amazonense, a memória não é uma simples recordação do passado, mas um processo dinâmico, sujeito a transformações e construções coletivas. Ela envolve não apenas o que lembramos, mas também o modo como escolhemos lembrar.

...eu cheguei em Manaus e as coisas eram muito diferentes de casa, dormíamos no mosquitoireiro, todos meus irmãos , não tinha luz elétrica, era na lamparina , poucas casas tinham, minha mãe cuidava da gente, era uma vida muito difícil, era muita criança pra sustentar, meu pai era pescador, ele era uma pessoa ruim, quando ele morreu eu era bem bem

criança, mas já sabia fazer as coisas de casa, minha mãe começou a lavar roupa pra fora, e nós tínhamos que ajudar, por isso que minhas irmãs mais velhas foram trabalhar em casa de família e depois eu também, era muito difícil pra minha mãe com oito filhos, não de onde tirar o seu sustento, passamos um mal bocado, pra ir pra Manaus sempre aparecia oportunidade, minhas primas, minhas irmãs sempre foram e voltaram, quando eu fui só trabalhei pra uma família lá, durante seis anos, quando voltei pra Tefé, ainda trabalhei em casa de família, mas por pouco tempo, porque casei...em Manaus a vida as coisas eram muito diferentes, a casa da família que morei era muito bonita, tinha de tudo, máquina de lavar roupa, eu não tinha nem preguiça antes eu lavava na mão, eles tinham filhos e quando saiam pra passear me levavam, eu achava a cidade muito bonita...(Alzenira)

A memória é um dos pilares fundamentais da identidade humana. É por meio dela que organizamos nossas experiências, atribuímos sentido ao passado e construímos narrativas que explicam quem somos. Cada lembrança seja precisa, fragmentada ou até reconstruída com o tempo funciona como um fio que tece o tecido da nossa identidade pessoal e coletiva. Essas memórias possibilitam aos indivíduos os vínculos que lhes permitem a integração com a história da humanidade e de encontrar-se frente a sua própria finitude; para além, ela traça uma identidade coletiva, frente à qual identidade individual compõe seus próprios contornos. A memória é um movimento vivo, onde as pessoas produzem suas lembranças de forma individual ou coletiva no seu dia a dia, muitas vezes de forma não sistematizada, a memória é dinâmica.

Portanto nesse sentido a memória é vista como a reconstrução do passado, porque lembrá-la e escrever sobre ela não são as atividades ingênuas e inocentes que pensávamos até recentemente. Identificamo-nos com eventos públicos relevantes para o nosso grupo e que nos são incorporados e filtrados pelas nossas estruturas comportamentais; lembramos de um anúncio, de uma música que um dia entrou em nossa memória e nos identificamos com ela, embora não sejamos os construtores diretos das músicas, mas estamos diretamente envolvidos nelas.

A memória é, portanto, sempre uma construção criada no presente a partir de experiências no passado. As memórias individuais e coletivas se confundem; não somos ilhas e, portanto, sujeitas a influências assim como as dos grupos a que pertencemos e com os quais nos identificamos.

Uma forma de sistematizar memórias como indicadores e referências para múltiplos estudos são os registros orais. O que conhecemos como tradição oral é uma

prática muito antiga, intimamente relacionada às histórias folclóricas, ao universo da comunicação humana. As histórias surgiam à medida que eram contadas, até se constituírem na expressão escrita de testemunhos feitos, impressões registradas, legislações disciplinadas em escritos fixos que as legitimam. Tudo isso com um claro desejo de perpetuar, de forma mais segura e permanente, nosso passado, e segundo Portelli é isso que distingue a tradição oral das fontes orais, pois essa última pode ser não formalizada, individuais, dialógicas.

Ao entrevistar nossas colaboradoras, algumas lembranças são reforçadas seja por ser agradável ou desagradável, como foi o exemplo de dona Alzenira, que reforçou em alguns momentos como sua experiência foi positiva, apesar de passar vários anos longe de sua família, sem comunicação, ela não recebia salário, ficou sem estudar em vários momentos.

“...eu era tratada como alguém da família, nunca me maltrataram, tanto que vivi com eles por anos e anos, sei que não é o que aconteceu com muitas meninas, pois minhas irmãs também foram pra Manaus e não tiveram muitas sorte, mas graças a Deus eu tive, minha mãe ficava muito preocupada sem notícias minhas, mas o que eu ia fazer em Tefé, não tinha muita oportunidade, quando voltei, terminei meus estudos (ensino médio), depois casei, gosto de cuidar da minha casa, gosto de morar em Tefé, meu marido quer morar em Manaus, mas eu gosto daqui...” (Alzenira).

Deste modo, mesmo que as especificidades sejam preservadas, essas narrativas buscam a função antropológica da memória para gerar a representação de um mundo que se parece verídico ou para conceber uma perspectiva romanesca que, sobretudo, seja convincente. Nesta perspectiva, o avivamento da lembrança serve como justificativa para instaurar gêneros distintos, acerca dos quais é possível encontrar vínculos de diferenças e semelhanças.

O aumento na abrangência das discussões acerca da relação entre presente e passado da história, e a ruptura com a ideia que caracterizava passado e objeto histórico como uma coisa totalmente morta e incapaz de ser reinterpretada em função do presente, possibilitaram caminhos novos para o estudo da história do século XX. A expansão dos debates acerca da história e suas relações com a memória, por sua vez, ofereceu possibilidade para uma nova compreensão do passado.

De acordo com Hutton (1993)⁷⁷, a atenção dos historiadores para a memória teve uma significativa inspiração pela historiografia francesa, especialmente a história das mentalidades coletivas que teve seu surgimento em meados do ano de 1960. Nessas pesquisas, que têm como objetivos principais a vida familiar, a cultura popular, a religiosidade, os hábitos locais etc., já está implícita a questão da memória coletiva, mesmo que não seja diretamente abordada.

Ainda segundo Hutton, um dos primeiros autores que chamou atenção para a temática da memória foi Philippe Ariès, que fez o destaque da importância dos rituais comemorativos como objeto de fortalecimento dos laços familiares entre o final do século XVIII e início do século XIX. Ariès também chamava atenção para a função dos monumentos, das comemorações, no século XIX, acerca das figuras políticas ilustres e da forma que elas possuíam relação com o surgimento dos Estados nacionais. Seguindo o percurso inaugurado por Ariès, surge um gênero novo da historiografia no ano de 1980, a história das políticas de comemoração. Tendo como pioneiro Maurice Agulhon, que em sua obra *Maranne au combat* (1979) fez a análise da República na França (1789-1879).

O trabalho de Agulhon serviu de inspiração para outros vários trabalhos e, deste modo, um período depois, a questão da memória política, especialmente os temas que possuíam relação com o procedimento de construção de imagens nas práticas comemorativas, se tornou um aspecto central na produção historiográfica. É nessa conjuntura que a formulação teórica do sociólogo Maurice Halbwachs adquire destaque de modo que passa a fazer parte do campo teórico dos historiadores.

Segundo Halbwachs, a memória faz o envolvimento da relação existente entre a repetição e a rememoração. Porém, importa ressaltar que, Halbwachs, ao fazer a análise das memórias, observou que ela acontece paralelamente à sua revisão. Outro aspecto relevante de seu estudo é o fato de afirmar que a memória coletiva tem dependência do poder social do grupo que a detém. Isso se dá pelo fato que, na rememoração, o sujeito não se lembra das imagens que aconteceram no passado, e sim a partir das forças sociais do presente que estão agindo sobre ele.

A valorização do imaginário social, de uma história das representações e da com-

⁷⁷ Hutton, Patrick. *History as an art of memory*. University of Vermont. University Press of New England, 1993.

preensão das utilizações políticas do passado pelo presente causou uma nova avaliação das relações entre a memória e a história e permitiu que o historiador repense essas relações e fazer a definição para a história do tempo presente o estudo das utilizações do passado. A história procura fazer a produção de um conhecimento racional, e uma análise crítica por meio de uma apresentação lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória também é uma construção do passado, porém é inventariada em vivências e emoções; ela tem flexibilidade, tendo lembranças dos eventos à luz da experiência imediata e das demandas do presente.

Esse aspecto de exploração das relações existentes entre história e memória permitiu um caminho para a valorização dos testemunhos diretos, quando neutralizou as críticas tradicionais e reconheceu que as distorções dos depoimentos, a subjetividade e falta de veracidade que eram imputadas a eles, podiam ser observadas como uma maneira nova, como uma nova fonte para o estudo, não como uma forma de os desqualificar.

O questionamento acerca da crença em um passado determinável e fixo, a inexistência da confiança acerca da quantificação, a marginalização de determinados objetos históricos ou o questionamento de noções como classes sociais, mentalidade, de formas de interpretação, de classificações socioprofissionais fizeram a história, na perspectiva de perder o lugar de disciplina confederada do campo das ciências sociais. O refluxo dos grandes modelos explicativos, por sua vez, leva a uma significativa dispersão, fazendo com que as tradições historiográficas principais perdessem sua unidade, promovendo uma explosão de proposições múltiplas e, algumas vezes, contraditórias.

Todas essas transformações construíram um novo espaço para pesquisa de períodos recentes, de modo que abalou resistências antigas.

Na historiografia, o interesse pelo estudo da infância surge em um momento de renovação, onde se tinha o questionamento acerca de métodos e objetos de estudos da história. O marxismo, que até o momento era o método de análise que predominava, estava passando por questionamentos acerca da sua eficácia na análise da realidade social. Deste modo, o novo acometimento historiográfico, impulsionado pelo contexto histórico em que a Europa se encontrava, começa a fazer a exigência de novas aborda-

gens e novos temas. Enquanto tema de pesquisa, a infância é o resultado desse processo de renovação e emerge a partir dos achados de Phillippe Ariès, que tem como título “História Social da Criança e da Família”, publicado em 1960 na França.

Em um trabalho inovador Ariès se deixou aberto a possibilidade de apreender de que forma as crianças medievais viviam e eram pensadas, além de analisar como o sentimento em relação às mesmas se transformavam. A tese teve um recebimento entusiasmado por parte de alguns intelectuais e fortes críticas por parte de outros, impulsionando discussões calorosas acerca da discussão proposta. Entretanto, para que se discuta a história da criança, é essencial que se considere as análises de Ariès.

A principal tese levantada é a de que não foram em todos os momentos que a criança foi responsável por despertar os sentimentos que se tem por ela atualmente. A proteção que desenvolvemos com elas, segundo Ariès, é resultado de um longo processo de construção que começou em meados dos séculos XVII e XVIII.

No decorrer da Idade Média, as crianças não eram percebidas de modo diferenciado, logo, não tinham um tratamento específico. Elas recebiam os mesmos tratamentos que dados aos jovens e adultos. Só quando eram muito pequenas tinham a atenção dos adultos voltadas para elas, o que Ariès nomeia de “paparico”. De acordo com o autor, esses tratamentos “especiais” duravam por um curto período de tempo, visto que a partir do momento que a criança adquire desenvolvimento físico que lhes tornasse possível se desvencilhar dos pais, começam a conviver entre os adultos compondo a vida social do grupo, participando dos trabalhos, das brincadeiras, das festas e dos jogos.

A distinção dada à criança era feita no trabalho. Onde elas desenvolviam atividades com os adultos, entretanto era levada em consideração a força física da criança, que realizavam trabalhos que se adequam à sua capacidade física.

Entre os séculos XV e XVII de forma lenta uma nova forma de pensar a criança foi surgindo. Segundo o autor, nesse período acontece a redefinição de papéis sociais e valores. Foi um processo construído lentamente, que foi integrado por diversos saberes, entre eles o da filosofia, da pedagogia e da religião. A igreja de forma lenta e contínua começa a fazer a associação da criança com o Menino Jesus, tendo assim, o merecimento

de tratamento e cuidados diferenciados. Deste modo, a criança não deveria estar em ambientes que eram imorais, porque esta deveria ser vista como sendo sinônimo de pureza e inocência. Ariès estabelece que a literatura da época começa a incentivar um tratamento diferente a ser dado à criança. A mesma deveria receber afeto advindos dos adultos e ser protegida de costumes inadequados.

Na Europa, o autor pontua que o processo não se deu de modo homogêneo, visto que existiu uma significativa resistência vinda dos adultos no que diz respeito a perceber a criança com um sentimento particular. O processo, levando diante de pedagogos, moralistas e padres, foi possível por causa das instituições escolares.

Mesmo que o trabalho de Ariès tenha tido uma recepção calorosa e sendo usado em diversas pesquisas, as críticas que ele recebeu também foram altas. Uma das principais críticas ao trabalho foi a de que o autor buscou no passado a compreensão da infância do presente. Como ela não encontrou traços de tratamento dado às crianças na Idade Média, chegou à conclusão que ele fosse simplesmente ausente (CARBONELL, 1976)⁷⁸.

É percebido que mesmo existindo a compreensão do tratamento apropriado para se ter com crianças, até a atualidade ainda existem situações que colocam esses sujeitos em perigo eminente. Entre elas, o trabalho doméstico inadequado.

2.2 Cidade de Manaus

A capital do Amazonas, é considerada como um dos principais centros urbanos da região Norte. Tem a população estimada pelo IBGE (2019) em 2.182.763 habitantes e segundo o último censo populacional de 2010, tinha o total de 1.802.014 habitantes. A cidade de Manaus, conforme o mapa abaixo, enfatizando sua área urbana.

A fundação da cidade de Manaus tem associação com a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, segundo o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA (2001), em parecer entregue, em 15 de junho de 1969, pelo Conselho Estadual de Cultura, estabelece que:

⁷⁸ CARBONEL, C. La naissance de la Revue historique: une revue de combat (1876-1885). Revue historique, n.518, p.337, 1976.

A cidade evoluiu à margem de uma desordem administrativa. De uma grande aldeia de índios, Manaus, passou por vários estágios: de arraial, lugar, vila e cidade à mercê de caprichos individuais [...] O nascimento do pequeno e paupérrimo núcleo populacional que deu origem a cidade de Manaus, assim posto, ocorreu em 1669. É uma comprovação revelada claramente pelos fatos históricos (IGHA, 2001, p.42 – 47).⁷⁹

Os dados contidos no documento possuem relevância para que se possa compreender o desenvolvimento do espaço urbano de Manaus, visto que quando se relaciona períodos históricos e infraestrutura urbana se torna possível fazer o reconhecimento de configurações da cidade.

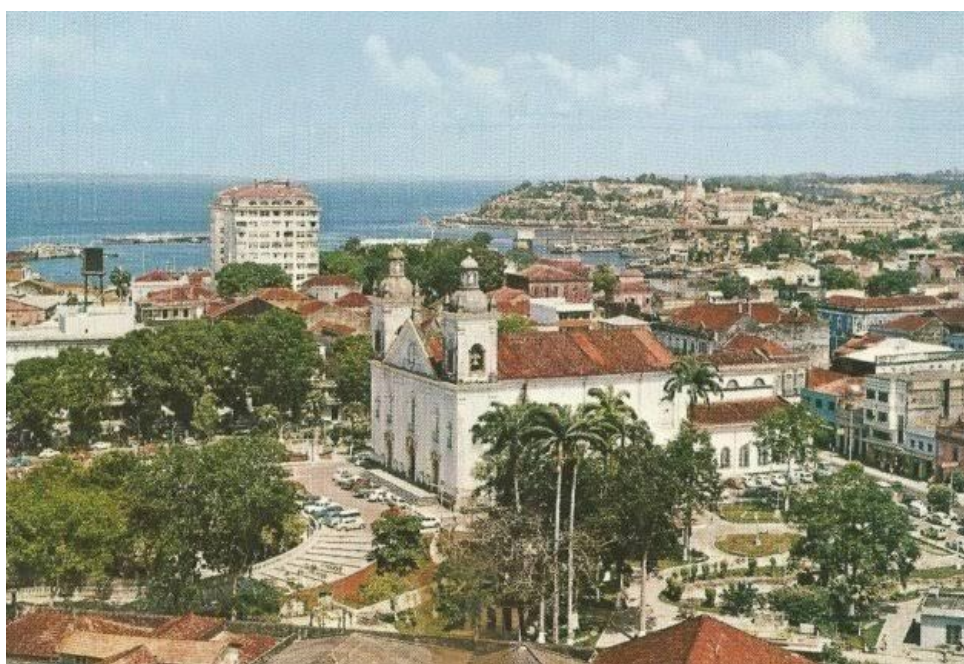


Figura 8 – Cidades Brasileiras em Postais de Manaus.

Com a economia da borracha, desde o final do século XIX, a Amazônia recebe incentivos governamentais para que o território seja ocupado. Entretanto, o processo de ocupação da Amazônia só começou a passar por aceleração a partir da década de 1930, através da implantação, por Getúlio Vargas, do Estado Novo. Os principais objetos do povoamento da Amazônia são os que dizem respeito à: desenvolvimento regional e proteção das fronteiras do Brasil, integração nacional, sendo conforme com as políticas, estabelecidas pelo governo da época, voltadas para o desenvolvimento regional⁸⁰.

⁷⁹ 332 anos de Manaus: História e Verdade. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001.

⁸⁰ Araujo, E. Política de integração Nacional e Desenvolvimento Urbano Local: O caso da zona franca de Manaus. Anais, p,1-21, 2016.

Especialmente no fluxo nordeste-norte, um forte estímulo para a migração, além da economia da borracha, teve sua origem na Política de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, na década de 1960, resultando em um conjunto de mudanças na estrutura da Amazônia. O PIN foi responsável pela criação de três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) como estratégia de segurança nacional, onde tinha fundamental importância a integração da Amazônia.

Entretanto, o PIN teve como uma de suas principais consequências o impacto ambiental resultado dos projetos agropecuários. Um desmatamento histórico foi ocasionado graças ao incentivo do desmatamento para a criação de campos de culturas e pastagens. Acerca do impacto social, especialmente pelo incentivo da ocupação da Amazônia, os resultados são catastróficos: mais de 60% da população abaixo da linha de pobreza, taxa de analfabetismo sendo menor apenas que a da região Nordeste, com 24%.

Este resultado se deve, especialmente, à desordenada ocupação urbana, que teceu periferias nas margens das cidades, apresentando condições péssimas de moradia, ao mesmo tempo que o mercado de trabalho não tinha capacidade de absorver toda a demanda.

Uma das características principais da Política de Integração Nacional era a perspectiva de que a floresta se apresentava como uma barreira que impedia o progresso e deveria ser vencida por meio do desmatamento e de estradas de rodagens. Em suma, a Amazônia precisava ser povoada. Para isto, foram estabelecidos três tipos de intervenção⁸¹:

- Projetos de colonização, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Projetos agropecuários, recebiam incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- Inserção no mercado internacional, tendo grandes projetos industriais, através do

⁸¹ VIANA, G. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: Viana, Gilney; Lima, Marina e Diniz, Nilo (Orgs). O desafio da sustentabilidade - um debate socioambiental no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2001.

Programa Grande Carajás (1975-1978) e a Zona Franca de Manaus, criada no ano de 1966.

De acordo com Silva (2011), acerca da Zona Franca, comenta que:

Também na segunda metade do século XX as intervenções no meio ambiente social de Manaus se fizeram significativas. Com a instalação da Zona Franca de Manaus, uma nova lógica se apresentava à dinâmica da cidade, que passou por remodelações, atendendo aos interesses que se impunham⁸²

O Programa Grande Carajás e a Zona Franca de Manaus (ZFM) se assemelhavam por se tratarem de polos de posição desenvolvimentista da Amazônia. Os que os diferencia é a questão de que a ZFM tem base na internalização de plantas industriais e produtos de tecnologia alta. A seguir seguem imagens do Polo Industrial de Manaus.



Figura 9 – Polo industrial de Manaus em 1971.

Também é possível apontar a Zona Franca de Manaus como sendo um importante passo para o crescimento econômico da Amazônia. Segundo Pacheco, a Zona Franca de Manaus foi responsável por transformar o Amazonas em um estado que é, em trocas internas, sistematicamente superavitário.⁸³

⁸² SILVA, et al. Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus moderna (Manaus/AM 1967-2010). 2011.

⁸³ PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da Nação. UNICAMP. IE: Campinas, 1998.



Figura 10 – Empresa Moto Honda na década de 1970 no Polo Industrial de Manaus.



Figura 11 – Fábrica de cimento na década de 1990. Fonte: Rede Amazônica 2017.

São consideradas como as consequências mais profundas que foram resultado da Política de Integração Nacional: empobrecimento da população; crescimento populacional desordenado que gerou o fenômeno de macrocefalia das capitais; e, para além, de todos os entraves apresentados, participação maior no PIB nacional e industrialização.

Mais especificamente em Manaus, o projeto Zona Franca teve origem no começo dos governos militares em 1964 e desabrocha em 1967 por meio do decreto-lei 288/67.

Ao final do governo Castello Branco, pelo decreto-lei 288/67, como consequência de um pacto tripartite existente entre a prefeitura de Manaus, o governo do Amazonas e o governo federal.

O governo federal, sob domínio militar, fez um lançamento de um plano que tinha por objetivo integrar a região amazônica às outras regiões do país, também seu desenvolvimento regional. Esse plano foi denominado como “Operação Amazônica” (SILVA, 2012).

Ainda de acordo com Silva (2011), acerca da “Operação Amazônica”:

A emergência da “Operação Amazônia”, que se apoiava no tripé: transformação do Banco de Crédito da Amazônia no atual Banco da Amazônia (BASA), extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e criação de incentivos fiscais para a região amazônica (instalação da Zona Franca de Manaus), trouxe novos ares à região, e, ao que nos parece, as elites ressentidas com o “abandono” do poder central abraçaram com entusiasmo as novas perspectivas.⁸⁴

A ZFM tem o desapontamento se apresentando com uma área de comércio de importação livre, incentivos fiscais especiais e exportação, com o intuito de criar no interior da Amazônia um centro comercial, agropecuário e industrial. Os incentivos fiscais novos foram usados para compensar as desvantagens da sua localização no que diz respeito aos mercados, desta forma, permitindo uma competitiva produção industrial. De acordo com Loureiro, a ZFM estabeleceu um

Modelo de crescimento regional responsável pela mudança de paradigma da economia tradicional (mercantil-extrativista), baseada na coleta de recursos da flora e da fauna e da cultura da juta para a produção de fibras têxteis. (...) o único [modelo] bem-sucedido em toda a experiência de planejamento governamental na Região.⁸⁵

Reproduzindo as tendências nacionais, a cidade de Manaus a cada década desacelera seu crescimento populacional. Entre as décadas de 1970 e 1980 houve um aumento de 102% da população; diminuindo quase pela metade no período entre 1980 e 1991, crescendo 60%; tendo um maior declínio entre 1991 e 2000, crescendo 39%.

⁸⁴ SILVA, et al. Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus moderna (Manaus/AM 1967-2010). 2011.

⁸⁵ LOUREIRO, Antonio José Solto. Dados históricos da evolução e crescimento de Manaus. In: IGHA, 1917. 332 anos de Manaus: História e Verdade. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2001. 79 – 101 p.

Houve um crescimento populacional urbano que resultou no aumento da população total, de 114%, tendo a população rural um decréscimo entre 1970 e 1980 de 24%.

É possível considerar o século XX como sendo o “século da urbanização”. Período em que, de um modo geral, as cidades receberam um número significativo de migrantes, resultando na alteração da rotina.⁸⁶ A cidade de Manaus também foi atingida por esse movimento migratório no final do século XX, com a chegada de migrantes advindos da região do Baixo Amazonas e de diversas regiões do país, o centro urbanístico passou por modificações, tanto na sua estrutura física quanto na social, na medida que ocorria o surgimento de novos bairros.

É importante compreender a relação que existe entre mulheres e homens interioranos com os grandes centros. Barros (2012) estabelece que, esse âmbito era caracterizado como sendo pouco familiar para os sujeitos. Entretanto, quando os indivíduos começam a frequentar esse espaço, os anseios de viver no espaço urbano são despertados. A contínua chegada de moradores novos e a vivência apoiam a construção de uma realidade nova, resultando em obrigatórias mudanças nos campos sociais e econômicos.

Com a consolidação da Zona Franca de Manaus nos anos de 1970 passou por modificações significativas. Com o advento de grandes multinacionais pessoas de várias regiões, tanto do estado quanto de outras regiões do país foram atraídas. Como resultado disso, o crescimento que a cidade apresentou nesse período foi um número significativo, quando se compara às décadas anteriores. Na década, anualmente o crescimento estava em 2,3%, um número menor do que a média do Amazonas e do Brasil. Na década de 1960, anualmente o crescimento foi de 5,9%, alargando para 7,4%; e, na década de 1970, houve superação superior do ritmo de crescimento do país, e até do valor total apresentado pelo estado do Amazonas.⁸⁷ Esses percentuais são visíveis no gráfico a seguir:

Além de ter ligação com fatores internos, o crescimento de Manaus, como já apresentado acima, tem uma relação íntima com fatores externos, que legitimaram

⁸⁶ BARROS, J. Cidade e história. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

⁸⁷ NAZARETH, Tayana; BRASIL, Marília; TEIXEIRA, Pery. Manaus: crescimento populacional e migração nos anos 90. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 121, p. 201-217, jul./dez. 2011.

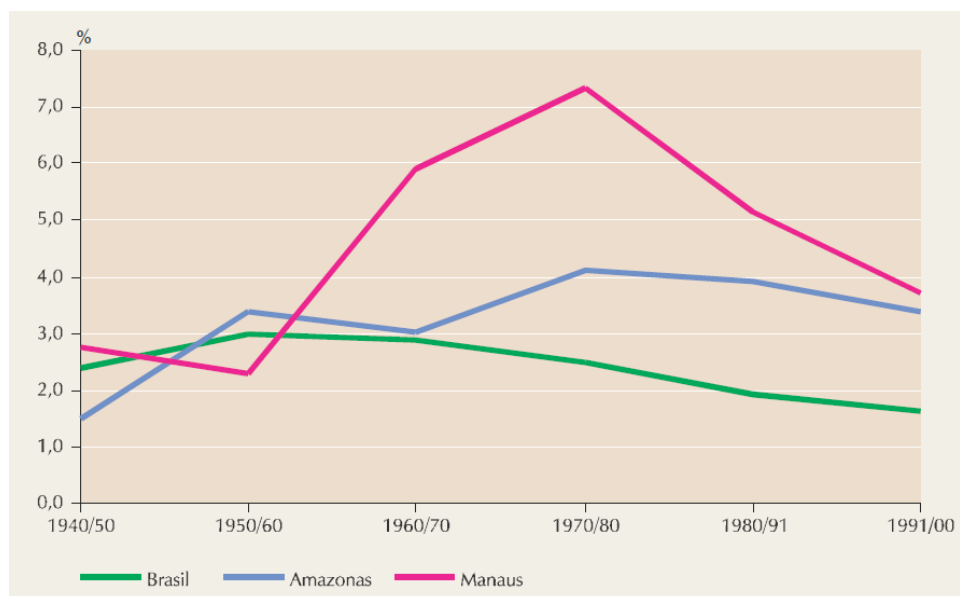


Figura 12 – Taxa de crescimento médio anual no Brasil no Amazonas e Manaus 1940/2000.

muito a expansão da capital do Amazonas. Como consequência, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas profundamente por significativas transformações históricas na conjuntura brasileira: golpe civil militar, implementação da ditadura mais longa que o país vivenciou, movimentos feministas, repressão, governo autoritário, política de Integração Nacional, instaurações de Atos Institucionais, entre outros acontecimentos. O Brasil vivia os altos níveis de crescimento econômico decorrente do conhecido “Milagre econômico”⁸⁸

O governo planejou, como parte da política que foi estabelecida pelos militares pós-1964, um conjunto de medidas para a Região Amazônica, utilizando um discurso de impedir uma imaginável invasão varsoviana. Uma atração de grande capital para a Amazônia se deu em decorrência da Polamazônia, uma iniciativa do governo tendo como foco a inserção de polos de desenvolvimento, sendo cada polo responsável por centralizar uma atividade especializada.

É importante observar que essa busca para a capital mudou de forma profunda a configuração da região, começando pelos índices populacionais, como ressalta Carvalho (1997).

Com a implantação dos polos, aconteceu uma aceleração migratória. A

⁸⁸ RIBEIRO, et al. “A gente veio do interior sem saber muita coisa da capital”: vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014). 2015

população nas cidades, na década de 1960, era de aproximadamente 1,9 milhões de habitantes, tendo esse número aumentado para quase 6 milhões, em 1980. Um significativo grupo de homens e mulheres tinha saído de vários lugares do país, como o Sertão Nordestino e trabalhava lavrando a terra. Essas grandes transformações foram impactantes e mudaram de forma marcante a vida de quem chegava na região e de quem já morava nela.⁸⁹ (BRASIL, 1997).

Segundo Moura e Moreira (2000), a Região Metropolitana de Belém e Manaus, se apresenta como os núcleos urbanos principais no grupo das cidades da Região Norte. Entretanto, Manaus vai além, passando a emergir, no âmbito populacional, como sendo o maior núcleo regional urbano, colocação que anteriormente era de Belém.⁹⁰

A taxa apresentada na urbanização do município de Manaus teve permanência crescente em quatro décadas. É possível perceber que existiu um significativo aumento no processo no período entre 1970 e 1980, no que se refere a implementação da Zona Franca, aumentando de 91% para 96,6%. Moura e Moreira discorrem que:

o Amazonas tem atualmente seus quadros urbanos (leia-se principalmente Manaus) submetidos a uma forte pressão migratória. De fato, o estado encontra-se numa situação limite que já quase o caracteriza como Unidade em fase de desruralização populacional (Moura e Moreira, 2000. p. 71)

No caso de Manaus, para Melo, é perceptível que os deslocamentos grandes tendo a capital como destino são frutos da força de repulsão que é atuante no mundo rural e da força de atração existente nas representações das atividades urbanas que foram emergidas com a criação da Zona Franca de Manaus. Sobretudo, o autor situa, na categoria dos posseiros, dos pequenos proprietários, dos assalariados a questão social que tem relação com os aspectos dos deslocamentos populacionais. O autor faz menção à existência de condições precárias de vida da população rural que compõem um dos fatores fundantes para o deslocamento com destino a cidade de Manaus. Para além disso, um dos graves fatores de expulsão tem relação com as calamitosas cheias:

Seu caráter violento destrói as lavouras e os poucos animais de que se sustentam os rurícolas bem como suas modestas moradias, deixando-os na miséria e ao desabrigo. Esses flagelados, em seu maior número,

⁸⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

⁹⁰ MOURA, Hélio Augusto; MOREIRA, Morvan de Mello. Análise demográfica da região Norte. In: Pacheco, Carlos Américo; Patarra, Neide (Orgs). Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil. Campinas (SP): UNICAMP. IE: Campinas, 2000.

dirigem-se ou são encaminhados para as cidades, onde recebem socorros e passam a residir, fazendo crescer bruscamente o fenômeno da inchação urbana.⁹¹

Bentes discorre, de modo dramático, acerca da situação da população rural:

O Gallup nos fala que a situação da favela urbana é geralmente muito melhor do que a rural. E essa população que está vindo para as cidades, para Belém, Manaus, etc., é gente que está saindo da calha central do Amazonas e dos seus afluentes, dos lagos, etc. São pessoas que realmente não moram: estão um pouco acima de uma situação primitiva, vivendo sobre galhos de paus, morando em choupanas que muitas vezes não têm a mínima condição, sem piso, sem sanitário, sem proteção contra as pragas, contra os carapanãs, contra os animais, enfim, sem nenhuma condição.⁹²

De acordo com o autor, a Zona Franca de Manaus não se apresenta como a “bomba de sucção” que muitos comentam. Para ele, a situação do interior do estado do Amazonas é tão grave que “a Zona Franca nada mais é do que o porto que abriga o naufrago” (BENTES, 1990. p.106).

Acerca da composição populacional, Manaus é uma cidade que tem uma grande proporção de pessoas em idades jovens. Especialmente em 1970 e 1980, uma parte significativa da população (44% e 43%, respectivamente) se concentrava em uma faixa de 0 a 14 anos, sendo assim, a maior porção da população tinha sua composição dada por crianças e adolescentes.

Inicialmente, comparando o número total da população da cidade de Manaus com o número de migrantes é possível observar uma maior presença do grupo feminino na população total e um grupo masculino maior entre os migrantes. No ano de 1970 existia 92 homens para cada 100 mulheres no número total, um contingente de 12.355 de mulheres a mais que homens.

Percebe-se, entre os migrantes, nas décadas de 1980 e 1991 uma presença maior masculina: 108 homens para cada 100 mulheres em 1980, resultando em um número de homens de 2.353 a mais do que as mulheres. Nas décadas de 1970 e 2000, entretanto, existe a presença superior feminina quando comparada a masculina: respectivamente,

⁹¹ MELO, Mário Lacerda, MOURA, Hélio A. de. A Migração para a Cidade de Manaus. Recife: Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

⁹² BENTES, R. Comentários a OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; Dinâmica Populacional e Social na Região Amazônica. In: MOURA, Hélio A.de (Org.). A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades. Recife: Editora Massangana, 1996.

98 anos homens para cada 100 mulheres e 99 homens para 100 mulheres. De acordo com Moura, “Uma das características do processo migratório, qual seja a saída proporcionalmente maior de mulheres do meio rural para o meio urbano, explicaria os diferenciais encontrados quanto às respectivas razões de sexo”.⁹³

2.3 Migração

O processo migratório que se deu no estado da Amazônia evidenciou práticas de trabalhos escravos. O trabalho forçado existente entre as décadas de 1970 e 1990, como fenômeno histórico, na Amazônia, segue uma lógica correlata à trajetória histórica que atinge os indivíduos que moram, e que migram, sendo a migração forçada pelas necessidades materiais do migrante, cooptadas pelas promessas de uma qualidade de vida, ou pela coerção.⁹⁴ (ARAÚJO, 2012).

O trabalho análogo a escravidão na Amazônia não é restrito ao trabalho doméstico de meninas. Nas grandes cidades, como exemplo Manaus, objeto do presente estudo, e Belém, existe uma diversidade de situações em que se adquire mão de obra subtraindo às pessoas a dignidade que não deve ser negada para qualquer ser humano. Mas, pelas implicações teórico-metodológicas, optou-se pela pesquisa do trabalho doméstico e especificamente o trabalho doméstico infantil de meninas.

Na perspectiva das entrevistadas, o deslocamento para a cidade de Manaus, desde os anos de 1970, se configura como a procura de uma boa qualidade de vida de algumas pessoas que saíram do campo. Nas palavras de Maria Altacyr Artiago dos Santos Maciel:

a começar da minha adolescência, onde já procurava melhoria pra minha vida, aí eu não conhecia Manaus tinha muita vontade conhecer e um meio que eu encontrei de vir pra cá foi pra trabalhar na casa de pessoas em busca de melhoria pra minha vida né, e eu vim ,eu vim pra Manaus se não me falhe a memória aos 14 anos de idade em diante eu fui morar

⁹³ MOURA, Hélio Augusto; MOREIRA, Morvan de Mello. Análise demográfica da região Norte. In: Pacheco, Carlos Américo; Patarra, Neide (Orgs). Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil. Campinas (SP): UNICAMP. IE: Campinas, 2000.

⁹⁴ ARAÚJO, W. Trabalho doméstico e servidão: trajetórias gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/Am. EDUCamazônia, v. 8, n. 1, p. 8-25, 2012.

na casa da minha tia por parte de pai⁹⁵

Ao falar acerca da vida que tinha na casa da tia em Manaus, Maria relatou que:

trabalhava com ela, morava com ela ,ela não me pagava um salário, mas ela me dava roupa , me tratava bem minha tia, nessa época ela trabalhava no distrito e eu ficava em casa com a filha dela que ela tinha cuidava dela fazia comida pra ela e pra mim e ajudava minha tia em casa e com isso ela também me ajudava com calçado com roupas e assim nós vivia, só que chegou um tempo que ela saiu do distrito aí ela não tinha mais condições de me ajudar ,aí ela procurou uma outra casa pra mim morar que eu pudesse trabalhar e ter meu sustento.

Quando Alaíde Alcantarino Teófilo relata a trajetória que a levou até a cidade de Manaus, mostra os aspectos que foram determinantes para a busca de uma melhor qualidade de vida:

Eu tive uma infância né, não tive nem infância, nem adolescência nem juventude nem nada já me colocaram pra trabalhar, a gente morava no interior perdi minha mãe cedo, aí minha faleceu tanto que nem foto eu fiquei da minha mãe meu pai abandonou a gente e nós éramos 4 e fomos ficar com os meus avós maternos que eram muito pobres também analfabetos todo os dois e agente morava no interior e a muito difícil alagava era várzea e nós passamos lá assim, desde criança já comecei muito cedo a trabalhar desde criança acho que quando eu aprendi a engatinha me deram uma bacia de louça pra lavar, eu lavava louça ,lavava roupa tratava peixe , carregava melancia fazia todo trabalho né, carregava água e a gente não tinha fogão a gás, não tinha nada era pobre acho que nem pobre era miserável mesmo a gente morava na linda nova né, quando minha mãe faleceu agente morava na ilha do araiá só que é vizinho, depois quando meu pai abandonou a gente, a gente foi morar com a minha vó com os meus avós por parte de mãe que eram muito pobre também e lutava com muito sacrifício a gente não tinha uma sandália pra calça, não tinha um lençol, agente dormia no chão porque não tinha rede né, eu lembro que a gente dormia em cima de um saco de estopa forrava o chão com aquele saco de estopa e agente dormia em cima daquele saco de estopa porque a gente não tinha lençol e não tinha rede, a minha primeira rede eu comprei quando passava aqueles regatão que chamavam né os pessoal que vendiam passavam uma vez por mês lá pra vender aquelas coisas ai eu cortei juta ajudei meu avô cortava juta, pra comprar uma rede pequena pra mim porque eu dormia no chão e tinha muita, muita, muita carapanã ,antes assim das cinco horas cinco e meia se agente abrisse a boca engolia um monte de carapanã ,cozinhava na lenha e era muito sofrida nossa vida e meu avô veio pra Manaus vendeu lá o terreno e veio pra Manaus em busca de uma vida melhor, porque eles também já tava de idade e ai agente sempre que o melhor pra gente nós fomos morar ali no Parque 10 na época não tinha alvorada.⁹⁶

⁹⁵ Maria Altacyr dos Santos Maciel. 54 anos, natural do município de Tefé-(AM).Duração da entrevista, 45:00 minutos, data 05/08/2017. Entrevista realizada na casa da depoente.

⁹⁶ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

Assim como todas as nossas entrevistadas, Alaíde vivia da subsistência do trabalho doméstico. As dificuldades financeiras não estavam apenas no cotidiano da família de Alaíde, mas também de muitas famílias do Amazonas. Com a circulação baixa de dinheiro no interior, essas meninas eram praticamente obrigadas a trocar trabalho doméstico por recursos básicos de sobrevivência.

É possível identificar vários aspectos que foram responsáveis pela iniciação no trabalho dessas meninas, entretanto, todos partem do mesmo princípio, a fuga de uma vida que não oferecia condições dignas de sobrevivência, como é observado no relato de Augusta Pereira da Silva:

Bom o que me levou a trabalhar em casa de família foi porque nós éramos muitos irmãos, e assim como eu me criei com padrasto ,houve uma época que não tinha emprego, naquela época era mais difícil ,só trabalhava em roça, em safra, terminava de um lugar ia pra outro de um interior pro outro até que a gente veio pra Coari, ai em Coari era mais desenvolvido, e tinha aquelas famílias que precisavam de uma pessoa assim pra reparar uma criança de babá, como eu já era acostumada a cuidar dos meus irmão mermo né, ai eu comecei a ir pra casa de família assim.⁹⁷

No relato de Augusta ainda se percebe que mesmo na busca por uma qualidade de vida melhor, a mesma compreende o quanto lhe foi tirado nas suas práticas de trabalhos domésticos, visto que ela não recebia o pagamento satisfatório e, além disso, não tinha o dinheiro em mãos, onde o que existia era uma relação de troca de serviço:

Eu tinha uns oito, dez anos quando comecei a reparar criança né, quando, a criança tava dormido eu lavava uma louça , mas eu reparava mais criança, ser babá né, eu não recebia nenhum salário por isso, não sabia nem o que era dinheiro a gente veio saber o que era dinheiro em Coari, assim ne quando chegamos lá a mamãe fazia caero com a minha vó aquela área tudo mato ,ela iam pra lá fazer caero e a gente vendia lata de carvão ai gente já iam sabendo o que era dinheiro , mas em casa que eu fui empregada nunca ganhei assim, recebia mas uma roupa um desodorante essas coisas pessoal né, sandália, sabonete, escova, pasta essas coisas básicas que a gente usar na nossa casa eram isso que eles davam ,hoje em dia uma menina de 10 anos for reparar uma criança ela pode até querer ganhar 100 ou 150 reais ,mas a maioria quer ganha um salário ou mais porque hoje em dia uma babá ganhar mais de um salário né por exemplo se eu quisesse uma pessoa pra ficar aqui comigo no Maximo, na verdade não nem um pagamento era uma gratificação que os meninos iam dar pra ela 300 reais...(telefone)...Ai eu ficava quando saiam durma ia pra outra acho que trabalhei numas 3 casas lá em Coari.

⁹⁷ Augusta Pereira da Silva. De Coari (AM). Duração da entrevista; 40:00 minutos, data 09/08/2017. Local casa da depoente.

Uma a uma, essas famílias chegavam em Manaus almejando a melhoria de vida. Como a maioria das famílias que chegaram à cidade, elas foram trazidas pela questão econômica.

A publicidade de dias melhores também é observada nos periódicos. Como é possível perceber, é uma propaganda arrebatadora:

Três anos de zona franca já mudaram a fisionomia da Amazônia Ocidental. O decreto-lei nº 288, que o presidente Castelo Branco assinou a 28 de fevereiro de 1967, chega ao seu terceiro aniversário de vigência, hoje, com grande parte de seus objetivos já construídos, uma esplêndida realidade. Com efeito, a zona franca de Manaus transformou a capital amazonense num centro de irradiação de desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental, até presentemente pelo comércio intenso e já a partir de agora pela industrialização, que tem seu grande berço no distrito industrial, que se instala nos arredores da cidade. E enquanto isso o D.I. é loteado para receber suas primeiras unidades fabris, cuida-se também do centro agropecuário previsto no diploma legal que hoje completa três anos. Primeiro resultando da instituição da zona franca, o desenvolvimento do comércio abriu milhares de novos empregos, com centenas de estabelecimentos que passaram a operar, vendendo gêneros alimentícios, fazenda e artigos eletrodomésticos a preços baixíssimos.⁹⁸

Naquele momento, a propaganda do jornal, exaltava a Zona Franca e enaltece o período de crescimento como sendo glamoroso. O desenvolvimento estava na cidade e fazia uma diferença enorme. Os meios de comunicação em geral apresentavam o Distrito Industrial como um marco no contexto econômico de Manaus, como também no movimento de mercadorias para compras.

Eram oferecidas várias vagas de empregos como resultado de frentes novas de trabalho, e, por causa disso, a propaganda acerca da Zona Franca era passada às famílias que migravam como a possibilidade de dias melhores. Conseguia atrair milhares dessas famílias que chegavam a Manaus, com desejo de serem integradas na sonhada divisão do progresso, e se lançavam em uma cidade totalmente desconhecida.

Um dos aspectos mais comuns responsáveis por impulsionar as migrações são os problemas econômicos do lugar de origem. Porém, além das questões econômicas óbvias, é importante fazer o acompanhamento dessa chegada em Manaus analisando a trajetória a partir dos testemunhos desses sujeitos, visto que as memórias deles integram a história da cidade.

⁹⁸ RIBEIRO, et al. “A gente veio do interior sem saber muita coisa da capital”: vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014). 2015.

Thompson (2002) em seus estudos sobre migrações por meio da História Oral da migração, afirma que elas estão presentes na memória viva dos migrantes e das comunidades, possuindo essas partes igual importância na História.⁹⁹

Neste sentido, a história oral contribui para dar visibilidade a grupos excluídos de escritos e inserir no relato historiográfico vozes diversas e silenciadas. Na busca da validação de memória diferentes opostas aos estereótipos criados e, especialmente, para explicar traumas sofridos, o testemunho dos que foram silenciados, busca a abertura de um espaço em um âmbito de indiferenças; ganhando importância como responsabilização e denúncia.

Quando se trata das mulheres, especialmente, os testemunhos orais se apresentam como sendo um caminho para que elas consigam entrar na conhecida “grande história”, em que normalmente eram invisíveis, onde foram relegadas a vida privada, ou os pertencentes aos bastidores das conquistas históricas atribuídas aos homens.

Salvatici (2005 p. 6) ressalta que a importância dada para a história de mulheres e de gênero pela memória teve um significativo aumento nas últimas duas décadas e desenvolveu um forte papel na indicação de tópicos novos para a pesquisa histórica.¹⁰⁰

Salvatici (2005) ainda apresenta alguns exemplos:

A deportação maciça durante o período nazista é um caso de alta relevância, uma vez que esteve recentemente no centro do debate historiográfico europeu sobre memória. Na Itália, a primeira contribuição da pesquisa sobre experiência extrema de perseguição política e racial durante a Segunda Guerra Mundial foi oferecida por uma coleção de testemunhos femininos; esse livro intitulava-se “As mulheres de Ravensbrück (Le donne di Ravensbrück)”, e uma das compiladoras foi ela, ela mesma, uma sobrevivente. O volume foi composto por quatro entrevistas autobiográficas de mulheres que foram deportadas em virtude de sua orientação política. “As mulheres de Ravensbrück (Ravensbrück é o nome do campo de concentração descrito nos testemunhos) foi publicado no início da década de 1980, e quebrou os quase quarenta anos de silêncio da memória coletiva e da história nacional sobre a deportação nazi-fascista. As vozes dos sobreviventes deixaram emergir a vergonha desse silêncio, e visaram a desafiar o esquecimento público devido ao desejo coletivo de afastar para bem longe o horror da Segunda Guerra Mundial e de encobrir as responsabilidades de todos os italianos que colaboraram com o exército nazista. O muro de indiferença erguido diante dos sobreviventes foi particularmente severo com relação às mulheres. Seus relatos foram silenciados por não terem espaço no discurso público; as vozes femininas foram confinadas à esfera privada.”¹⁰¹

⁹⁹ THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa I: A árvore da liberdade. 4 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰⁰ SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. 2005.

¹⁰¹ SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. 2005.

Algumas questões são responsáveis por fomentar o cenário da pesquisa, é preciso analisar quais são as vozes que estão dispostas nas memórias coletivas, quais são as vozes que adquirem espaço no cenário público, além de pensar acerca da questão do agente de gênero desenvolvido na divisão.

Quando se analisa esses aspectos em comparação com a vivência dessas meninas em seus testemunhos, é possível perceber a desigualdade social. Tanto nos seus lugares de origem, quanto no seu cotidiano na cidade de Manaus.

No relato de Raimunda se ver a esperança que se tinha em conseguir uma realidade melhor da que se tinha. Estando presente o “aproveitamento” das fragilidades que as famílias dessas meninas tinham:

(Choro)... primeiramente eu fui mora com a minha madrinha, com a minha madrinha eu vir pá essa casa aqui em Manaus (choro), vir morar com ela, ela ia me dar roupa calçado tudo, minha tia me deu pra essa mulher chamava kaiada o nome dela, não sei como era o nome dela mas só chamava Maria Kaiada, apelido sei lá, ai passou um tempo, ai foi la com a minha mãe me pediu que ela tinha uma amiga aqui em Manaus e ela tava precisando duma pessoa assim, uma criança para brincar com as filhas dela, se a mamãe deixava ai mamãe pegou deixou ai eu vir morar não conhecia nada né.¹⁰²

Acerca dessa prática do trabalho doméstico como uma derivação do trabalho escarvo, Freire estabeleceu que o brasileiro quando não no corpo, traz na alma, a marca do indígena e do negro, o que se apresenta também nos trejeitos do cotidiano, na música, na religiosidade, na fala e no andar, mostrando que esses traços, especialmente da cultura negra, foram concretizados desde de as amas-de-leite até os seus filhos, que foram os primeiros companheiros de brincadeiras dos filhos dos senhores, dados que tem raízes desde as origens do Brasil:

Da escrava ou sinhá que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-do-pé de uma coceira tão boa. [...] Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo.¹⁰³ (FREIRE, 2002. p. 396)

¹⁰² Raimunda Nonata Gomes da Silva. 62 anos. Manacapuru(AM). Duração da entrevista 40:00 minutos, data:15/07/2017.

¹⁰³ FREIRE, Gilberto. Casa grande e senzala. In *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

Ainda na memória, e nas palavras de Augusta mostram-se os elementos nos quais percebe-se a relação de trabalho-escavidão. Onde ela se percebia como alguém da família, mas não tinha nenhum direito garantido sobre sua atuação na casa. A ida para Manaus, inicialmente, era entendida como uma possibilidade de mudança, mas os padrões da história continuaram os mesmos:

Eram tudo conhecido parentesco um do outra ia tudo reparar menino, ai quando foi pra mim vir pra Manaus eu estava com 14 ou 15 anos ai foi quando a mamãe ,quando veio uma mulher de lá e ela veio pra cá pra Manaus, ai gente moravam numa rua eles moravam em outra , ai foi quando ela foi lá ne e se tinha alguém que queria ir pra Manaus que uma mulher mandou ela trazer uma menina ne pra se babá ai eu ne já tava naquela tribulação com meu padastro ne, queria me livra daquela vida ai eu peguei e vir ai mamãe deixou e eu vir , ai eu vir com ela quando chegamos na escadaria a mulher veio me pegar trouxe o dinheiro pra pagar passagem e eu direto da casa dela a mulher que eu vinham morar ne eram um casal com filhinho igual aquele da Elaine, ai fiquei 2 anos morado com ela , eu reparava o menino, eu lavava a louça, varia uma casa passava um pano eles num eram aquela casa chique né, uma casa simples né, um básico, eles eram muito bom comigo esse casal ai eles bom nunca me maltrataram ,pra onde eles ia mim levavam pra passear e pro banho, nunca fiquei sozinha em com a criança ne,só ele que trabalhavam, ela ficava em casa a maioria do tempo, aí com 2 anos eu votei pra Coari, eles não me pagavam, só roupa, sandália, nunca estudei ,nunca me matricularam em cato nenhum.

Em uma pesquisa feita no Brasil, acerca do trabalho doméstico infantil, demonstrou-se que, dos adolescentes e crianças em atividade econômica, o percentual de 90% é de meninas, onde 62% são negras ou pardas e 32% dessas crianças em prática doméstica não estudam.¹⁰⁴

Ao fazer a análise da falta de valorização do trabalho desenvolvido em ambiente doméstico, o antropólogo Roberto Damatta traz o questionamento se essa realidade poderia ser outra, visto que não faz muito tempo que a sociedade usava da escravidão e as pessoas consideradas como decentes não podiam fazer uso das mãos para trabalhar:

No nosso sistema, tão fortemente marcado pelo trabalho escravo, as relações entre patrões e empregados ficaram definitivamente confundidas. Não era algo apenas econômico, mas também uma relação moral onde não só um tirava o trabalho do outro, mas era seu representante e dono perante a sociedade como um todo. O patrão, num sistema escravocrata, é mais que um explorador de trabalho, sendo dono e até mesmo responsável pelo escravo [...]. Creio que isso embebedou de tal modo as nossas concepções de trabalho e suas relações que até hoje misturamos uma relação puramente econômica com laços pessoais de

¹⁰⁴ SEWARTZMAN, S. Trabalho infantil no Brasil. Brasília:OIT, 2001

simpatia e amizade. O que confunde o empregado e permite ao patrão exercer duplo controle da situação [...]. O caso mais típico e mais claro dessa problemática - muito complexa e a meu ver ainda pouco estudada - é o das chamadas “empregadas domésticas”, as quais são pessoas que, vivendo nas casas dos seus patrões, realizam aquilo que, em casa, está banido por definição: o trabalho. Nessa situação, elas repetem a mesma situação dos escravos da casa de antigamente, permitindo confundir relações morais de intimidade e simpatia com uma relação puramente econômica, quase sempre criando um conjunto de dramas que estão associados a esse tipo de relação de trabalho onde o econômico está subordinado ao político e ao moral, ou neles embebido.¹⁰⁵

Esse tipo de observação serve como um reforço para se compreender o quanto o trabalho doméstico não é um ambiente apropriado para o desenvolvimento de crianças, visto que ele, em geral, é duro, desgastante e repetitivo.

Jacilene Lopes da Silva, mostra com sua experiência qual o modo que esse tipo de ambiente contribui para o “desenvolvimento” das crianças:

Eu sou a Jacilene eu comecei a trabalhar como doméstica eu tinha 11 anos de idade lá na cidade de Nhamundá morando com uma senhora, não tinha salário só recebia alguma ajudar assim eles tinham um comércio e sempre ajudava com alguma coisinha mas não dinheiro assim fui chamada pra ajudar a cuidar das crianças e lá eu tive a oportunidade de aprender a cozinhar que eu não sabia a zelar melhor de uma casa né.¹⁰⁶

A concepção comum de acostumar meninas pobres às atividades domésticas tem muita força em todo o Brasil, não apenas em algumas regiões, e parte da ideia de que trabalhar em casas de terceiros é mais um item que compõe a formação, de modo que resulta na garantia de um possível aprendizado e resguardando essas meninas dando uma profissão no caso de não se ter êxito com alguma outra.

Como foi visto até aqui, essas práticas começam em seu âmbito familiar, onde a partir muito novas as meninas desenvolvem atividades para organizar a moradia, e especialmente cuidar de seus irmãos menores. Essas obrigações tiram o direito da criança de brincar, por exemplo, prática é essencial na infância.

Desde muito novas, essas crianças deixam de desenvolver o papel da brincadeira e passam a tomar a frente das mesmas responsabilidades que um adulto, com uma peculiar diferença: como ainda não completaram seu desenvolvimento emocional e físico, são manipuladas e manejadas facilmente.

¹⁰⁵ DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

¹⁰⁶ Jacilene Lopes da Silva, natural do município de Nhamundá(AM). Duração da entrevista 1:10, data:12/09/20018

Essas manobras de manipulação são percebidas quando Jacilene aborda a relação que tinha com um dos patrões:

era bem tratada, com muito respeito, o meu padrão já era um senhor bem maduro ele tratava agente como filha, tanto que ela que era a estressada e ele falava assim não ligue pra ela não que quando ela tiver assim isso é falta, e eu fica pensado falta de que será e na minha cabeça ficava pensado falta de que será não tinha noção era criança praticamente ai mas ele tratava muito bem ela também além dos dois salário ela inda comprava as coisas pra mim dava um desodorante um perfume e uma roupa sabe um intimo uma camisola ela sempre tava agradado.¹⁰⁷

Refletindo acerca das políticas sociais que buscam combater o trabalho infantil doméstico, Castanho avalia que:

Os estudos constataam que o trabalho doméstico para as meninas pode representar uma grave forma de violência, porque dela derivam outras violações de direitos, inclusive a violência física e sexual. O cotidiano do trabalho doméstico viola direitos fundamentais como educação, saúde e profissionalização, impede a convivência da criança com sua família e sua comunidade e submete as crianças e adolescentes ao poder e domínio de um ambiente privado, propício à violação dos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade.¹⁰⁸

O relato de Raimunda Nonata Gomes da Silva nos mostra que nem sempre a manipulação é feita com presentes ou cuidados. Na fala de Raimunda se identifica o que Castanho estabelece como uma das características do trabalho doméstico:

ela me botou pra fazer tudo me socava 5:00 horas da manhã dentro do banheiro me batia(choro),ela me batia muito me socava no banheiro se eu não lavasse agora ela batia de novo e fazia tudo na casa dela ai pensado que ela me dava alguma coisa ela não me dava era nada e eu que fazia tudo na casa dela e não tinha como eu vir embora né porque minha mãe morava no interior eu sei que eu passei um bocado de tempo com essa mulher magra ela não me alimentava nem direito ai eu fiquei com ela passei um bom tempo não me lembro quantos tempos eu fiquei com ela,fazia tudo e ela ainda me batia se eu fizesse as coisas mau feitas.¹⁰⁹

A realidade que se encontrava ao chegar em Manaus, advinda do interior, em algumas vezes se apresentava mais dura do que a vivida anteriormente, como diz Alaíde:

¹⁰⁷ Jacilene Lopes da Silva. natural do município de Nhamundá-(AM). Duração da entrevista 1:10, data:12/09/20018

¹⁰⁸ CASTANHO, Neide. Políticas sociais e oferta institucional frente ao trabalho infantil doméstico no Brasil. Brasília: OIT, 2002.

¹⁰⁹ Raimunda Nonata Gomes da Silva. Natural de Manacapuru (AM) data:15/07/2018.

o última bairro que tinham era o parque 10 era o final do mundo e ninguém queria e pra lá e não tinha luz, não tinha água, não tinha ônibus, não tinha nada aquela rua Paraíba era só barro quando o carro passava era só um poeirão que ninguém não enxergava nada ,quando eu vir pra Manaus eu tinha 10 anos , ai que agente passava fome memo, no interior agente ainda tem uma fruta agente ainda pegar um peixe né, não precisa comprar pegar um peixe uma fruta e na cidade, cidade ninguém da nada pra gente meu avô vendia picolé e minha avó lavava roupa pra fora e eu ajudava a minha avó a lavar roupa pra fora.¹¹⁰

Também é possível perceber nas palavras de Maria Altacyr a realidade que a ela foi apresentada e o modo pelo qual, na sua criação, deixou-a desconfortável:

nessa época como eu vim de Tefé, eu fiquei sem estudar acho que foi em torno de período de mais de ano que eu fiquei sem estudar nessa época que eu tentava minha vida aqui então eu fui morar com essa mulher, a minha tia arranhou através de uma amiga dela um trabalho na casa de uma mulher que eu não me lembro o nome dela mas ela morava se eu não me engano no Dom Pedro ,eu fui pra lá morar com essa senhora , e eu comecei a observar e não gostei muito porque as atitudes dela não me agradava ela tratava bem as pessoas ao redor dela , ela era professora, e apesar de tudo ela era professora e o esposo dela era advogado , e eu não vivi muito tempo na casa dessa mulher porque não gostei muito, as vezes ela tratava agente mal e eu via também que a mãe dela era empregada dela e isso eu não me sentia bem né, porque eu não me sentia bem ao meu ver as coisas não deveria ser assim mas era a vida dela que era assim, então eu fiquei pouco tempo na casa dela, nessa casa eu cuidava da limpeza, cuidava da limpeza dos banheiros, da casa, lavava roupa, e eu não me lembro de eu ter recebido nenhum salário dela.¹¹¹

O que sempre fica perceptível no relato dessas mulheres é a satisfação que se tinha quando eram deixadas para trabalhar em casas em que tinham algum carinho no tratamento para com elas. Como é possível perceber na fala de Jacilene:

onde eu morei 10 anos que é aquele casal que eu te falei me tratavam até hoje porque eu perdi um contanto me tratarão como filha nunca me apresentaram pros outros pros amigos olha essa aqui é nossa empregada não, essa menina é nossa filha meu nome é Jacilene mas lá eles me chamavam de Célia lá um agrado de família.¹¹²

Em contrapartida, como efetivação de que não se existia um “padrão” de tratamento dessas meninas, Jacilene ainda discorre a forma que era tratada pela família que ela trabalhava:

¹¹⁰ Alaide. Moradora de Manaus. data:16/07/2018.

¹¹¹ Maria Altacyr dos Santos Maciel. Natural de Tefé(AM)

¹¹² Jacilene Lopes da Silva. natural do município de Nhamundá-(AM). Duração da entrevista 1:10, data:12/09/2018

leite nem pensar em leite ninguém tomava leite as vezes nem o café não tinha ai como não tinha água agente tirava água eu tirava água do poço de 17 metros rolado assim com um rolo tinha hora que eu não tinha mas força, soltava o bicho despencava ia até lá baixo e eu começava tudo de novo , ai eu chorava muito porque eu queriam uma vida melhor eu queriam estudar né , eu tinham vontade estudar eu queria ser enfermeira meu sonho era ser enfermeira ai eu fui pra uma casa de uma mulher trabalhar ser babá do menino só que a gente se depara com outra realidade, as pessoas antigamente não tinha é como hoje que as crianças não podiam trabalhar, antigamente tinham, que trabalhar ou morriam de fome né, e ai eu fui reparar o menino que ficava perto da escola onde eu estudava ali no Alan Kardec na rua Recife ai eu fui morar na casa da mulher reparar esse menino e só que era como se eu não existisse lá eles me davam mesmo só a comida , entendeu, e eles não me davam roupa , não me davam o calçado, não me davam nada ,nada assim, e eu queria estudar e só que eu tinha vergonha de perdi porque eles viam que eu precisava né, mas como eles não davam também tinha vergonha de perdi , e ai eu acho que passei ainda 2 anos ali na casa desse pessoal e eles nunca compraram uma roupa pra mim , nunca me deram uma roupa um sabonete nunca me deram nada.¹¹³

Ouvir a voz dessas mulheres que foram historicamente negligenciadas e silenciadas é essencial para que se tenha a possibilidade de uma construção história mais democrática. Onde é possível enxergar, igualmente, os sujeitos que fizeram parte da composição de um marco.

¹¹³ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

3

Capítulo 3: Questões dos abusos e assédios sofridos pelas crias de família.

3.1 Abuso e Assédio infantil

As crianças brasileiras estão em toda parte. Na rua, à saída das escolas, nas praias. Sabemos que seu destino é variado. Há aquelas que estudam, as que trabalham, as que cheiram cola, as que brincam, as que roubam. Há aquelas que são amadas e, outras, simplesmente usadas. Seus rostinhos mulatos, brancos, negros e mestiços desfilam na televisão, nos anúncios da mídia, nos rótulos dos mais variados gêneros de consumo. Não é à toa que o comércio e a indústria de produtos infantis vêm aumentando progressivamente sua participação na economia, assim como a educação primária e o combate à mortalidade infantil tornam-se temas permanentes da política nacional.¹¹⁴ (DEL PRIORE, 1999).

A violência, abuso e assédio tem sido um dos fatores mais angustiantes desde o início. Talvez porque as três demonstram dor e cicatrizes que o tempo jamais apagará. Curiosamente, enquanto ele estava sofrendo, os humanos eram o agente causador.

Michaud (1989) destaca que:

(...)há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (p. 10).¹¹⁵

¹¹⁴ DEL PRIORI, M. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. IN: . História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991

¹¹⁵ MICHAUD, Y. (1989). A violência. São Paulo: Ática.

A palavra violência vem da palavra latina *violência*, que significa abuso de força, tirania, opressão, violência, atos de violência, coação física ou moral, e se tornou um dos temas mais discutidos na pós-modernidade, por isso este trabalho terá como foco alguns tipos de violências e o abuso sexual de crianças e adolescentes, ao longo da história da humanidade, da antiguidade à pós-modernidade, e os fatores que favorecem sua prática e defensores.¹¹⁶

Já a palavra “abuso” significa que são atos físicos, incluindo toque genital, tentativa de relação sexual, masturbação, sexo oral e/ou penetração. Eles podem ser legalmente divididos em: abuso sexual, corrupção de menores, sedução e estupro. Mas entendemos que a violência física (espancamentos e surras), contra crianças e adolescentes, muito tolerada historicamente precisa ser tratada de forma significativa, já que foi relatada, algumas de nossas entrevistadas. Portanto, segundo World Health Organization 1999:

Abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder.¹¹⁷

O abuso sexual é um momento de maior preocupação na sociedade, seja pelas preocupações atuais com os direitos da criança ou pelo aumento das preocupações com o desenvolvimento da saúde infantil e seu impacto futuros. Portanto os eventos advindos de ambientes familiares antes restritos aos contatos sociais mais íntimos. Conforme elucida Eghrari (2006) “o fato de que, à medida que as estruturas sociais mudam, o tema do sexo deixa de ser considerado tabu, facilita a pesquisa sobre o tema e permite a conversação e o confronto. está acontecendo com as crianças”.¹¹⁸

¹¹⁶ AMAZARRAY, KOLLER, L. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicol. Reflex*, v.11, n.3, 1998.

¹¹⁷ World Health Organization (WHO). (1999). WHO Consultation on Child Abuse Prevention. Geneva: WHO.

¹¹⁸ EGHARI, C. Abuso sexual infantil intrafamiliar – aspectos transgeracionais. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2006.

O abuso sexual pode ser evidenciado sob várias formas e apresenta maneiras diferenciadas de expressão, tais como: estupro, incesto, atentado violento ao pudor, de acordo com a conceituação jurídica; abuso sexual e exploração sexual comercial, conforme conceituados pela sociologia e pela antropologia.

Ao longo da história da humanidade, o descaso com crianças e adolescentes tem sido uma das características marcantes da cultura humana, pois não há o conceito de vulnerabilidade inerente à infância, que é pouco discutido e, portanto, não possui política de conservação. Azambuja (2004, p. 21) cita Lourensz e Powell dizendo que a violência contra crianças era considerada normal na antiguidade por causa dos extensos registros bíblicos e mitológicos de infanticídio e morte de irmãos.

Fábio Pestana Ramos:

Em qualquer condição eram os “miúdos” quem mais sofriam com o difícil dia a dia em alto mar. E o próprio ambiente nas naus acabava por propiciar atos de sodomia que eram tolerados até pela inquisição. Os grumetes e os pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais dos marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhadas pelos pais, eram violadas, por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manter-se virgens pelo menos até chegar à colônia.¹¹⁹

Nossas entrevistadas nos relataram vários episódios de abusos e todo tipo de violências, sofridos por elas, quando nos reportamos sobre o período estudado (1970), e sobre as leis, os costumes, a classe social, o lugar em que vive, a vida se mostra monstruosa para essas então crianças, a sociedade atual está longe do ideal, porém temos avançando, na proteção de nossas crianças e adolescentes, é nisso que quero acreditar.

Um dos muitos relatos de violência sofridos por Alaíde:

Ela não me tratava mal não, porque eu fazia de tudo, mas o marido dela não deixava eu dormir de noite, passava a noite passando a mão em mim e a gente dormia tudo na sala, que só tinha um quarto e uma sala, uma cozinha e uma área de lavar roupa que era tudo de madeira, dentro daquele igarapé de Manaus, onde só era lixo, aí a mulher trabalhava de fazer encomenda de bolo com a irmã dela, e a irmã dela ia pegar aquelas meninas lá na compensa também, aquelas crianças, aquelas meninas de 12 anos, 13 anos, e ela espancava, ela tinha uma menina lá, que ela batia, batia na menina, esfregava roupa na cara da menina que sangrava, quebrava o beijo da menina, os lábios né, e ela batia muito,

¹¹⁹ História das crianças no Brasil, organização; Del Priore Mary. Capítulo: A História Trágico-Marítima da crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.p.20;Pestana Ramos, Fábio.

muito na menina, só que era assim, eu fazia de tudo, mas se viesse me bater, minha irmã, aí eu virava uma jararaca se viesse me bater, eu virava uma fera, que eu era revoltada, eu tinha muita amargura no meu coração, ainda tenho um pouco né, até hoje ainda, é muita ferida na alma, eu sofria muito e eu fazia tudo e a pessoa ainda vir me bater, aí quando foi um dia ela veio tirar graça comigo, ela pegou uma vassoura eu peguei outra aí quando eu enfrentei mesmo ela, ela não veio não.¹²⁰

Assim, segundo Eghrari (2006), o abuso sexual no seio familiar é constituído por uma série de componentes que o perpetuam ao longo das gerações e são, em certa medida, legitimados pelos grupos familiares. Um de seus componentes mais ativos, e que ajuda a prolongar o abuso, é o sigilo. O significado do sigilo é que ele não permite que a criança exponha o abuso, portanto, a dinâmica que o envolve permite que a criança se culpe, perpetuando assim o abuso.¹²¹

Apesar da maioria dos abusos sexuais terem acontecido em casa de terceiros, “nas muitas casas de suas andanças”(DANTAS,2007), algumas de nossas entrevistadas relataram abusos sofridos em seus lares de origem, abusos esses cometidos por tio, padrasto e até mesmo o pai. Ressaltamos que nossas entrevistadas nos deram total autorização para o uso de suas histórias de vida, no entanto ocultamos propositalmente alguns fatos.

Vale a pena notar que neste momento da história, as crianças estão tão vulneráveis e precisam de cuidados e cuidados, nesta fase precisando de alguém para proteger, ensinar com amor e ao mesmo tempo com autoridade, em posição de exposição, é fácil tornar-se alvo psicologicamente e fisicamente abusivo, mesmo vulnerável a avanços sexuais de adultos ao seu redor, porque a noção de sentimentos infantis é neutra, não tem validade alguma.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI salienta que:

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. [...] As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio.

¹²⁰ Alaíde Alcantarino Teófilo, natural do município de Itacoatiara-(AM). Duração da entrevista 1:15, data 20/10/2018. Entrevista feita na casa da depoente.

¹²¹ EGHARI, C. Abuso sexual infantil intrafamiliar – aspectos transgeracionais. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2006.

Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.¹²² (BRASIL, 1998, p. 21).

A infância, entendida como uma construção histórica e social baseada nas relações estabelecidas entre adultos e crianças, manifesta-se de forma diferente em cada momento histórico. Dito isso, podemos concluir que ela é compreendida em função das mudanças sociais e históricas percebidas pelas famílias e grupos sociais, tornando-se um fator importante no processo de interdependência de adultos e crianças. As experiências sociais entre gerações facilitam e vivenciam mudanças nas relações de poder à medida que buscam responder às demandas de novos comportamentos, modos de ser e comportamentos sociais exigidos pelos grupos aos quais os indivíduos pertencem. Desta forma, a infância torna-se o período fundamental para o estabelecimento/instrução das crianças na necessária aprendizagem social, como colocar “tornar-se um ser humano”.¹²³

Observou-se que ao longo dos anos, mais atenção tem sido dada às crianças. Uma preocupação atual é que as crianças sejam cada vez mais acolhidas pelos adultos não como iguais, mas como sujeitos que carecem de cuidados e têm necessidades diferentes, mas também anseiam por amor e atenção. “Quando os direitos de um menor são reconhecidos, a miríade de problemas desumanizantes que causaram sua vida, a invasão de seu espaço infantil, tornam-se mais aparentes e, portanto, mais brutais”.¹²⁴ (EGHRARI, 2006).

Com a introdução da Lei da Criança e do Adolescente, essas pessoas que precisam de apoio agora têm um ponto de apoio quando seus direitos são violados. Em muitos casos, o melhor desenvolvimento é o ambiente em que a criança corre maior risco e seus direitos são completamente ignorados. É uma ocorrência frequente de abuso sexual infantil porque a disfunção familiar explica a existência do abuso, e isso garante que o abuso sexual dentro da família seja mantido porque a família acredita que vai

¹²² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

¹²³ AZAMBUJA, M. R. F. Violência Sexual intrafamiliar. É possível proteger a criança?. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

¹²⁴ EGHRARI, C. Abuso sexual infantil intrafamiliar – aspectos transgeracionais. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2006.

mantê-lo unido e protegido. “A relação sexual infantil intrafamiliar pode surgir de diversas circunstâncias na vida do protagonista envolvido nesse assédio e violação dos direitos da criança e adolescente” (EGHRARI, 2006).

Segundo Imber-Black (1994) seu estudo relata que:

O abuso sexual de crianças por adultos incorpora as forças mais perversas da natureza humana. O incesto é uma história de poder mal utilizado, exploração e traição da inocência. A sociedade reconhece o incesto como o rompimento da confiança com a humanidade; a vítima de incesto compreende o legado de loucura desse ato. Não é de se admirar, portanto, que o incesto seja ‘o segredo mais bem-guardado’ na história da humanidade (p.185).¹²⁵

Dependendo da relação que a criança/adolescente desenvolve com o agressor, o abuso sexual pode ser visto como dentro ou fora de casa. Em vista disso, “o abuso sexual de crianças e adolescentes fora de casa é definido como qualquer forma de atividade sexual entre um não familiar e uma criança, seja por um conhecido ou estranho da família/criança”¹²⁶ Portanto, “o agressor geralmente tem acesso à criança quando visita membros da família ou quando os pais confiam nele. No entanto, ainda é possível que a criança não conheça o responsável pelo abuso, e que essas ações ocorram fora do ambiente familiar”.¹²⁷ (SEABRA & NASCIMENTO, 1998).

A existência de abuso infantil na história da sociedade brasileira não é um fato recente, como vimos nos remetem ao período colonial. Esse abuso dos direitos humanos e a exploração brutal de crianças e adolescentes remontam também à era da escravidão no Brasil. Até hoje, a sociedade brasileira ainda lida com esse segmento de meio de exploração degradáveis. No entanto, não se trata de uma infância e adolescência qualquer, mas de episódios específicos.

O abuso infantil tem raízes socio estruturais, desencadeadas por uma série de decisões. É uma violação de direitos enraizados na exclusão social, pobreza, sofrimento, desigualdade social e condições de pouca ou nenhuma dignidade. Uma sociedade excludente que permite que famílias pobres utilizem os corpos de seus filhos e adolescentes

¹²⁵ Imber-black. Abuso sexual em crianças, 1994.

¹²⁶ AZAMBUJA, M. R. F. Violência Sexual intrafamiliar. É possível proteger a criança?. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

¹²⁷ SEABRA, A., & NADC, H. M. Abuso sexual na infância. *Pediatria Moderna*, v.34, n.7, p.395-415, 1998.

para complementar sua renda e proporcionar absenteísmo para suprir suas necessidades. Um processo legitimado pelo mito socialmente construído de que o trabalho infantil é a solução para a pobreza.¹²⁸

Mais relatos de Alaíde, segundo seus relatos, quando saiu da casa onde morava no bairro da Compensa, foi para outra casa no bairro Cachoeirinha, sua patroa a matriculou no colégio Santa Teresinha, fez curso de corte e costura, pintura, artesanato bordado e arte culinária, e segundo ela sua patroa soube usufruir muito bem de seu aprendizado:

...já queria que eu passasse a noite todinha costurando pra ela, pra ela levar pra vender no interior e eu costurava, costurava, costurava, até 1;30 da madrugada, aí ela levava e vendia tudo e não me dava nenhum centavo, aquilo foi me aborrecendo, e ela tinha três filhos solteiros, três “semvergonhão” e nenhum trabalhava só estudava, um deles de 18 anos na época, e eu 15 na época, aí eu já tava mocinha, começou a me perseguir, perseguir, perseguir, a casa era de dois pisos, em baixo ela alugava pra uma jovem, como eles passavam a noite querendo abrir a porta do quarto da menina, eu fui dormir lá né, justamente já com medo dele, passei um tempo e saí de lá.

Conforme argumenta Silva (2006), o trabalho infantil rouba a infância, dificulta ou prejudica a educação, a formação, a saúde e cria riscos psicológicos, físicos, biológicos e sociais para crianças e adolescentes pelo resto da vida. Tais violações abrem espaço para múltiplas violações, pois crianças e adolescentes são privados de liberdade, prejudicados em sua dignidade e abusados física, psicológica e sexualmente. Além de ser um problema que perpetua o ciclo da pobreza e revigora hierarquias, desigualdades e exclusão social. Nos marcos regulatórios internacionais e nacionais, é tarde demais para reconhecer que crianças e adolescentes são indivíduos com especificidade e estágios de desenvolvimento e, portanto, precisam de proteção.¹²⁹

Neste aspecto o trabalho doméstico é uma forma de “trabalho infantil” que tem sua origem no trabalho escravo doméstico desde os tempos coloniais e foi socialmente aceito devido às estruturas patriarcais e escravistas estabelecidas pelo Estado capitalista brasileiro. Conforme Ianni (1992) trata-se de um “presente cheio de passado”,

¹²⁸ CARNEIRO, et al. A invisibilidade do trabalho infantil doméstico no redesenho atual do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), 2018.

¹²⁹ SILVA, M. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Natal: uma avaliação na perspectiva da Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.



Figura 13 – Alaíde

uma modernização conservadora dos fundamentos da escravidão e do patriarcado no Brasil.¹³⁰

Rizzini descreve desta forma que:

As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias.¹³¹ (RIZZINI, 2004, p.376).

Portanto o FNPETI (2013) traz uma definição de trabalho infantil doméstico – TID que descreve o trabalho infantil doméstico como qualquer serviço contínuo,

¹³⁰ IANNI, P. Fundamentos da escravidão e do patriarcado, 1992.

¹³¹ RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

remunerado ou não, realizado por uma pessoa menor de 18 anos para um terceiro ou seu próprio domicílio. Essas atividades, ainda que realizadas em casa, violam os direitos da criança e do adolescente à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer e prejudicam seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral.¹³²

Os abusos físicos relatados por nossas entrevistadas são terríveis, beirando a torturas, e estavam diretamente ligados ao trabalho doméstico relatados por elas como nos conta Rosani Brasil:

“Eu não consigo compreender mesmo, do porque minha tia me batia tanto, morei dois anos com ela , acho que ela era uma mulher muito amargurada, muito frustrada, me batia pelo mínimo mesmo, eu era uma criança muito obediente, dócil, respeitar os mais velhos “noooossa”, nunca desrespeitei mesmo ela sendo daquele jeito, tinha dia que apanhava de manhã, a tarde e à noite, quando conto pros meus netos eles nem acreditam. Olha, eu tenho uma sobrinha de Borba também, veio para morar comigo quando criança, a Fabricia, só vai sair da minha casa quando ela quiser, tem 30 anos, trabalha comigo na escola fez faculdade de administração, igual meus filhos, quando eu viajo sempre convido ela igual meus filhos, pode perguntar como ela é tratada, eu sei o que é sofrer e passar fome, nunca faria isso com um ser humano, ainda mais da minha família, filha do meu irmão, graças a Deus, meu pai veio me buscar, eu não estudei esses dois anos, meu sonho sempre foi ser professora, graças ao meu bom Deus consegui.”¹³³

Mesmo em lares onde eram bem tratadas as conotações sexuais estão presentes das formas mais sutis, na vida de nossas entrevistadas, Jacilene:

era bem tratada, com muito respeito, o meu padrão já era um senhor bem maduro ele tratava agente como filha, tanto que ela que era a estressada e ele falava assim: não ligue pra ela não que quando ela tiver assim isso é falta, e eu fica pensado falta de que será e na minha cabeça ficava pensado falta de que será não tinha noção era criança praticamente ai mas ele tratava muito bem ela também além dos dois salário ela inda comprava as coisas pra mim dava um desodorante um perfume e uma roupa sabe um intimo uma camisola ela sempre tava agradando.

Outros relatos de violência bruta, Alaíde:

...eu voltei pra lá, pra aquela com três filhos homens, mas aí foi outros quinhentos, ela me tratou bem , o filho dela caçula me perseguia, me perseguia , outro né, aí ela fez até festinha no meu aniversário de 16 anos, mas ela fez como se fosse nos 15 né, ano atrasado já, mandou fazer um bolinho, mas eu trabalhei que nem condenada pra ganhar aquele bolo ...

¹³² AZAMBUJA, M. R. F. Violência Sexual intrafamiliar. É possível proteger a criança?. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

¹³³ Rosani Brasil natural do município de Borba-(AM). Duração da entrevista 1:00hr, data:15/12/2019.

– pra ver que eu sofria tanto que eu sonhava, eu sonhava, ai eu só que eu vim com ele né, vim sentido um aperto no meu peito mas ai eu vir , e ele dizendo que ele não ia mentir que ele não era moleque, todo cheio de pose né, quando chegou na casa dele como a mãe dele ficava só no andar de baixo agente que descer uma escada, e em cima só ficava fechado e em baixo que vivia mais né, ai eu peguei e entrei né, ai quando eu entrei a porta que descia que passava pro andar de baixo tava fechada, ai eu perguntei porque aquela porta tava fechada ai ele disse foi o vento que fechou quando eu entrei na frente dele e disse tu não ta me enganado que a tua mãe tá aqui não né, ai ele que enganado nada, ai quando entrei ele trancou a porta e balançou a chave assim, ai ele disse agora tu vai ser minha nem que tu não queiram ai eu sai correndo dentro da casa, mas pra onde que eu ia não podia sair tudo gradeado e ninguém escutava podia gritar e ele tampou a minha boca, ele me espancou, ele me engasgou, ele me amarrou ele tinha deixado tudo planejado, ele me acorrentou, ele colocou minhas mãos pra trás e me acorrentou numa corrente, eu não sei como não morri fiquei muito machucada, ele me bateu, me bateu, me bateu, ele me dava de murro, quebrou meu nariz, meu olho ficou tudo roxo puro, aqui de murro que ele me deu, ele apertou tanto aqui minha bochecha, meu queixo, que ele queria chupar a minha língua e eu não deixava ele apertou tanto o meu queixo que estourou isso aqui meu beijo, e eu fiquei toda roxa e ele queria abrir a minha perna e eu não deixava e ele amassava com o joelho que ele era alto, bem mais alto que eu, eu batia no peito dele e ele era fortão né, ai me espancou, espancou, que eu desmaie que eu não vi mais nada quando eu acordei já tava toda ensanguentada em cima da cama e me chamado, me chamado, me chamado e chorando me pedido perdão, que ele tinham feito uma loucura, uma loucura, mais que ele ia casar comigo, aonde que eu ia casar com um monstro daquele, ele me estuprou, fiquei muito doente passei acho que duas ou três semanas na casa da mãe dele dentro do quarto e doente com febre eu não comia, não andava e ele pegou e disse pra mãe dele que ele tinha mexido comigo, tinha me desgovernado, mas ele não contou que me estuprou, mas ela sabia que ele tinha me estuprado, ela sabia porque ela via a situação que eu tava, e ela fingiu que não sabia, ai ela ainda disse pra ele que ele não sabia nem o que era virgindade, que ele só tinham 18 anos que ele não sabia o que era virgindade que eu não era mais virgem e dizendo que ele tava enganado e não sei o que, e ele dizendo que eu era virgem ele sabia porque ele não era besta, ele não era inocente que ele ia casar comigo porque ele me amava e tal, ai eu peguei e disse pra ele porque que tu não me matou, tu devia ter me matado, tu não devia ter me deixando viva porque eu não vou te querer, eu nunca te amei agora eu te odeio, eu prefiro morrer sozinha mas contigo eu não fico ai ele disse se eu não ficasse com ele eu não ia ficar com ninguém que ele ia me matar entendeu, ai ele botou pra mim persegui, ai quando eu melhorei as marcas roxa do meu corpo, que ele me chupou muito o meu seio sangrou, eu era todo bonitinha de corpo não tinha barriga era todo bonitinha de corpo e ele me machucou demais, e ai quando eu sarei, não sarei bem sarada né, mas ai ele comprou remédio me dava remédio e tal e ela não ia nem lá ver como era que eu tava, acredita que ela não ia nem lá, e ai eu sarei e quando eu sarei eu fugi de lá, fugi, fui embora fui lá pra Raiz ele foi atrás de mim, e ele só vivia atrás de mim querendo me matar e eu fugia dele e fiquei fugido dele quando eu casei com o pai da minha primeira filha, casei agente nem namorou, eu casei com ele pra mim ter um lugar pra morar entendeu, pra mim ter uma pessoa que me defendesse, que eu não tinham ninguém eu não podia chegar com o meu avô, chegasse numa delegacia dissesse que o homem estuprou a gente, a gente que ia ser condenada ele chamavam o nome dizia que a gente era vagabunda, que o homem não ia estuprar, uma mulher assim

sem ela dá confiança, porque ela deu confiança e tal e agente que era culpada...

O trabalho doméstico ou “dentro de casa”, é majoritariamente desempenhado por mulheres, (Dantas 2007). No contexto de nossa sociedade, com heranças, patriarcal, colonial, escravista, o trabalho doméstico ficou nas mãos das mulheres pobres em sua maioria negras, mas não só cozinhar, limpar, lavar roupas, por vezes os não domésticos, “em muitos casos os sexuais”, (Motta-Maués, 2006).

O trabalho infantil doméstico é uma atividade com divisões específicas de gênero, raça e classe, ou seja, meninas, negros, pobreza e extrema pobreza. Como já mencionado, sofreu alguns efeitos desconhecidos, seja pela naturalização de meninas que participaram da campanha, seja por campanhas estatais de conscientização ineficazes para a campanha, que recentemente foi reconhecida como uma das piores formas de trabalho infantil.¹³⁴ (CARNEIRO et al.; 2018).

Em vista disso Iamamoto (2007) descreve em relação divisões específicas de questões sociais que:

[...] imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. O alvo principal são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver: além do segmento masculino de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, jovens e crianças, em especial negros e mestiços.¹³⁵

Portanto a questão social se manifesta através das “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2007, p.160).

Neste sentido a desigualdade social transforma a vida dos cidadãos numa corrida cuja distância a percorrer e os obstáculos não são os mesmos para todos.

¹³⁴ CARNEIRO, et al. A invisibilidade do trabalho infantil doméstico no redesenho atual do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), 2018.

¹³⁵ IAMAMOTO, M. Capital fetiche, Questão Social e Serviço Social. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. p.105-208.

Segundo Iamamoto (2007) as “lutas sociais que romperam com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos” (IAMAMOTO, 2007, pg.17), através do oferecimento de serviços e políticas sociais públicas que visam garantir esses direitos. E é nesse ponto que o assistente social desenvolve seu fazer profissional, garantindo os direitos da população, sempre em prol da justiça social.

Segundo o artigo de Campos e Teixeira (2010) as desigualdades criadas entre os gêneros são reproduzidas pelas políticas sociais adotadas na América Latina, em conexão com as condições oferecidas pelo mercado de trabalho e com a estrutura familiar predominante. No mesmo artigo é relatado sobre as relações entre proteção social, família e gênero, com destaque para o contexto das reformas neoliberais e para a centralidade da família. Através desse contexto, o artigo relata sobre as famílias e as mulheres a partir do modelo de família nuclear-burguês, reforçando os papéis tradicionais de cuidadora da casa e dos filhos para o bom desempenho, na perspectiva liberal, de programas sociais como os de transferência condicionada de renda.¹³⁶

Neste mesmo sentido é relatado que os encargos familiares com a proteção social podem ser medidos também pelo subdesenvolvimento da rede de serviços dirigidos à família, preterida, no Brasil, em função da ênfase em transferências financeiras.

Os “Filhos” da família são em sua maioria mulheres e meninas, principalmente do interior do estado, e são crianças ou os adolescentes estão vulneráveis a abusos físicos, psicológicos, e sexuais como já tratado, outro problema que é bastante recorrente as camadas mais desfavorecidas é a gravidez precoce; Altacyr:

... depois que voltei pra Tefé, continuei trabalhando em casa de família pra ajudar minha, ela viúva com oito filhos, eu era a mais velha, tinha que ajudar minha mãe coitada, ela lavava roupa pra fora , para as famílias ricas de Tefé, mais depois fui trabalhar no comércio, ser vendedora, arrumei namorado ele era bacana comigo, mas a família dele não gostava de mim, pra mãe dele, eu era pobre e preta, eles tinham posses em Tefé, mas aí eu engravidei, tinha 16 anos, tive minha filha com 17, quando estava grávida ele disse que não era dele, a mãe dele falava isso pra ele, eu fiquei com raiva e disse que ia criar minha filha sozinha, não quis que ele registrasse também, minha irmã engravidou um mês antes de mim, com 14 anos, o que era ruim piorou, as duas grávidas, o pai não

¹³⁶ CAMPOS, S.; TEIXEIRA. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. Revista Katal, v.10, n.1, 2010.



Figura 14 – Altacyr com 13 anos e Familiares

assumiu também, depois ela veio pra Manaus e graças a Deus a vida dela melhorou, financeiramente falando, a filha dela minha mãe criou ... minha mãe engravidou também, o pai abandonou também, quem ia querer uma mulher com um monte de filho ...

Além da gravidez na adolescência, os casamentos precoce são bastantes recorren-



Figura 15 – Altacyr e Filha com 6 meses

tes entre as nossas entrevistadas, o casamento chega a ser uma tentativa de fuga de um abuso , como já mencionado nas entrevistas, “casei pra ter alguém que me protegesse”, (Alaíde). “Casei pra sair da casa dos outros”, (Augusta). “Casei pra ver se tinha uma vida melhor que aquela”.(Nonata).

Michaelis (2016) relata que as definições de família são descritas como: Conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto; ou também: Conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e afins de uma linhagem ou provenientes de um mesmo tronco; estirpe. E por fim: Pessoas do mesmo sangue ou

não, ligadas entre si por casamento, filiação, ou mesmo por adoção.¹³⁷

Muitas vezes, essas mulheres (os filhos são principalmente meninas) convivem desde cedo com suas famílias, desenvolvendo afeto, gratidão, mas também ressentimentos devido à sua condição desigual com os filhos nascidos no casamento. Seu status ambíguo e contraditório permite a composição de uma ampla gama de situações, desde a mais brutal exploração do trabalho infantil (incluindo exploração sexual), violência física (resultando até mesmo em morte), até um relacionamento ilegítimo como um “relacionamento tranquilo”. Os dados, por meio da emoção, devoção, exigência e satisfação da obediência na prole, criam laços duradouros e leais entre mulheres (e suas famílias).

Em Belém-(PA) onde os estudos sobre o tema tem avançado, nuances dessa prática, que pode ser vista como “adoção”, considerando tal personagem, só podem ser identificadas na análise da dinâmica social da família e da cidade em que Belém se torna cena. As “galinhas” são modeladas em um cenário urbano, começam pequenas e vão para lugares maiores, sendo o maior polo a capital Belém, onde a “raça” aparece representativa, (Dantas, 2007). Se não registrada oficialmente (a partir de mais dados obtidos em extensa pesquisa, historicamente), esse registro existe de forma muito viva na memória pessoal de qualquer pessoa em Belém, se tiver mais de 80 anos, pelo menos a prática de datar do final do século XIX; (Motta-Maúes, 2006). E confirma nossos estudos da existência de grupos de mulheres ligadas por parentesco (tias, sobrinhas, primas, irmãs, até mães e filhas) vivendo e trabalhando no núcleo familiar.

Onde nos interessa, falar dessas mulheres - confidentes, “amigas” fiéis, babás atenciosas e dedicadas, trabalhadoras honestas e confiáveis, e outras características que podem ser atribuídas a elas e reivindicadas por elas mesmas, dependendo do perfil problemático - podemos ver diferenças de atividade, comportamento e espaço entre ‘criadores’ e membros ‘reais’ da família.¹³⁸ Esta pode ser uma ferramenta para uma discussão cuidadosa dos “filhos da família”, ou seja, explicando a hierarquia e a lógica que rege as atividades das “meninas” (ou mais tarde, às vezes mulheres mais velhas) na casa em que nasceram. “Empregada” - nos dois sentidos aqui - e outros espaços da cidade.

¹³⁷ MICHAUD, Y. (1989). A violência. São Paulo: Ática.

¹³⁸ RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Partindo da entrevista com Augusta Pereira da Silva ,o que levou ela a frequentar “casa de famílias” foi porque ela tinha muitos irmãos, e assim como ela se criou com padrastos, você uma época em sua família que não havia emprego o que acaba se tornando difícil sustentar o número de filhos que sua mãe tinha. Portanto na época era mais difícil só trabalhava em roça. Diante disso finaliza um serviço em um local e já ia pra outro de um interior pro outro até que ela chegou em Coari.¹³⁹

Perante Augusta em sua entrevista:

“Coari era mais desenvolvido, e tinha aquelas famílias que precisavam de uma pessoa assim pra reparar uma criança de babá, como eu já era acostumada á cuidar dos meus irmão mesmo né, ai eu comecei a ir pra casa de família assim, eu tinha dez anos quando comecei a reparar criança né, quando a criança tava dormido eu lavava uma louça , mas eu reparava mais criança, ser babá né, eu não recebia nenhum salário por isso, não sabia nem o que era dinheiro a gente veio saber o que era dinheiro em Coari, assim né quando chegamos lá a mamãe fazia caero com a minha vó aquela área tudo mato ,ela iam pra lá fazer caero e a gente vendia lata de carvão ai gente já iam sabendo o que era dinheiro , mas em casa que eu fui empregada nunca ganhei assim, recebia mas uma roupa um desodorante essas coisas pessoal né, sandália, sabonete, escova, pasta essas coisas básicas que a gente usar na nossa casa eram isso que eles davam, hoje em dia uma menina de 10 anos for reparar uma criança ela pode até querer ganhar 100 ou 150 reais, mas a maioria quer ganha um salário ou mais porque hoje em dia uma babá ganhar mais de um salário né por exemplo se eu quisesse uma pessoa pra ficar aqui comigo no máximo no máximo, na verdade não nem um pagamento era uma gratificação que os meninos iam dar pra ela 300 reais.

Mesmo com a vida dura de trabalho, Augusta resolveu enfrentar o desconhecido, para fugir dos abusos do padrasto.

Desta mesma percepção Maria Altacyr Artiago dos Santos Maciel de 50 anos relata alguns fatos que ocorreram durante a sua adolescência em Manaus:

“Eu não conhecia Manaus tinha muita vontade conhecer e um meio que eu encontrei de vir pra cá foi pra trabalhar na casa de pessoas em busca de melhoria para minha vida né, e eu vim, eu vim pra Manaus se não me fale há memória aos 14 anos de idade em diante eu fui morar na casa da minha tia por parte de pai, pra ajudar ela, trabalhava com ela , morava com ela, ela não me pagava um salário, mas ela me dava roupa , me tratava bem minha tia, nessa época ela trabalhava no distrito e eu ficava em casa com a filha dela que ela tinha cuidava dela fazia comida pra ela e pra mim e ajudava minha tia em casa e com isso ela também me ajudava com calçado com roupas e assim nós vivia ,só que chegou um tempo que ela saiu do distrito aí ela não tinha mas condições de me ajudar, então ela procurou uma outra casa pra mim morar que

¹³⁹ Augusta Pereira da Silva. De Coari (AM). Duração da entrevista; 40:00 minutos, data 09/08/2018. Local casa da depoente.



Figura 16 – Altacyr e Filha com 2 anos

eu pudesse trabalhar e ter meu sustento, nessa época como eu vim de Tefé, eu fiquei sem estudar acho que foi em torno de período de mais de ano que eu fiquei sem estudar nessa época que eu tentava minha vida aqui então eu fui morar com essa mulher, a minha tia arranhou através de uma amiga dela um trabalho na casa de uma mulher que eu não me lembro o nome dela mas ela morava se eu não me engano em Dom Pedro, e eu fui pra lá morar com essa senhora, na época eu comecei a observar e não gostei muito porque as atitudes dela não me agradava ela tratava bem as pessoas ao redor dela, ela era professora, e apesar de tudo ela era professora e o esposo dela era advogado, e eu não vivi muito tempo na casa dessa mulher porque não gostei muito, as vezes ela tratava agente mal e eu via também que a mãe dela era empregada dela e isso eu não me sentia bem né, porquê não me sentia bem ao meu ver as coisas não deveria ser assim mas era a vida dela que era assim, então

eu fiquei pouco tempo na casa dela, nessa casa eu cuidava da limpeza, cuidava da limpeza dos banheiros, da casa, lavava roupa, e eu não me lembro de eu ter recebido nenhum salário dela até porque, eu fiquei pouco tempo lá, nessa época eu acho que eu não recebi foi nada no tempo da casa dessa mulher sabia disso. Mas eu fiquei lá até que um dia ela me tratou mal porque ela viu uma sujeirinha assim no banheiro não sei se eu passei despercebido, mas eu limpava todos os dias o banheiro dela e aí ela me chamou atenção de uma maneira estúpida aí eu não gostei, eu peguei fugi da casa dela”.¹⁴⁰

Castanha (2002) desenvolve em seu estudo uma forma de representar o que meninas (mulheres) sucedem no trabalho doméstico:

[...] uma grave forma de violência, porque dela derivam outras violações de direitos, inclusive a violência física e sexual. O cotidiano do trabalho doméstico viola direitos fundamentais como educação, saúde e profissionalização, impede a convivência da criança com sua família e sua comunidade e submete as crianças e adolescentes ao poder e domínio de um ambiente privado, propício à violação dos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade.¹⁴¹

A mesma autora suscita em seu estudo que:

A ideia do trabalho doméstico para meninas é muito forte em nossa sociedade, e é algo que transita naturalmente entre lares de origem e lares de terceiro, com a necessidade de um e a convivência/exploração do outro. Ocorre em todos os cantos do país, na área rural e na urbana, na cidade pequena e na grande, nas regiões pobres e nas ricas. Por ser uma atividade executada entre quatro paredes e fazer parte de uma cultura de que não é trabalho e sim ajuda de quem pode mais para quem necessita, é uma ocupação que não tem qualquer visibilidade enquanto problema social.

Através do desenvolvimento da entrevista é notável perceber que Alaíde se transformou em “cria” de famílias por sua família de sangue não ter condições de oferecer cuidados e educação para ela. Após o desenvolver da sua vida, sofreu diversas agressões verbais e físicas tanto dos familiares que adotaram como em relações amorosas. Alaíde relata:

“ ele me bateu muitas vezes ele chutava nas minhas pernas que escorria o sangue com o tênis né, eu podia tá onde eu tivesse ele ia chegando ele me arrastava pelo cabelo ele me jogava no chão e ele dizia que ia me matar, me matar, e ele andava armado e ele me batia no meio da rua entendeu, e o povo só olhava nunca ninguém nunca fez nada”.

¹⁴⁰ Maria Altacyr dos Santos Maciel., natural do município de Tefé-(AM). Duração da entrevista, 45:00 minutos, data 05/08/2018. Entrevista realizada na casa da depoente.

¹⁴¹ CASTANHA, N. Políticas sociais e oferta institucional frente o trabalho infantil doméstico no Brasil. Brasília: OIT, 2002. Disponível em: http://white.oit.org.pe/ippec/documentos/polit_soc_ofert_inst_brasil.pdf

Por meio desses relatos desenvolvidos no estudo, as diferenças entre os “filhos” familiares são marcantes, e através do caso apresentado no item anterior, podemos agora evidenciar, a que nos referimos neste trabalho, sobre as questões de violências sempre presentes na vida dessas então crianças persistiu na vida adulta.

É por isso que a abordagem da história de vida é crucial nesta proposta, por sua “relevância para outras fontes de dados para abordagens etnográficas: coexistência de longo prazo que permite observações antropológicas refinadas, conhecimento dos ritmos e espaços da vida cotidiana, coletivos complexos múltiplas redes sociais de eventos, comunicação pessoal e identidades negociadas” (ECKERT, 1998, p. 3), produzindo narrativas biográficas que são produto da forma como os indivíduos expressam suas avaliações.¹⁴²

De acordo com o livro de Del Priore (2001) em 1933 já existia as “crias” de famílias que eram crianças e adolescentes que trabalhavam como escravos em casas de famílias ricas. Del Priore.¹⁴³

Assim, mesmo no que diz respeito aos “filhos” da família, segundo Ferrari e Vecina (2002), a família é a composição do meio histórico, cultural, social e afetivo e, portanto, o transmissor e receptor básico de informações culturais e eventos históricos. Os eventos geram dinâmicas específicas através de comunicações únicas. Além disso, os autores apontam que as famílias proporcionam o desenvolvimento da experiência, que pode produzir conquistas ou fracassos, bem como saúde ou doença. Então se acrescenta que a família também tem a função de proporcionar um lugar estável e higiênico ao indivíduo, mas principalmente tem condições de criar uma matriz relacional para o sujeito, levando à composição do indivíduo. Identidade e transmissão da relação intergeracional para a relação pais-filhos.¹⁴⁴

Como uma de suas obrigações, a família tem de proteger seus membros e exercer outras funções relacionadas a ela. No entanto, Ferrari e Vecina (2002) afirmam que não está cumprindo sua função quando falha o papel social do grupo na proteção do sujeito e na disseminação de valores culturais. A denúncia refere-se ao que acontece em um

¹⁴² ECKERT. Abordagem da história de Vidal, p.3, 1998.

¹⁴³ DEL PRIORE. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

¹⁴⁴ FERRARI, D.C.A. & VET.C.C. (2002). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Agora.

lar onde uma criança é abusada sexualmente, pois em um ambiente onde uma criança deveria se sentir segura e amparada, ela acaba não recebendo os devidos cuidados que sua família deveria lhe dar, e enfrenta um perigo e inseguranças.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo elucidar o cotidiano e as trajetórias de vida e trabalho de meninas que vieram para Manaus na década de 1970 para estudar e trabalhar e se tornaram “filhos da família”, refletindo sobre a constituição das relações sociais na cidade de Manaus no mesmo período. Os objetivos específicos são discutir, à luz da bibliografia disponível, conceitos centrais como “filhos de família”, bem como a historiografia da mulher/gênero e como essas produções se articulam para compreender a história das mulheres no Amazonas, para refletir sobre a vida trajetórias de mulheres “filhos da família”, desde a motivação para deixar o local de origem até a chegada a Manaus por meio de suas memórias (re)construídas de suas viagens; problematizar o cotidiano dessas meninas, trabalhadoras domésticas da cidade de Manaus, para analisar seus conflitos, processos de resistência e adaptação.

Nessa sequência, na década de 1970, a percepção que temos hoje por meio das leis é muito diferente da percepção que essas crianças tinham naquela época. Isso não quer dizer que as crianças foram maltratadas, mas não receberam a proteção que têm hoje, principalmente em relação às questões legais.

Portanto, é importante compreender que em 1970 a infância era vista como um período da vida de uma pessoa destinado ao aprendizado. Aqueles cujas famílias tivessem recursos financeiros só estudariam nesta fase da vida, sem grandes obrigações e preocupações, vivemos uma vida mais tranquila em relação às suas tarefas diárias. Nesse período, aqueles que pertenciam às camadas menos favorecidas (mais pobres) também buscavam um aprendizado, mas seria um aprendizado que possibilitasse o uso de suas forças produtivas. Ou seja, crianças de famílias economicamente privilegiadas

poderiam dedicar essa fase de suas vidas ao descanso e aos estudos, enquanto as crianças de famílias pobres direcionaram seus estudos para o emprego imediato na força de trabalho.

Na cidade de Manaus na década de 1970, como em outras cidades brasileiras, era normal ver crianças e adolescentes ajudando nas casas de vizinhos ou parentes para obter benefícios como alimentação ou dinheiro. Na época, não era visto como um problema para a sociedade, mas como uma solução. Como muitas pessoas precisavam de ajuda e muitos recursos, foi considerada uma forma de troca para ambas as partes se beneficiarem.

Por meio do estudo, é possível perceber que crianças e jovens que trabalhavam em Manaus em 1970 com poucas oportunidades de estudo, uma criança que trabalha, em sua maioria reproduz o perfil de outras gerações da família que também trabalharam na infância. Sem a conscientização e o direito a novas oportunidades, que deveriam ser garantidos por meio de políticas públicas, é difícil para crianças com esse perfil romper o ciclo de pobreza e miséria em suas famílias.

O trabalho infantil, amplamente utilizado na cidade de Manaus, esteve presente em praticamente todos os atendimentos realizados por adultos. Não houve diferença entre sexo e idade no trabalho realizado. Meninos e meninas realizando tarefas em bares, lojas de departamentos, serviços domésticos, vendedores ambulantes, mercados, oficinas, fábricas de cigarros e outros eram comuns. As meninas não estavam presentes apenas no serviço doméstico, como sugerem alguns estudos. Eles tinham outras funções como empacotadores em fábricas de cigarros e caixas em lojas comerciais. Esta função exigia que eles fossem capazes de ler e escrever. As condições de trabalho impostas aos pequenos trabalhadores eram as piores possíveis. Eles tinham longas jornadas de trabalho, ambientes de trabalho insalubres, tarefas além de sua constituição física, risco de lesões permanentes e maus-tratos constantes.

O trabalho infantil em 1970 tanto em Manaus como em várias regiões do Brasil era percebido pela população como algo econômica e moralmente necessário. Além da garantia de assistência financeira à família, foi percebido como benéfica para a formação do caráter da criança que está sendo construída. O valor do trabalho era visto como

um meio de inculcar bons valores e responsabilidade nas crianças e prepará-las para um futuro melhor. Assim, as famílias pobres questionaram a forma como o trabalho era imposto aos filhos, bem como as condições de trabalho a que eram submetidos, e não o trabalho em si. Essa percepção do trabalho infantil ainda está presente no imaginário de grande parte da população.

Como toda a história é escrita a partir das questões do presente, a presente pesquisa, que não pretende esgotar e encerrar a questão das dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus na época de 1970, foca principalmente nas condições de vida das crianças no passado, nos levam a reconhecer a complexidade e relevância do tema e a refletir e questionar as condições em que vivem hoje.

Os dados encontrados nesta pesquisa mostram como a relação entre o trabalho doméstico infantil é complexa e requer atenção e formas de investigação que revelem as características dessa atividade invisível e naturalizada, principalmente no Brasil.

Além de toda a discriminação e exclusão a que esses sujeitos já estão expostos, essas crianças e adolescentes vivenciaram um alto índice de adiamento escolar, principalmente aqueles que realizam trabalho infantil remunerado, foram expostos a longas jornadas de trabalho e pouco tempo para se dedicar aos estudos e Tempo.

O estudo conclui que a prática do trabalho infantil não é um fenômeno recente, é histórico e tem suas raízes no processo de industrialização do século XVIII. A luta contra ela é, portanto, uma tarefa complexa em um país que apresenta características distintas em diferentes regiões, como é o caso do Brasil. A inserção precoce das crianças no mercado de trabalho é uma das consequências da situação econômica e social desfavorável, que ameaça o bem-estar das famílias.

Trabalhar em casa com crianças sempre foi um dado adquirido. As crianças de classe baixa devem ajudar seus pais nas tarefas domésticas. Para completar, há um aspecto cultural que ainda hoje valoriza o trabalho infantil como forma de educar as crianças para a vida profissional, ganhar responsabilidade e mantê-las longe do desemprego e da criminalidade. Faz parte do universo do trabalho infantil em decorrência de fatores históricos consolidados por práticas jurídicas, sociais e culturais que interagem para manter seu estado de exploração.

Este estudo foi importante para este tema, mas uma das limitações está relacionada ao tamanho da amostra. Seria necessário investigar melhor o assunto. Outro fator importante é a discussão dos resultados encontrados, para que a pesquisa afete a sociedade e traga reflexão sobre o tema com os sujeitos participantes.

Por meio deste estudo, é possível verificar que o trabalho não é uma atividade para crianças, pois é preciso levar em consideração sua condição, que ainda está em fase de desenvolvimento, e o trabalho é um obstáculo que interrompe essa fase e impede a integração da formação de crianças e jovens em seus aspectos gerais, psicológico e educacional. O esforço para erradicar o trabalho infantil no Brasil e em Manaus é, portanto, contínuo, o que é um desafio para toda a sociedade. Isso é necessário para ressaltar a importância do investimento na educação, na implementação de políticas públicas juntamente com a participação e conscientização da sociedade a fim de reduzir e eventualmente eliminar o trabalho infantil e assim garantir o exercício dos direitos fundamentais da criança adolescentes, com o objetivo de reduzir as desigualdades.

A relevância dos estudos sobre este tema é, portanto, óbvia, pois se trata de um problema social que tem grande impacto na vida dos indivíduos atingidos pela exploração do trabalho infantil e na população em geral. Diante disso, é necessário desenvolver esse contexto histórico entre o passado e o presente a fim de verificar quantos adultos e idosos hoje vivenciaram esse período de trabalho infantil. Estudos futuros sobre este tema são, portanto, necessários para discutir e encontrar soluções para este problema humilhante e comum da sociedade contemporânea.

Portanto, os parâmetros que regulam as questões de trabalho infantil, o tomam como modelos de referência os chamados modelos de família estruturada, as chamadas condições ideais de desenvolvimento, condições dadas por situações socioeconômicas “estáveis”. Além disso, a produção da infância significa não apenas a constatação de que uma criança possui certas características, mas também certos direitos: o direito de permanecer sob os cuidados da família e de frequentar a escola, o direito para aproveitar o tempo, brincar e aprender entre outras coisas. Todos esses direitos acabaram sendo incluídos no termo direito à infância.

Caso as crianças não se encontrem nas condições ideais de desenvolvimento

supracitadas, considera-se o “direito à infância” contornado ou violado, entrando em jogo o complexo guardião responsável por garantir a proteção da infância. Em relação a essa questão, é importante ressaltar, que a imagem de pobreza associada à degradação moral está presente na sociedade brasileira desde o século XIX e apresenta continuidades e descontinuidades em todos os sentidos de organização da assistência historicamente prestada a crianças e adolescentes.

Em resumo, esta pesquisa incluiu conteúdo consistente e útil, bem como uma proposta para contribuir para o desenvolvimento do conhecimento sobre este tema. desenvolver o objetivo de traçar um panorama e discutir o trabalho doméstico de crianças e adolescentes de 9 a 15 anos na cidade de Manaus (AM) em um recorte temporal selecionado desde a década de 1970. nesse contexto, revela como o conceito de infância aparece na sociedade, quais fatores contribuem para esse estado e o que potencializa esse sentimento. Por esta razão, tem sido documentada a importância de mais pesquisas sobre este tema, a fim de orientar futuras mudanças nas questões do trabalho doméstico. A análise conclui que o tema desenvolvido no estudo ainda enfrenta desafios de escala, tamanho e abrangência variados. Todos devem enfrentar a realidade inegável que essas crianças enfrentam na década de 1970 e que muitos ainda enfrentam. Desse questionamento surge a importância de desenvolver conteúdos atualizados sobre o tema.

Em conclusão, espera-se que este estudo seja uma forma de aumentar o número de estudos sobre este tema. Por isso, este estudo incluiu conteúdos consistentes e úteis com a proposta de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento sobre o trabalho doméstico com crianças. Por esse motivo, documenta-se a importância de novas pesquisas sobre esse tema, a fim de desenvolver o interesse dos futuros profissionais por esse questionamento.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1997.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.
- ALMADA, P. D. de S. **A infância desvalida**: menores do Pará entre a lei do ventre livre e a abolição. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1987.
- AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 3, 1998.
- ARAÚJO, E. Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Urbano Local: O caso da Zona Franca de Manaus. **Anais**, p. 1-21, 2016.
- ARAÚJO, W. Trabalho doméstico e servidão: trajetórias gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM. **EDUCAmazônia**, v. 8, n. 1, p. 8-25, 2012.
- ARRUDA, K. M. O trabalho infantil doméstico: rompendo com o conto da cinderela. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 45, n. 75, p. 199-206, 2007.
- AZAMBUJA, M. R. F. **Violência Sexual intrafamiliar**: É possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- BARROS, J. **Cidade e história**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes;

AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. **Obras Escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.

BENTES, R. Comentários a OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; Dinâmica Populacional e Social na Região Amazônica. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades**. Recife: Editora Massangana, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONFIM, C. Pereira. **A importância da preservação da memória e do patrono o histórico-cultural da cidade de palmas de monte alto – BA**, 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 288**, de 28 de fevereiro de 1967. Presidência da República, Casa Civil, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0288.htm

BRASIL. **Decreto nº 6.481**, de 12 de junho de 2008. Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Marília de Carvalho. Os fluxos migratórios na região norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Caderno de Estudos Socioeconômicos**, Recife, v. 3, n. 1, p. 61-84, 1997.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e emancipação: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

CAMPOS, S.; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, 2010.

CARBONELL, Charles Oliver. La naissance de la Revue Historique: une revue de combat (1876-1885). **Revue Historique**, n. 518, p. 337-351, 1976.

CARDOSO, A. I. **Nem sina, Nem acaso**: A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARNEIRO et al. **A invisibilidade do trabalho infantil doméstico no redesenho atual do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI)**, 2018.

CASTANHA, N. **Políticas sociais e oferta institucional frente o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Brasília: OIT, 2002.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In: **Ecrire l'histoire du temps présent**. Paris: CNRS Editions, 1993.

COSTA, H. L. C. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANTAS, L. M. **PAIS ou PATRÕES?** Um estudo sobre "crias de família" na Amazônia. TCC em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DANTAS, L. M. S. **Destino ou Escolha?** Narrativas memórias acerca do Trabalho a partir das experiências intergeracionais de domésticas em Porto Alegre/RS, 2013.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEL PRIORE, M. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

EGHRARI, C. **Abuso sexual infantil intrafamiliar – aspectos transgeracionais**. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB,

2006.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática.** São Paulo: Agora, 2002.

FERREIRA, J. S. **TRABALHO DOMÉSTICO EM DOMICÍLIO:** Quotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no Triângulo Mineiro (1950-2005). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FONSECA, C. A. **Caminhos da adoção.** São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, C. A. Da adoção de crianças a circulação internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos de Pagu**, v. 26, p. 11-44, 2006.

FREIRE, Gilberto. Casa grande e senzala. In: **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GONÇALVES, A. L. **História e Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006. Edição original de 1950.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUTTON, Patrick. **History as an art of memory.** University of Vermont: University Press of New England, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. Capital fetiche, Questão Social e Serviço Social. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007. p. 105-208.

IBGE. **Censo Demográfico Amazonas.** VIII Recenseamento Geral – 1970. Fundação IBGE, 1970.

IBGE. **Migração Interestadual década de 1970,** 2015.

IBGE. **Panorama: População de Manaus,** 2019.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS. **332 anos de Manaus:**

História e Verdade. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001.

LAMARÃO, M. L. N. **A Constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico**: estudo sobre estigma e subalternidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

LOUREIRO, Antonio José Solto. Dados históricos da evolução e crescimento de Manaus. In: **332 anos de Manaus**: História e Verdade. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001. p. 79-101.

LOUREIRO, Maurício Elísio Martins. O papel estratégico da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da Amazônia. **T&C Amazônia**, v. 1, n. 1, fev. 2003.

MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A. de. **A Migração para a Cidade de Manaus**. Recife: Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Uma vez "cria" sempre "cria" (?); adoção, gênero, e geração na Amazônia. **Nortes Antropológicos: Trajetos, trajetórias**, Belém: EDUFPA, p. 157-170, 2009.

MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREJA, D. G. L.; DANTAS, L. M. S. De casa em casa, de rua em rua... na cidade: "Circulação de crianças", hierarquias e espaços sociais em Belém. In: **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, 2008.

MOURA, H. A.; SANTOS, C.; BRASIL, M. C. Personae non Gratae? A Imigração Indocumentada no Estado do Amazonas. **Textos Iesam**, Manaus, v. único, 2000. No prelo.

MOURA, Hélio Augusto; MOREIRA, Morvan de Mello. Análise demográfica da região Norte. In: PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 2000.

NAZARETH, Tayana; BRASIL, Marília; TEIXEIRA, Pery. Manaus: crescimento populacional e migração nos anos 90. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 121, p. 201-217, 2011.

NEUBURGER, R. **O mito familiar**. São Paulo: Summus, 1999.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

PERROT, Michelle. **História dos excluídos**: mulheres, escravos, presidiários. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PESSOA, A. B. **Infância e trabalho**: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

PESSOA, A. B. **Infância e trabalho**: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). Manaus: EDUA, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Original de 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História oral e o poder**. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte e escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RIBEIRO, Marineide da Silva. **"A gente veio do interior sem saber muita coisa da capital"**: vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **História oral e história das mulheres**: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Emprego doméstico e capitalismo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

- SALVATICI, S. **Memórias de gênero**: reflexões sobre a história oral de mulheres, 2005.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SEABRA, A.; NADC, H. M. Abuso sexual na infância. **Pediatria Moderna**, v. 34, n. 7, p. 395-415, 1998.
- SEWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SILVA, M. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Natal**: uma avaliação na perspectiva da Assistência Social. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- SILVA, P. R. da. **Disputando espaço, construindo sentidos**: vivências, trabalho e embates na área da Manaus moderna (Manaus/AM 1967-2010), 2011.
- SILVA, P. R. da. **Disputando espaço construindo sentidos**: Vivencias, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM-1967-2010). Manaus: EDUA, 2016.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I: A árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.
- VAZ, M. **A menina e a casa – a identidade coletiva da menina empregada doméstica**. Salvador, mar. 1999.
- VIANA, G. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: VIANA, Gilney; LIMA, Marina; DINIZ, Nilo (Org.). **O desafio da sustentabilidade - um debate**

socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIODRES, S.; INOUE, S.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 1-21, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Consultation on Child Abuse Prevention.** Geneva: WHO, 1999.